



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO, INOVAÇÃO E CONSUMO

ANDREZA DE AMORIM LIMA FERREIRA

**O CONTEXTO INSTITUCIONAL PERMEANDO AMBIENTES DE INOVAÇÃO
LOCAIS À LUZ DA PERSPECTIVA RELACIONAL: um estudo com os agentes do
Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Caruaru – PE**

Caruaru

2021

ANDREZA DE AMORIM LIMA FERREIRA

**O CONTEXTO INSTITUCIONAL PERMEANDO AMBIENTES DE INOVAÇÃO
LOCAIS À LUZ DA PERSPECTIVA RELACIONAL: um estudo com os agentes do
Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Caruaru – PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão, Inovação e Consumo.

Área de concentração: Inovação, Cultura e Consumo na Gestão de Negócios Locais.

Orientador: Prof. Dr. Nelson da Cruz Monteiro Fernandes

Caruaru

2021

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Paula Silva - CRB/4 - 1223

F383c Ferreira, Andreza de Amorim Lima.
O contexto institucional permeando ambientes de inovação locais à luz da perspectiva relacional: um estudo com os agentes do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Caruaru-PE. / Andreza de Amorim Lima Ferreira. – 2021. 144 f.; il.: 30 cm.

Orientador: Nelson da Cruz Monteiro Fernandes.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo, 2021.
Inclui Referências.

1. Análise do discurso – Caruaru (PE). 2. Interação social – Caruaru (PE). 3. Desenvolvimento organizacional – Caruaru (PE). 4. Conselhos de cidades – Caruaru (PE). I. Fernandes, Nelson da Cruz Monteiro (Orientador). II. Título.

CDD 658 (23. ed.) UFPE (CAA 2021-145)

ANDREZA DE AMORIM LIMA FERREIRA

O CONTEXTO INSTITUCIONAL PERMEANDO AMBIENTES DE INOVAÇÃO LOCAIS À LUZ DA PERSPECTIVA RELACIONAL: um estudo com os agentes do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Caruaru-PE.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Gestão, Inovação e Consumo.

Área de concentração: Inovação, Cultura e Consumo na Gestão de Negócios Locais.

Aprovada em: 06/07/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nelson da Cruz Monteiro Fernandes (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Dra. Elisabeth Cavalcante dos Santos (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Antônio de Souza Silva Junior (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradecer é a possibilidade de expor o carinho que se tem por quem está a nossa volta, sendo apoio e presença constante. Desse modo, agradeço primeiramente a Deus, que sinto sempre comigo e que me capacita a realizar meus sonhos.

Agradeço ao meu esposo Júlio Ferreira, meu eterno namorado, que compreende e incentiva o meu gosto por estudar e ensinar, sendo meu parceiro e amigo. Obrigada por estar comigo em mais essa empreitada. Amo você!

Agradeço também a minha filha, minha princesinha Sophia Ferreira, que é tão pequena e na maioria das vezes entende quando mamãe diz que está estudando. Mamãe te ama!

Gratidão aos meus pais, meu pai Antonio de Lima (em memória) e minha mãe Alzira Lima que sempre se esforçaram e me instigaram a estudar, a perseguir meus objetivos, a crer, obrigada por tudo, por serem exemplos de amor e de vida com Deus.

Obrigada a minha amada irmã Allâna Lima, Laninha, que é minha amiga, confidente e leitora assídua dos meus trabalhos acadêmicos. Tenho muito orgulho de quem és.

Também não poderia deixar de externar minha gratidão aos meus sogros Emanuel Ferreira e Eliane Ferreira, por nos ajudarem e serem tão partícipes em nossas vidas. Vocês são bênçãos na minha caminhada.

Partindo para o meu convívio acadêmico, agradeço ao meu orientador, professor Dr. Nelson Fernandes que desde o início me orientou, direcionou e com muita calma e tranquilidade asseverou sua confiança na consecução de bons resultados. Obrigada, professor, por todas as recomendações sempre assertivas.

Obrigada, aos professores da banca, Dra. Elisabeth Santos e Dr. Antonio Silva Jr., pelas correções, recomendações e contribuições para a melhoria deste trabalho, é um prazer partilhar com vocês esta vivência acadêmica.

Agradeço a minha amiga Bárbara Alves, que tem compartilhado as orientações e o dia a dia com trocas e aprendizados acadêmicos. Obrigada por estar sempre presente, amiga, participando das minhas alegrias e tristezas, chorando, orando comigo, ensinando-me, aprendendo e por falar que sim, vamos conseguir! Grata também a minha amiga Emanuela Lins, muito bom poder partilhar com você as observâncias acadêmicas e de vida. Tenho um carinho enorme por vocês, meninas, vocês são presentes que Deus me deu no mestrado. Rumo a parcerias futuras!

Agradeço também aos demais colegas da linha 1 (Cátia Maciel, João Paulo, João Victor, Pâmela Dias e Wilson Mike), tenho muito carinho por vocês, e sou grata por todas as discussões e

aprendizados nas disciplinas. Vocês com certeza enriqueceram a construção de conhecimento que tenho experienciado. Obrigada também à linha 2 (Álison de Lima, Eline Moraes, Helton Ferreira, Jeferson Mendonça, Jonas Cavalcanti, Jordana Lira, Omero Galdino e Thayze Padilha) pelas partilhas e vivências acadêmicas. Todos vocês tornaram essa experiência do mestrado, imbricada por lutas e vitórias, mais leve e alegre. Admiração e expectativas de sucesso para todos!

Obrigada a todos os agentes do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (CoMCiTI) que se disponibilizaram a participar desta pesquisa, expondo suas experiências, histórias e opiniões na luta pelo desenvolvimento da cidade de Caruaru.

Obrigada a todos os professores e equipe do Programa de Pós-graduação em Gestão, Inovação e Consumo, a todos que fazem a UFPE e que possibilitaram a existência de um ensino voltado para a nossa região, contribuindo com a ascensão no conhecimento dos profissionais locais.

Filho meu, se aceitares as minhas palavras, e esconderes contigo os meus mandamentos, para fazeres o teu ouvido atento à sabedoria; e para inclinares o coração ao entendimento; e, se clamares por conhecimento, e por inteligência alçares a tua voz, se como a prata a buscares e como a tesouros escondidos a procurares, então entenderás o temor do Senhor, e acharás o conhecimento de Deus. Porque o Senhor dá a sabedoria; da sua boca é que vem o conhecimento e o entendimento. (BÍBLIA, A. T., Provérbios 2:1-6).

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar, pela perspectiva relacional, como se configura o contexto institucional no qual se insere o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Caruaru-PE (CoMCiTI) para a inovação local. Por meio de uma análise das características locais, pretende-se aclarar a compreensão sobre as especificidades relacionais contextuais, aspectos circunstanciais e discutir possíveis contingências. Essas dimensões expõem as limitações dos estudos tradicionais de inovação calcados, predominantemente, por uma base teórica determinística que tende a desatentar à dinâmica social, não ampliando o entendimento sobre os espaços de conflito, tensões, negociações, acordos e disputas presentes em ambientes de inovação. Para realização desta pesquisa empírica, de abordagem qualitativa, foram coletados dados por meio de entrevistas semiestruturadas com 15 agentes do CoMCiTI. Para a análise e interpretação dos dados foi empregada a técnica de análise do discurso de Gill (2002). Os resultados demonstram uma compreensão das ações pautada nas organizações, normativas e tomadas de decisão *top-down*, e, não nas interações que acontecem, o que é ressaltado pelo desejo de estabelecer e estreitar relações entre os próprios agentes do CoMCiTI, entre estes e os comerciantes locais e entre as empresas e as universidades. Além disso, constatou-se, na análise dos discursos, que esses relacionamentos são permeados por diferentes conflitos de interesse, desde individuais, organizacionais, até municipais, que podem prejudicar a realidade interativa para implementação da inovação em larga escala. Os achados permitem concluir que os agentes investigados buscam impulsionar um sistema de inovação na cidade, contudo, devido ao pouco tempo de existência do CoMCiTI, é necessária uma maior aproximação com as especificidades da realidade disposta nas ações e interações sociais dos negócios locais.

Palavras-chave: Contexto institucional. Perspectiva relacional. Inovação local. Sistema de inovação. CoMCiTI de Caruaru.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze, from a relational perspective, how the institutional context in which the Municipal Council of Science, Technology and Innovation of Caruaru-PE (CoMCiTI) is inserted for local innovation. Through an analysis of local characteristics, it is intended to clarify the understanding of contextual relational specificities, circumstantial aspects and discuss possible contingencies. These dimensions expose the limitations of traditional innovation studies based predominantly on a deterministic theoretical basis that tends to disregard social dynamics, not expanding the understanding of the spaces of conflict, tensions, negotiations, agreements and disputes present in innovation environments. To carry out this empirical research, with a qualitative approach, data were collected through semi-structured interviews with 15 CoMCiTI agents. For the analysis and interpretation of the data, the discourse analysis technique of Gill (2002) was used. The results demonstrate an understanding of actions based on organizations, regulations and top-down decision-making, and not on the interactions that take place, which is highlighted by the desire to establish and strengthen relationships between the CoMCiTI agents themselves, between them and the local merchants and between businesses and universities. Furthermore, it was found, in the analysis of the discourses, that these relationships are permeated by different conflicts of interest, from individual, organizational, to municipal, which can harm the interactive reality for the implementation of large-scale innovation. The findings allow us to conclude that the investigated agents seek to boost an innovation system in the city, however, due to the short time of existence of the CoMCiTI, it is necessary to get closer to the specifics of the reality disposed in the actions and social interactions of local businesses.

Keywords: Institutional context. Relational perspective. Local innovation. Innovation system. CoMCiTI of Caruaru.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Modelos de inovação	25
Figura 1 - Concepções do termo instituição	32
Quadro 2 - A perspectiva relacional como complemento às abordagens da inovação ..	35
Figura 2 - Dinâmica das instituições	41
Quadro 3 - Representantes do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Caruaru	47
Quadro 4 - Detalhamento da pesquisa documental	53
Quadro 5 - Dados dos entrevistados	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIC	Associação Comercial e Empresarial de Caruaru
AIoT	Inteligência Artificial e Internet das Coisas
APL	Arranjo Produtivo Local
ASCES/Unita	Centro Universitário Tabosa de Almeida
BDE	Base de Dados do Estado
BR	Rodovia federal
CAA	Centro Acadêmico do Agreste
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas de Caruaru
CEO	Chief Executive Officer
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CoMCiTI	Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Caruaru
Covid-19	COrona VIRus Disease (Doença do Coronavírus) - ano de 2019
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CT Moda	Centro Tecnológico de Moda
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
EC	Economia Criativa
ed.	Edição
et al.	e outros
FAFICA	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru
FAVIP	Centro Universtário do Vale do Ipojuca
FIEPE	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICTs	Institutos de Ciência e Tecnologia
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
ISS	Imposto sobre Serviços
ITEP	Instituto de Tecnologia de Pernambuco
km ²	Quilômetro quadrado
LITEC	Lei de Incentivo à Tecnologia e Economia Criativa
MEI	Microempreendedor Individual
n.	Número

ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
p.	Página
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PE	Pernambuco
PIB	Produto Interno Bruto
PROTEC	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico
Sebrae	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Pernambuco
SECTI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Pernambuco
SEDEEC	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Economia Criativa
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Sindloja	Sindicato dos Lojistas do Comércio de Caruaru
SPIn	Sistema Pernambucano de Inovação
SUS	Sistema Único de Saúde
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNIFAVIP Wyden	Centro Universitário do Vale do Ipojuca
UNINASSAU	Centro Universitário Maurício de Nassau
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPE	Universidade de Pernambuco
v.	Volume

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	OBJETIVOS	23
2.1	Objetivo geral	23
2.2	Objetivos específicos	23
3	REFERENCIAL TEÓRICO	24
3.1	A inovação, seus modelos e impactos locais	24
3.2	Introduzindo a teoria institucional e as instituições	29
3.3	Compreendendo as instituições pela abordagem relacional	32
3.4	As dimensões das ações e interações sociais como produtoras das instituições: desvelando a dinâmica da inovação	37
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	42
4.1	Caracterização da pesquisa	43
4.2	Locus da pesquisa	45
4.3	Critérios de inserção do objeto e do sujeito	49
4.4	Instrumentos de coleta de evidências	50
4.4.1	Entrevista semiestruturada	51
4.4.2	Observação e dados documentais	53
4.5	Procedimento de análise das evidências	56
4.6	Parâmetros de validade e confiabilidade	58
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	59
5.1	Caracterização dos sujeitos da pesquisa	59
5.2	Como eles compreendem as instituições?	61
5.3	Como o contexto institucional se entrelaça às características locais e relacionamentos que se estabelecem?	66
5.4	Como os aspectos circunstanciais têm permeado e impactado a construção da trajetória dos agentes do CoMCiTI em Caruaru?	83
5.4.1	Passado: iniciativas e trajetórias	83
5.4.2	Passado e presente: ações realizadas e em andamento	91
5.4.3	Presente e futuro: ações, expectativas e desejos	98

5.5	Como se apresentam as contingências nas ações, interações e atuação dos agentes do CoMCiTI no contexto de Caruaru?	114
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
	REFERÊNCIAS	132
	APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA	143

1 INTRODUÇÃO

A temática de inovação é envolta por questionamentos sobre como novos conhecimentos são gerados, como surgem novas ideias, e, como se inserem no mercado novas soluções tecnológicas, organizacionais e de marketing (GLÜCKER; BATHELT, 2017). Além disso, constitui preocupação das organizações a forma como estas devem se organizar e manter seus processos de inovação (COHENDET; PARMENTIER; SIMON, 2017; DOUGHERTY, 2017). A maioria dos estudos nessa área são predominantemente economicistas e descrevem esse cenário como se o conhecimento alcançasse todos os agentes em perfeitas condições e estes facilmente estabelecem recursos e esforços criativos com o intuito de produzir melhores soluções do que as anteriores, as quais devem ser imediatamente adotadas pelo mercado substituindo as mais obsoletas e inferiores (GLÜCKER; BATHELT, 2017).

Essa perspectiva pode ser vista nos estudos tradicionais na área de inovação, o *mainstream*, majoritariamente funcionalista, em que se estabelecem as estruturas, os recursos, as soluções e as tomadas de decisão por meio de modelos teóricos determinísticos (DA SILVA; BAGNO; SALERNO, 2014; SILVA; JUNQUEIRA; CARDOSO, 2016; CARVALHO et al., 2017). Essas diretrizes estão focadas principalmente no desenvolvimento de novos produtos, deixando de abarcar outros aspectos que podem estar inseridos nas estratégias de inovação (VAN DE VEN, 1986; LOPES et al., 2012; DA SILVA; BAGNO; SALERNO, 2014; CARVALHO et al., 2017). Para Glücker e Bathelt (2017), tais modelos deliberam os processos de inovação como se a economia correspondesse a um fenômeno sem viés, no qual os melhores *designs*, tecnologias, serviços e políticas estratégicas fossem imediatamente absorvidos pelo mercado, dentro de um cenário de equilíbrio e conhecimento perfeitos.

Contudo, os estudos contemporâneos têm tratado o tema da inovação sob novos ângulos, entendendo-a como um processo não atomístico, envolto por aspectos sociais e por um ambiente de incertezas (CARVALHO et al., 2017; DOUGHERTY, 2017; GLÜCKER; BATHELT, 2017; PIMENTEL, 2019). Exemplo disso tem sido o corpo teórico da abordagem institucional, pela perspectiva relacional, que tem se voltado à inovação compreendendo-a como um fenômeno decorrente das relações que se estabelecem entre os agentes, os quais desenvolvem expectativas mútuas em relação aos seus papéis, como também, em relação às ações dos outros agentes nos processos de inovação. Insta salientar que desde seu surgimento em meados de 1960, os estudos referentes à abordagem institucional têm se guiado por diferentes perspectivas, além da relacional: econômica, atentando ao comportamento do indivíduo como maximizador de benefícios próprios; histórica-política, decorrendo dos

acontecimentos que se desencadeiam ao longo do tempo e que condicionam tomadas de decisões; e, sociológica, em que aspectos como crenças, regras e valores vão moldando as ações dos indivíduos (LÔRETO, 2005; DE MELO PEREIRA, 2012; ALVARENGA; RODRIGUEZ, 2017; NASCIMENTO; PADILHA; SANO, 2017).

A abordagem institucional, pela lente relacional, por sua vez, concentra-se nas ações e interações factuais em situações específicas, ao invés de focar nas estruturas organizacionais, nas pessoas individualmente e/ou nas normativas e regras prescritas. Um exemplo de expectativas mútuas pode ser o caso trazido por Glücker e Bathelt (2017) acerca da espera por produtos de um fornecedor em determinado prazo, e se esse fornecedor atrasa repetidamente as entregas, o cliente pode optar por determinadas penalidades e sanções formais, mas que podem vir a resultar no esfacelamento da confiança da parceria no futuro. Nesta pesquisa, mais do que os agentes individuais, as organizações envolvidas, as prescrições normativas ou regulamentos, o olhar se volta para as formas estabelecidas de ação e interação (como quebra da confiança, neste caso), ou seja, dá-se atenção às ações e condutas de relações factuais que são concebidas. Dada as demandas concretas que surgem no ambiente organizacional, torna-se necessário lançar outro entendimento a respeito da inovação que passe a abordar as nuances de suas operações em movimento (SILVA; JUNQUEIRA; CARDOSO, 2016; HININGS; GEGENHUBER; GREENWOOD, 2018).

É nesse contexto que a perspectiva relacional adentra na abordagem institucional, apresentando-se como um complemento essencial à perspectiva estrutural, por dar ênfase às relações dos agentes e considerar a dinâmica das diversas situações factuais, que se conformam por meio de microações e de sua articulação com elementos macro, ao invés de focar apenas nas estruturas, normas, procedimentos e regras estritamente formalizadas. Conforme Van de Ven (1986) já afirmava, a gestão da inovação deve ponderar a inclusão e organização de novas ideias advindas dos agentes sociais que interagem entre si em um contexto institucional, entendendo que eles são continuamente constituídos a partir de processos de interação econômico e organizacional imersos socialmente.

Sendo assim, estudar a abordagem institucional pela perspectiva relacional é uma forma de melhor compreender as ações e relações que se estabelecem dentro e entre as organizações. Por esta ótica, as organizações passam a ser entendidas como agentes coletivos que alinham recursos e interesses em torno de objetivos comuns. Ou seja, passam a ser calcadas por uma visão microinstitucional, em que as ações e interações sociais constituem o núcleo de análise nos processos reais de inovação que acontecem no tempo e no espaço, e podem refletir na escala macro (BATHELT; GLÜCKER, 2014; CARVALHO et al., 2017; DOUGHERTY, 2017;

FAULCONBRIDGE, 2017; GLÜCKER; BATHELT, 2017; HININGS; GEGENHUBER; GREENWOOD, 2018). Assim, esta apreensão adiciona às abordagens tradicionais e funcionalistas da inovação, as quais funcionam majoritariamente de forma determinística, por meio de estratégias reguladoras estabelecidas de modo *top-down*, negligenciando, muitas vezes, a dinâmica social e política (DA SILVA; BAGNO; SALERNO, 2014; SILVA; JUNQUEIRA; CARDOSO, 2016; CARVALHO et al., 2017; HININGS; GEGENHUBER; GREENWOOD, 2018).

Este trabalho parte do argumento de que o raciocínio predominante nos modelos e estratégias de inovação, acaba por não ampliar a compreensão sobre os espaços de conflito, tensões, negociações, acordos e disputas presentes nos ambientes de inovação. Estes ambientes representados por formas associativas de agentes que buscam instituir um sistema de inovação, que perscruta ascender a capacidade inovadora de determinado espaço (cidade, região, país), por meio da colaboração e compartilhamento de conhecimento e tecnologia entre os agentes (ÖNDAY, 2016; BATHELT; HENN, 2017; LAGENDIJK, 2017; SILVA; FERNANDES; SILVA, 2020). Para Glücker e Bathelt (2017), esses planos de inovação locais estão centrados em uma perspectiva macro ao invés das ações e interações sociais que acontecem no nível micro e que repercutem na escala macro, interligando agência e estrutura por uma natureza recursiva, calcada onto e epistemologicamente na perspectiva relacional (GLÜCKER; LENZ, 2016).

Desse modo, com a finalidade de adentrar nos aspectos factuais das ações e interações, esta pesquisa versa sobre a abordagem relacional do contexto institucional para a inovação local, a qual tem sido destacada e sustentada nos trabalhos de Bathelt e Glücker (2014) e Glücker e Bathelt (2017). Os autores argumentam que a maneira como as ações, entendimentos e condutas acontecem nas relações não é constante, transformando-se significativamente a depender do tempo e do espaço. Sendo, então, através de tais contingências que os contextos institucionais se configuram como facilitadores ou limitadores aos processos de desenvolvimento da inovação (BATHELT; GLÜCKER, 2014; BUNDUCHI et al., 2015; GLÜCKER E BATHELT, 2017; CARVALHO et al., 2017; HININGS; GEGENHUBER; GREENWOOD, 2018).

É por este caminho que esta pesquisa se debruça sobre o contexto institucional, pela visão relacional, do ambiente de negócios de Caruaru-PE, mais especificamente sobre os esforços de articulação da inovação do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Caruaru (CoMCiTI), com o intuito de refletir os aspectos sociais, econômicos e políticos que se apresentam, através das três constatações que ocorrem nos processos de ação e interação definidas por Glücker e Bathelt (2017) sobre as instituições. Para os autores, a compreensão

relacional da ação apresenta as seguintes implicações para conceitualizar as interações e seus resultados: toda a ação social é (1) contextual, por se referir a contextos específicos; (2) dependente da trajetória (circunstancial), na qual a interação resulta de expectativas construídas e legitimadas socialmente ao longo do tempo; e (3) contingencial, ao compreender a transformação dos contextos de maneira não determinística ou atomística, na qual os agentes nem sempre seguem as regras estabelecidas. Estes fatores constituem o que os autores denominam de institucionalização transformadora e se configuram como eixos analíticos na proposta de análise da presente pesquisa.

O município de Caruaru, contexto investigado neste estudo, ocupa algumas posições de destaque, sendo a quinta maior economia do estado de Pernambuco, ficando atrás apenas da Região Metropolitana do Recife. A cidade de Caruaru possui Produto Interno Bruto (PIB) que ultrapassa os 6 bilhões de reais, o qual corresponde a aproximadamente 13% do PIB do estado em um cenário de 185 cidades (IBGE, 2016). Dados estes que podem ser explicados e comprovados em decorrência das atividades produtivas predominantes na cidade, em que somente os setores de comércio e serviços comportam cerca de 80% dos empreendimentos do município (BDE, 2017).

Estas atividades são fomentadas principalmente por a cidade abrigar um dos mais importantes entrepostos comerciais do Nordeste, sendo transitada por várias pessoas das cidades circunvizinhas e compondo o Agreste das Confecções, como principal centro urbano agrestino (SOUZA, 2012; SÁ, 2018, 2019; PREFEITURA DE CARUARU, 2019). Além disso, o município se destaca por seus empreendimentos, ocupando a segunda posição no quantitativo de fundação de *startups*, logo após à capital pernambucana, de acordo com a “Pesquisa do Ecossistema de Inovação de Pernambuco” realizada no início de 2019 (LIGA VENTURES, 2019). O que demonstra um interesse e um esforço crescente em amplificar seus negócios e investir em novas formas de organização.

Na cidade, de acordo com Silva, Fernandes e Silva (2020), desde 2010 agentes fomentadores de inovação têm buscado desenvolver ações que podem direcionar à formação de um Arranjo Produtivo Local (APL) na região Agreste de Pernambuco, como também, realizar operações de incentivo à criação de novos empreendimentos de base tecnológica. Os autores acrescentam que novas organizações vêm se estabelecendo mais frequentemente no município, e gradativamente, as áreas de ensino e pesquisa, infraestruturas de suporte e investimentos governamentais têm se fortalecido.

Nesse sentido, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Pernambuco elaborou o estudo denominado de “Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação para

Pernambuco 2017-2022”, que no seu discurso de apresentação se descreve como “Uma Política Localmente Inspirada, Globalmente Conectada” e aduz para o esforço da cidade de Caruaru em se desenvolver economicamente, buscando solidificar e ampliar o seu mercado a nível nacional e internacional (SECTI, 2017). Um fato que comprova esse empenho foi a criação do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Caruaru (CoMCiTI) no final do ano de 2019, que reúne as principais entidades de ensino, pesquisa, prestação de serviços e de produção de bens, que atuam nos campos de interesse do Conselho e que passam a contribuir com as políticas públicas de inovação da cidade (PREFEITURA DE CARUARU, 2019), sendo este o *locus* de investigação do presente estudo.

O CoMCiTI congrega os principais agentes que se articulam e buscam impulsionar a capacidade inovadora do município de Caruaru, por meio da aprendizagem, da pesquisa e de ações que visam atrair, qualificar e manter a mão-de-obra local. Sendo, portanto, a representação precípua das relações que acontecem e tencionam o crescimento dos negócios e o desenvolvimento de um sistema de inovação na cidade. A iniciativa é pioneira na região, na qual Caruaru figura como a única cidade do Estado de Pernambuco que possui um Conselho na área de inovação (LIMA, 2020), sendo a criação deste embasada na Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que designa medidas de incentivo ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional de inovação no país (BRASIL, 2016).

Vale salientar alguns problemas e dificuldades enfrentados pelo município de Caruaru na busca da consolidação de um ambiente de inovação mais colaborativo e competitivo. Entre eles, pode-se mencionar que as estratégias de estruturação de inovação são recentes na região, a qual se encontra em fase de transição entre o negócio original de confecções de baixo custo, para um mercado regional (SECTI, 2017).

Nesta acepção, Torres e Silva (2014) ao buscarem identificar o perfil de inovação dos empreendedores da cidade, por meio de um estudo quantitativo, apontaram algumas características da região. Entre elas, pode-se citar a baixa escolaridade de mais de 50% dos respondentes, a ausência de pessoal qualificado, a predominância de organizações de pequeno e médio porte, a busca de inovações em curto prazo como alternativa para sobreviver, sendo essas inovações do tipo tradicional ou imitativa (as quais não geram a criação de novos produtos e novas organizações), denotando uma característica conservadora em que se copia o que já está dando certo no mercado (aqui, os autores destacam alguns motivos de entraves à inovação, como: medo de arriscar, receio e resistência a mudanças, falta de visão, altos custos, entre outros).

Esse contexto de atuação demonstra que as inovações no município acontecem há pouco tempo e possuem foco na produção, sem uma introdução sustentada que indique um processo de ideação e implementação atrelado às características locais. Torres e Silva (2014) acrescentam, ainda, a falta de financiamento e conhecimento a respeito de fontes de fomento, assim como, a ausência de políticas de estímulo à inovação em Caruaru. Silva, Fernandes e Silva (2020) adicionam também alguns elementos ao formularem um mapa conceitual com as principais iniciativas de fomento à inovação de 2010 a 2017 no município, concluindo que a quantidade de incentivos (na maioria das vezes, redução ou isenção de impostos) é insuficiente e com impacto a curto prazo, dificultando o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); e que alguns agentes exprimem esforços iniciais para gerar um sistema de inovação local, por meio de ações e eventos. Neste ponto, os autores destacaram a necessidade de interações, junção de competências e mecanismos de governança no município.

Além disso, a cidade é historicamente considerada como um contexto periférico, sendo marcada pelo crescimento decorrente de um comércio popular e de feira, com nítida lógica informal na atividade comercial coexistindo com aspectos formais (SÁ, 2013; 2018; 2019; GOMES; SANTOS, 2019). Sá e Mattos (2016) explicitam que a dinâmica econômica e sociocultural da região agreste pernambucana está vinculada, principalmente, a uma estrutura produtiva de confecções, formada por familiares ou pessoas próximas, e ao comércio de produtos em feiras semanais ou venda direta para outras localidades. Ainda segundo os autores, a trajetória da região se assenta, entre outros aspectos, por meio de um processo de modernização truncada, envolvendo dinâmicas referentes às margens do capitalismo contemporâneo e hibridismos entre elementos tradicionais de herança histórica e modernos do mercado globalizado (SÁ; MATTOS, 2016; SÁ, 2019).

Nesse cenário, políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) regionais se tornam um grande desafio, demandando das principais lideranças adequações à realidade socioeconômica e institucional da localidade. Assim, elegendo o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Caruaru (CoMCiTI) como campo de estudo, a presente pesquisa parte do seguinte problema: Pela perspectiva relacional, como se configura o contexto institucional no qual se insere o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Caruaru-PE (CoMCiTI) para a inovação local?

É oportuno citar alguns trabalhos recentes nos quais se buscou compreender o contexto institucional para inovação nas cidades e os componentes na formação de um ambiente de negócios inovador. Almeida (2019), por exemplo, traz em seu estudo uma articulação dos conceitos de inovação e cidades inteligentes, destacando que estas consistem, entre outros

aspectos, naquelas que buscam investir em inovação nos âmbitos público e privado, em iniciativas de criação de espaços fomentadores de desenvolvimento e em programas que possibilitem a concepção de novos negócios. Namaayande e Khamseh (2019), semelhantemente, buscam apontar uma estrutura profissional com ferramentas e modelos de Tecnologia de Inovação e Comunicação (TIC) com a finalidade de promover um planejamento estratégico para a criação de um ambiente inovativo.

Ambos os trabalhos partem de perspectivas preponderantemente funcionalistas da inovação, focando nos aspectos estruturais e deliberando de forma *top-down* instrumentos facilitadores de promoção à inovação como se os agentes procedessem de igual modo e atuassem consentindo com todas as decisões e prescrições normativas. E, embora Almeida (2019) explique que são os agentes sociais (por meio de organizações privadas, órgãos públicos, estabelecimentos de ensino, entre outros) que proporcionam uma cidade inovativa, seu estudo apresenta limitações por não atentar à natureza das interações factuais que se estabelecem entre esses agentes, o que é suprido pela abordagem institucional, a partir da visão relacional.

Diante o exposto, na presente pesquisa, emprega-se a teoria institucional na perspectiva relacional como cerne de argumentação para discutir a natureza das interações estabelecidas entre os agentes desse sistema. Estas interações não são o foco em concepções determinísticas e lineares, demonstrando a imprescindibilidade em se considerar o processo de como os agentes organizacionais agem e interagem no empenho inovativo (BATHELT; GLÜCKER, 2003, 2005) e como as organizações se tornam competitivas e inovadoras (GLÜCKER; BATHELT, 2017).

Nesse sentido, em um contexto periférico como a cidade de Caruaru, que não costuma ser objeto de pesquisas que alimentam as bases teóricas de inovação, é fundamental compreender os diferentes graus de maturidade, os processos subjacentes e as racionalidades das interações sociais que acontecem nesse ambiente. Em que pese essas considerações, torna-se essencial adotar uma perspectiva relacional, que permita compreender as influências micro-macro, enfatizando a natureza contextual, circunstancial e contingente da ação e interação sociais e econômicas (BATHELT; GLÜCKER, 2014; BATHELT et al., 2017; FAULCONBRIDGE, 2017).

Soma-se a estes fatores a necessidade de se compreender o papel das instituições nas organizações, e, sobretudo, na estruturação de ambientes de inovação mais prósperos (CARVALHO et al., 2017; GLÜCKER; BATHELT, 2017; HININGS; GEGENHUBER; GREENWOOD, 2018), pois as organizações estão inseridas em um mundo incerto e heterogêneo e precisam que suas lideranças se articulem continuamente com os seus

stakeholders para viabilizar suas atividades. Para tanto, é elementar conhecer também os fenômenos sociais que envolvem as relações entre os vários agentes que compõem o ambiente de inovação (PIMENTEL, 2019). Neste aspecto, o contexto geográfico é fulcral para o entendimento da forma específica com que as instituições emergem em uma localidade por meio de uma visão evolutiva e de dinâmica social (GLÜCKER; BATHELT, 2017), escolhendo-se o CoMCiTI para o presente estudo pelo fato de ele estar inserido na cidade de Caruaru, que é caracterizada por uma trajetória que mescla elementos tradicionais e modernos e que apresenta esforços de articulação para a formação de um sistema de inovação local.

Além disso, os estudos destacam a importância de se entender a inovação a partir de uma visão multidisciplinar, enriquecendo a compreensão da temática (DA SILVA; BAGNO; SALERNO, 2014; COHENDET; PARMENTIER; SIMON, 2017; GLÜCKER; BATHELT, 2017). É nesse sentido que esse estudo se justifica, pois, as instituições vistas a partir de uma ótica relacional conformam um complemento às abordagens estruturais e funcionalistas dos estudos da inovação (BATHELT; GLÜCKER, 2014; GLÜCKER; BATHELT, 2017), passando a abordar as nuances das estruturas e ações dos agentes dispostas nas relações sociais que se constituem. Vale salientar, que nas buscas de literatura, nas bases *spell*, *scielo* e *google* acadêmico, sobre contexto institucional pela abordagem relacional e inovação, verificou-se uma escassez no arcabouço teórico nacional, ratificando-se uma lacuna a ser trabalhada.

Dentre os trabalhos pesquisados que relacionassem instituições e inovação, foram encontrados: Carvalho et al. (2017), os quais, baseados em Scott (1995), tratam das instituições como provenientes de 3 pilares - regulativo (regras), normativo (prescrições) e cognitivo (hábitos) - que fortalecem as estruturas; Silva, Junqueira e Cardoso (2016), que realizaram uma discussão teórica trabalhando os mesmos pilares e concluíram que a teoria institucional não consegue dar conta das tensões e complexidades envoltas nos processos de inovação; e, Nascimento, Padilha e Sano (2017), os quais explicitam que as forças institucionais pressionam uma lógica racional de maximização de benefícios, influências históricas e homogeneização do ambiente na disseminação da inovação no setor público. Diante o exposto, verifica-se um entendimento das instituições como regularidades comportamentais e/ou normativas, distinto da abordagem relacional aqui utilizada.

Além disso, como reforçado por Cassiolato et al. (2019), são necessários estudos regionais, que reconheçam as demandas de diferentes territórios, e apontem as interações entre agentes para a elaboração de projetos coletivos e interdependentes com a finalidade de mobilizar a inovação e o desenvolvimento agregado, enraizado, inclusivo e sustentável. Os autores se respaldaram em estudos de caso em alguns arranjos produtivos locais (APLs)

brasileiros, e identificaram que as políticas empreendidas de cima para baixo, sob uma lógica administrativa, baseada em conceitos importados e proposições padronizadas desencadearam resultados descontextualizados, gerando maiores invisibilidades e exclusões na complexa realidade do país. Para Cassiolato et al. (2019) o foco deve sair da “moda” para o “modo”, ou seja, não apenas copiando o que deu certo, mas atentando ao contexto institucional de cada localidade.

Desse modo, esta pesquisa pode ser útil para compreender as especificidades de um contexto local e periférico do Brasil e servir de ponto de partida para futuras pesquisas e análises comparativas das várias regiões do país a partir das suas práticas institucionalizadas. Além disso, o entendimento da forma como as interações factuais se estabelecem pode contribuir com indicativos para o desenvolvimento de políticas públicas para a região, para a atuação dos empresários locais e para o ambiente de inovação que se constrói em Caruaru. Em outras palavras, é essencial compreender as interações sociais dos principais agentes de inovação na região que estão no caminho para consolidação em qualidade e abrangência geográfica dos negócios locais.

2 OBJETIVOS

O presente estudo tenciona alcançar os seguintes objetivos de pesquisa, aqui categorizados em geral e específicos:

2.1 Objetivo geral

Analisar, pela perspectiva relacional, como se configura o contexto institucional no qual se insere o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Caruaru-PE (CoMCiTI) para a inovação local.

2.2 Objetivos específicos

- Entender as especificidades relacionais do contexto institucional nas ações e interações dos agentes do CoMCiTI para inovação local;
- Relacionar aspectos circunstanciais (expectativas construídas e legitimadas socialmente) de desenvolvimento para inovação local dos agentes do CoMCiTI;
- Discutir possíveis contingências referentes à relação entre os agentes do CoMCiTI e a inovação local.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A inovação, seus modelos e impactos locais

Na busca de compreender o conceito de inovação, Godin (2017), a partir do estudo da perspectiva histórica, afirma que o termo ganhou conotação positiva e evidência somente a partir do século XX. Anteriormente, a inovação possuía um sentido depreciativo, estando associada à dimensão política, a qual advertia e impunha penalizações aos que buscassem mudar a ordem estabelecida provocando confusões e desordem social. Apenas durante o século XIX, a nomenclatura gradualmente recebeu diferentes interpretações, passando a ser entendida como útil, como uma ferramenta para o progresso político e social, consolidando-se no século XX como uma solução para os problemas políticos e de competitividade internacional, evidenciando-se a inovação tecnológica no âmbito da economia (SILVA; DACORSO, 2013; REICHERT; CAMBOIM; ZAWISLAK, 2015; GODIN, 2017).

Neste íterim, vale salientar que a temática da inovação tem sido estudada principalmente pelos economistas, destacando-se como principal teórico Schumpeter (GODIN, 2017; PAIVA et al., 2018). Esse clássico da literatura econômica conceitua as inovações como sendo a constituição de novas combinações e recombinações de materiais e forças que surgem de forma descontínua, compreendendo a introdução de um novo bem ou de um novo método de produção, ou a abertura de um novo mercado, ou a consecução de um novo fornecedor de matéria-prima ou insumos, ou ainda, o estabelecimento de uma nova organização (SCHUMPETER, 1957).

A inovação, nesses termos, é uma força motriz que impulsiona o desenvolvimento econômico e se constitui elemento explicativo da riqueza e do capitalismo (HARDT; NEGRI, 2012; REICHERT; CAMBOIM; ZAWISLAK, 2015; LAGENDIJK, 2017). Como acrescentam Önday (2016) e Bathelt et al. (2017), a inovação não constitui motor de crescimento e desenvolvimento apenas ao nível das organizações, mas molda paisagens econômicas inteiras, fomentando gatilhos para expansão das cidades, regiões, países e economia global.

Godin (2017) complementa essas definições de inovação, estudando seu desenvolvimento ao longo do tempo, a qual no início era entendida como novidade (substantivo) ou implementação, introdução de algo novo (verbo), criatividade ou combinação (faculdade), radicalismo (atitude), habilidade ou aptidão ou qualidade (originalidade, distinção) até se dar ênfase ao seu processo, o qual envolve uma sequência de atividades na geração de ideias. Essa compreensão corrobora com a conceituação de Dougherty (2017), que define

inovação como a criação de novos produtos, serviços e programas, que abarca desde as etapas de conceituação até a distribuição dos novos produtos. Desse modo, ao entender inovação como um processo sequenciado em etapas, vários modelos foram criados (DA SILVA; BAGNO; SALERNO, 2014; BATHELT et al., 2017).

O arcabouço teórico atribui a alguns pensadores a paternidade de cada um deles: *science-puxed model* a Schumpeter (1911, 1942), *demand-pulled model* a Schmookler (1966), modelo evolutivo a Nelson e Winter (1982), modelo interativo a Kline e Rosenberg (1986), *open innovation* a Chesbrough (2003), entre outros (COHENDET; SIMON, 2017). Com o intuito de melhor caracterizar e entender esses modelos, Cohendet e Simon (2017) sintetizaram três gerações de modelos principais que se destacaram ao longo do tempo: 1. Modelo linear e fechado de inovação (desde a Primeira Guerra Mundial até metade da década de 1980); 2. Modelo interativo e fechado de inovação (desde metade da década de 1980 até início do século XXI); e, 3. Modelo interativo e aberto de inovação (desde a primeira década do século XXI). As principais características de cada modelo são apresentadas no quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Modelos de inovação

Modelos de inovação	Descrição
Modelo linear e fechado	<ul style="list-style-type: none"> - Compreende uma sequência linear de etapas e especifica que o processo de inovação ocorre no interior (limites fechados) de uma organização. - É composto pelas perspectivas de <i>science-puxed model</i> (tecnologia e ciência estimulam a inovação) e <i>demand-pulled model</i> (quanto maior a demanda, maior a criatividade e foco em atender as necessidades do mercado). - Está alinhado a uma estrutura funcional de organização, com departamentalização, destacando o setor de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e a divisão do trabalho que ocorre de acordo com as etapas lineares do processo: pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento, produção e comercialização.
Modelo interativo e fechado	<ul style="list-style-type: none"> - É proveniente do questionamento sobre a linearidade do processo de inovação, partindo do entendimento de que a faísca de ideação pode acontecer em qualquer fase do processo. - Outro conceito que surgiu neste modelo foi o de <i>lead users</i>, abordagem enfatizada por Von Hippel (1976) e que coloca a demanda em posição de maior destaque, como impulsionadora do desenvolvimento de produtos bem aceitos. - Ganhou relevância também as competências e capacidades dinâmicas das empresas, com ênfase nos recursos e no conhecimento para equilibrar tecnologia, demanda e turbulências do ambiente, o que corresponde à natureza interativa do modelo que busca harmonizar as necessidades do mercado com os recursos tecnológicos disponíveis das organizações. - Outro aspecto que emergiu nesse contexto foi o de Sistemas Nacionais de Inovação, com políticas governamentais estimulando a inovação, já abrindo espaço para o modelo aberto de inovação.
Modelo interativo e aberto	<ul style="list-style-type: none"> - Trata do conceito de <i>Open Innovation</i>, proposto por Chesbrough (2003), no qual as organizações na medida em que buscam desenvolver sua tecnologia, podem e devem utilizar ideias de fontes externas (clientes, fornecedores, universidades, institutos de pesquisa, entre outros) além das internas. Assim, as organizações devem aproveitar informações de parceiros externos e confidenciar parte de suas atividades de P&D. - O que importa não é controlar as ideias, mas ter acesso a novo conhecimento disposto no meio ambiente. Diferentemente da inovação fechada, na qual há um alto grau de controle das ideias para mantê-las em sigilo, a inovação aberta busca acessar conhecimento externo para enriquecer e acelerar a produção de novos produtos e serviços.

	- As tecnologias digitais são um importante aporte a este modelo de inovação, por facilitar a sistematização das ideias internas e externas, como também a comunicação entre tais.
--	--

Fonte: A Autora (2021)

Nota: Adaptado de Peres et al. (2016), Cohendet e Simon (2017), Héraud (2017) e Vanhaverbeke (2017)

Em resumo, os modelos de inovação destacados buscam esquematizar os processos de geração de novos produtos e processos (P&D) em substituição aos produtos, serviços e modelos de negócios obsoletos. E em sua evolução, é possível perceber a busca do conhecimento em níveis de análise que vão da troca de informações no que tange aos processos internos de inovação, passando por relacionamentos interorganizacionais até a formulação de políticas de inovação que abarcam regiões inteiras. Todos esses esforços pretendem, em última instância, fazer com que os processos de desenvolvimento da inovação ocorram em maior quantidade e rapidez (COHENDET; SIMON, 2017).

Bathelt et al. (2017) acrescentam que em determinado momento, um modelo de inovação dominante enseja uma compreensão comum, sobre como ideias podem se tornar produtos e serviços úteis para as localidades, assim como, sobre onde e como os recursos devem ser alocados para promover a inovação. Outrossim, esses modelos influenciam e impactam os comportamentos e tomadas de decisões de formuladores de políticas, empresários, gestores organizacionais e outros agentes econômicos enquanto estão dominantes (LOPES et al., 2012; DA SILVA; BAGNO; SALERNO, 2014; CLARK, 2016; BATLHELT et al., 2017; COHENDET; SIMON, 2017).

Nesse sentido, em que o entendimento da inovação passa a ser considerado cada vez mais como um fenômeno sistêmico e interativo, os agentes buscam impulsionar em suas localidades ambientes de negócios mais competitivos, mobilizando formações de organizações em rede, *clusters*, parques tecnológicos, distritos industriais, *living labs*, incubadoras, aceleradoras, *hubs* de inovação, arranjos produtivos locais (APL), com vistas a suscitar um sistema de inovação (ÖNDAY, 2016; BATHELT; HENN, 2017; LAGENDIJK, 2017; SILVA; FERNANDES; SILVA, 2020). Este, é conceituado como um conjunto de agentes e organizações distintos que quando reunidos se beneficiam e colaboram entre si, compartilhando conhecimento e tecnologia, buscando gerar aumento na capacidade de inovação e competitividade de uma determinada localidade, setor, região e nação (LUNDVALL, 1992; GLÜCKER; BATHELT, 2017; LAGENDIJK, 2017; SILVA; FERNANDES; SILVA, 2020).

Önday (2016) acrescenta que os sistemas de inovação são concepções que integram e consideram a importância do ambiente econômico para a viabilidade de inovação das organizações. Para o autor, eles servem para verificar diferenças ou semelhanças na capacidade

dos locais de inovar e para implementar propostas políticas de fomento à inovação, consistindo em um instrumento normativo. Önday (2016) ainda destaca que a estrutura institucional de um sistema de inovação é composta por vários aspectos, como: especialização e estrutura da indústria, autonomia e estrutura de governança (configuração administrativa pública, privada e estruturas de intermediação), sistema financeiro e financiamento das atividades das organizações, P&D e infraestrutura, contratos, leis, normas e fatores operacionais.

Insta salientar uma das abordagens mais utilizadas para a criação de um sistema de inovação: o modelo da Tríplice Hélice, de Etzkowitz e Leydesdorff (1995) e Etzkowitz e Zhou (2017), que busca reunir iniciativas entre universidade, empresa e governo no intuito de desenvolver um arranjo de organizações e leis/normas na formação de um ambiente inovativo. Sendo uma perspectiva bastante reconhecida por seu uso aplicado em casos de sucesso locais, como o da região do Vale do Silício (ÖNDAY, 2016; ETZKOWITZ; ZHOU, 2017; GLÜCKER; BATHELT, 2017). Esta interação entre espaço e inovação é evidenciada com o desenvolvimento dos conceitos de sistemas de produção nacional, regional e local (ÖNDAY, 2016; GLÜCKER; BATHELT, 2017).

Apesar de amplamente utilizados e abordados nos estudos, os modelos e sistemas locais de inovação recebem algumas críticas, e concomitantemente, pontuam-se algumas necessidades de investigação nessas temáticas. Lopes et al. (2012) e Da Silva, Bagno e Salerno (2014) trazem que ao mesmo tempo em que os modelos facilitam e determinam a forma de gerenciar a inovação, focam em aspectos econômicos e estruturais, como tecnologias, processos e produtos, deixando de abarcar outras dimensões importantes como o contexto institucional das ações e interações sociais que permeiam as atividades de negócio e de geração de novos produtos e serviços (VAN DE VEN, 1986; DOUGHERTY, 2017; GLÜCKER; BATHELT, 2017; PIMENTEL, 2019).

Além disso, Rallet e Torre (2017) trazem que a inovação não é apenas produto de um sistema local, mas envolve uma geografia complexa de relações locais e não locais entre agentes da inovação, criticando a superterritorialização e apontando a necessidade de se identificar o papel da proximidade geográfica e analisar seu peso relativo nas conexões econômicas que geram inovação e adaptação a mudanças. E, Bathelt e Henn (2017) sugerem que o termo sistema local da inovação seja inapropriado, partindo do entendimento de que uma localidade regional não possui a capacidade de moldar seu próprio caminho de desenvolvimento. Eles consideram mais adequado aplicar o termo em escala nacional.

A despeito das críticas ao termo sistema local de inovação, Önday (2016) defende que os estudos em determinadas regiões são necessários por possibilitar demonstrar sinais de

cooperação ou limitações para um sistema de inovação orientado para difusão, o qual busca impactar diversos setores de uma localidade. Em consonância, Glücker e Bathelt (2017) argumentam que não se deve assumir as condições institucionais em âmbito nacional como um conjunto homogêneo de estruturas e ações econômicas, pois há variações inter-regionais que ocorrem de acordo com as trajetórias específicas locais (GLÜCKER; LENZ, 2016; GLÜCKER, 2020). E para Legendijk (2017) as economias locais possuem certas características que produzem inovação e estudá-las é fundamental para se revelar capacidades e possibilitar considerá-las em estratégias políticas.

A partir do que foi discutido, o presente estudo se concentra na abordagem interativa e aberta da inovação, buscando analisar as principais características institucionais que permeiam as ações e interações dos agentes do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Caruaru, os quais representam um esforço para imprimir maior sistematicidade na gestão da inovação do município. A abordagem teórica aqui utilizada dá atenção às relações que se estabelecem compreendendo que elas não acontecem de forma pré-estabelecida, ao contrário, são elas que concebem a dinâmica do ambiente inovativo.

Corroborando-se, na presente pesquisa, com Glücker e Bathelt (2017), os quais afirmam que esses modelos e sistemas de inovação recomendam soluções políticas customizadas para atender diferentes territórios, demonstrando um entendimento correlato entre geografia, instituições e resultados de inovação. E apesar de reconhecerem as diferenças regionais, ainda possuem como foco principal as regras legais e regulações (como direitos de propriedade e lei das patentes) ou o papel das organizações (como universidades, governos e associações empresariais), ao invés de ponderando as ações e interações contextuais, variadas, circunstanciais e contingentes que ocorrem em cada espaço (GLÜCKER; BATHALT, 2017). Concorda neste sentido, Önday (2016), afirmando que a ênfase dada a aspectos como patentes e à combinação de estratégias tecnológicas implica em uma perspectiva passiva e que não gera os aperfeiçoamentos necessários para o desenvolvimento econômico.

Glücker e Bathelt (2017) esclarecem que isso acontece porque são teorias que adotam as perspectivas de análise macro (foco em sistemas de inovação, estruturas e regras organizacionais, estratégias nacionais/regionais de inovação, políticas nacionais de P&D, planos educacionais, entre outros) ao invés das condições e expectativas de agentes que existem no nível micro. Mesmo quando reconhecem a existência do contexto institucional, isso ocorre na esfera macro, desconsiderando como as instituições subjacentes de nível micro emergem, impactando a escala macro.

Dessarte, essa pesquisa se debruça sobre a perspectiva relacional, focando nos conhecimentos tácitos, como arranjos informais, rotinas institucionais, convenções sociais e redes de cooperação e confiança, entre outros, que são produzidos nessas relações e articulações que se constituem entre os agentes (ao invés das estruturas) do contexto em estudo. Estes elementos podem ser compreendidos a partir das instituições pela perspectiva relacional que serão explorados nos tópicos seguintes.

3.2 Introduzindo a teoria institucional e as instituições

As ideias principiantes referentes à teoria institucional surgem a partir da década de 1960, sendo uma extensão da temática de sistemas abertos nos estudos organizacionais, em que se passou a considerar o impacto do contexto institucional, envolvendo aspectos culturais e sociais, sobre as organizações (ROSSETO; ROSSETO, 2005; DE MELO PEREIRA, 2012; SILVA; JUNQUEIRA; CARDOSO, 2016; ALVARENGA; RODRIGUEZ, 2017; CARVALHO et al., 2017). Conforme Vicenti et al. (2012), a teoria institucional possibilita a investigação de diferentes fenômenos organizacionais, o que contribui para o aprimoramento e confronto de diferentes teorias e campos de conhecimento (VICENTI et al., 2012; CHAERKI; RIBEIRO; FERREIRA, 2019).

Bowring (2000) traz um entendimento dos estudos iniciais a respeito da teoria institucional, explicitando os principais autores e trabalhos que tiveram destaque ao longo do tempo. A autora salienta Selznick (1949), Schutz (1962) e Berger e Luckmann (1967) como precursores da temática, os quais argumentavam que as estruturas organizacionais são estabelecidas em resposta ao contexto institucional e são também formadas pelos membros organizacionais; partindo de uma compreensão de construção social da realidade e de agência dos indivíduos por meio de seus hábitos. Posteriormente, ganhou notoriedade o trabalho de Meyer e Rowan (1977), que problematizaram o tema de institucionalização a partir da visão de processo com ênfase na legitimação, o qual ocorre, muitas vezes, desconsiderando a eficácia das estruturas institucionalizadas, demonstrando então, a necessidade de as organizações buscarem a mudança institucional. Em seguida, é evidenciado o trabalho de DiMaggio e Powell (1983), que trouxeram o entendimento de que as instituições estão imbricadas na relação entre estruturas sociais e indivíduos, em que os agentes organizacionais decidem racionalmente e constroem ao seu redor um ambiente que restringe sua capacidade de modificações no futuro. Bowring (2000) e Carvalho et al. (2017) afirmam que estes dois últimos trabalhos são considerados os artigos seminais da teoria institucional, sendo bastante utilizados nas pesquisas.

Por meio dessa compreensão inicial, percebe-se que a temática continua sendo investigada a partir de diferentes perspectivas (CHAERKI; RIBEIRO; FERREIRA, 2019) e ao longo do tempo tem sido analisada por meio de três vertentes principais, quais sejam: econômica, histórica/política e sociológica, desencadeando em entendimentos distintos por partirem de diferentes objetos de investigação (LÔRETO, 2005; DE MELO PEREIRA, 2012; ALVARENGA; RODRIGUEZ, 2017; NASCIMENTO; PADILHA; SANO, 2017).

A respeito da compreensão de cada área, Nascimento, Padilha e Sano (2017) explanam que: a) na econômica, as instituições são vistas a partir do comportamento individual, entendendo o indivíduo como maximizador de benefícios, guiado por um ideal utilitarista em que se busca atender aos interesses próprios. Ou seja, compreende as instituições como ordenamentos justificados pela busca de redução de custos de transação e produção, decorrendo em um entendimento expressamente funcionalista, em que os indivíduos possuem um comportamento mais voluntarista, e menos influenciado pelo contexto histórico, cultural e social; b) na histórica/política, as instituições são entendidas predominantemente pelo conceito de dependência de trajetória (*path-dependence*), no qual as características institucionais são herdadas da trajetória histórica, em que as ações passadas condicionam as tomadas de decisões futuras. Nesta perspectiva, destacam-se momentos críticos em que se muda o direcionamento das ações, em que o Estado passa a exercer um papel no conjunto de instituições, estruturando e moldando a natureza dos conflitos entre indivíduos/organizações; e, c) na sociológica, considera-se aspectos contextuais no entendimento das instituições moldando as ações dos indivíduos, os quais são afetados pelas crenças, regras e valores da sociedade. Aqui, as ações não são resultantes de lógicas funcionais e de caráter instrumental, mas, os indivíduos atuam movidos por aspectos institucionais (NASCIMENTO; PADILHA; SANO, 2017).

Como ressaltado por Setterfield (1993), Lôreto (2005) e De Melo Pereira (2012), além das três vertentes que buscam elucidar a teoria institucional, é relevante salientar que esta passou por algumas transformações, passando do velho para o novo institucionalismo. O velho institucionalismo está atrelado às concepções de paradigma racional-funcionalista, centrando-se nos aspectos estrutural e comportamental para análise institucional, possui foco em questões como eficiência, técnicas e realização de previsões por meio da análise histórica; e parte do entendimento de que a estrutura define e age sobre a ação (escolhas e atividades individuais). Em contrapartida, o novo institucionalismo (ou neoinstitucionalismo) passa a considerar a influência de normas culturais, políticas e simbólicas no desenvolvimento das estruturas econômicas e sociais, criando e mantendo instituições, sendo baseado principalmente no trabalho de Meyer e Rowan (1977). Assim, compreende as instituições com base no

comportamento interessado dos indivíduos, em busca de maior benefício próprio, em que a ação individual dá origem à estrutura (SETTERFIELD, 1993; LÔRETO, 2005; DE MELO PEREIRA, 2012; SILVA; JUNQUEIRA; CARDOSO, 2016).

Em que pese essas considerações, conceituar instituições se configura uma ação complexa, pois são diversas as compreensões a respeito, não havendo um consenso entre as áreas que estudam a temática (PIAIA, 2013; GLÜCKER; BATHELT, 2017; CHAERKI; RIBEIRO; FERREIRA, 2019). Glücker e Bathelt (2017) trazem uma discussão relevante a respeito das instituições que perpassa os âmbitos de análise macro e micro, destacando o trabalho de Acemoglu e Robinson (2012) em economia, que buscaram entender o que leva as nações ao sucesso ou fracasso econômico e concluíram que os aspectos fundamentais para o desenvolvimento dos países são suas características institucionais, como também, os contextos que acompanham as mudanças dessas instituições, partindo de uma compreensão estrutural, no nível macro.

Glücker e Bathelt (2017) citam ainda nessa ênfase macro, o trabalho de North (1994) na área de história, que trouxe alguns pensamentos referentes à mudança institucional e seu impacto no desenvolvimento econômico. E mencionam também Farole, Rodríguez-Pose e Storper (2011) e Bathelt e Glücker (2014) do campo de geografia econômica que contribuíram com a noção de contexto institucional e suas configurações de acordo com as idiossincrasias pertencentes às localidades, já adentrando na perspectiva micro.

Glücker e Bathelt (2017) reafirmam a necessidade de estudos sob uma abordagem micro, citando o trabalho de Powell e DiMaggio (1991) que na área de estudos organizacionais trouxeram uma importante contribuição, ao questionarem a abordagem macrosociológica na temática de instituições e falarem que o macro corresponde a uma resposta à perspectiva microsociológica, mas que esta é pouco explorada. Os autores destacaram a necessidade de se estudar os comportamentos e as relações entre os agentes organizacionais; e de se atentar aos diferentes níveis na análise institucional. Essa relação de análise micro-macro será vista mais à frente na apreensão da abordagem relacional. Desse modo, diante desse contexto em que se percebe uma variedade de perspectivas, é importante no ato da pesquisa definir qual o entendimento direcionador no que tange a instituições (PIAIA, 2013; BATHELT; GLÜCKER, 2014; GLÜCKER; BATHELT, 2017; CHAERKI; RIBEIRO; FERREIRA, 2019).

Assim, para uma melhor compreensão da tônica das instituições, Glücker e Bathelt (2017) delimitaram 4 principais significados de instituição que impactam a inovação, sendo o último utilizado por eles, o que constitui o embasamento desta pesquisa, conforme ilustrado na figura 1:

Figura 1 – Concepções do termo instituição



Fonte: A Autora (2021)

Nota: Adaptado de Glücker e Bathelt (2017)

De acordo com a figura 1, nos estudos anteriores as instituições são vistas como a) regularidades comportamentais individuais, assim representando hábitos que não estão relacionados a expectativas e sanções dos outros indivíduos, portanto, sem consequências caso essas atividades não aconteçam, ou sejam modificadas; b) as instituições são concebidas como entidades, organizações, empresas, associações, autoridades públicas, como por exemplo, instituições financeiras, não adentrando nas organizações como provenientes das ações das pessoas em coletividade alinhando recursos e interesses para os objetivos comuns, baseando-se nas instituições e não sendo as próprias instituições; c) instituições são compreendidas como regras, leis, normas, diretivas, padrões, determinando os estímulos para o desenvolvimento econômico e social. Estas são essenciais para a ação e interação, mas não são as instituições, pois, os indivíduos em suas interações mesmo sabendo de tais regras e regulamentos, podem agir diferente e com outras alternativas. Assim, as instituições podem se desenvolver em concordância com as regras, em resposta ou até em contrariedade a elas; e, d) instituições correspondem a ações e interações sociais com padrão em curso e relativamente estáveis, embasadas em expectativas mútuas que existem devido às constituições e ações intencionais ou não (BATHELT; GLÜCKER, 2014) a partir de uma abordagem relacional, a qual será abordada no tópico seguinte.

3.3 Compreendendo as instituições pela abordagem relacional

Entender as instituições pela perspectiva relacional é uma forma de adentrar na dinâmica das organizações imersas em uma estrutura de relacionamentos sociais, que compõe o contexto institucional (GLÜCKER; BATHELT, 2017). Este, de acordo com Bathelt e Conserva (2016)

e Glücker (2020), passa a ser compreendido por meio das ações e interações que impactam e englobam três aspectos: a) a organização, apreendendo o papel e as associações entre os agentes institucionais que desenvolvem as regras; b) as normas e regulamentos elaborados por eles como uma estrutura de ação; e c) os padrões de interação que se desenrolam em situações específicas, os quais são as próprias instituições.

Nesta apreensão, as instituições são concebidas a partir de uma perspectiva relacional, na qual, conforme salienta Granovetter (1985), não se configura em a) indivíduos subsocializados que buscam seus próprios objetivos independente das outras pessoas, nem tampouco em b) agentes supersocializados que cumprem as regras e ordens normativas à risca como se fossem robôs. Setterfield (1993), complementa essa visão ao argumentar que as instituições devem ser compreendidas como em contínua evolução e construção coletiva. Ele traz uma crítica a respeito das duas vertentes conflitantes de estudos do velho e do novo institucionalismo, em que o primeiro dá uma atenção insuficiente ao papel das pessoas na conjuntura institucional e o segundo, ao se basear no comportamento interessado dos indivíduos, deixa de abarcar as relações entre estes (SETTERFIELD, 1993).

Estas críticas iniciais na temática colocaram em evidência a necessidade de uma abordagem que buscasse compreender a interação dinâmica entre as instituições e a evolução das ações e condutas coletivas, que considerasse importante o comportamento atual na construção de instituições futuras, como também, que perscrutasse entender as limitações sobre o contexto devido a configurações institucionais pré-existentes (SETTERFIELD, 1993). Ademais, seguem na linha de argumentação de Granovetter (1985) que coloca em destaque o imperativo de se complementar a visão funcionalista por meio de uma análise detalhada das ações e estruturas sociais, as quais são a chave para compreender como as instituições se conformam.

Nesse sentido, Faulconbridge (2017), ao explanar a respeito da lente relacional nos estudos sobre economia, conhecimento e inovação, afirmou que o enfoque atribuído à dimensão social se distancia da escala de análise macro e passa a focar no nível micro. Neste, busca-se compreender os agentes em suas interações, possibilitando entender como as ações são formadas e moldadas de forma coletiva pelos contextos institucionais em que são produzidas. Ao mesmo tempo, o autor realça que o enfoque no nível micro não se restringe somente às atividades de ação, mas pode contribuir com o entendimento da escala macro no que tange aos efeitos institucionais nas localidades. Ou seja, o conceito de instituições pela ótica relacional coloca em pauta nas investigações a possibilidade de combinar e integrar considerações de micro-ações e aspectos macro (BATHELT; GLÜCKER, 2005).

Essa natureza recursiva explica o enfoque do contexto institucional no nível micro da participação social, sem excluir o nível macro referente às ordens normativas. Nesse sentido, Machado-da-Silva, Fonseca e Crubelatte (2010) tecem argumentos para se compreender a teoria institucional por uma abordagem recursiva, na qual estrutura, agência e interpretação estejam imbricadas. Os autores defendem a teoria institucional como multiparadigmática, em uma perspectiva sistêmico-processual de dualidade, na qual persistência e mudança, estrutura e agência se interligam. Nesses termos, a institucionalização passa a ser vista como um processo recorrente, assegurado e circunstanciado, mas não determinado, por relativo grau de estabilização das ações sociais, o que se alinha à concepção relacional (MACHADO-DASILVA; FONSECA; CRUBELATTE, 2010; CHAERKI; RIBEIRO; FERREIRA, 2019).

O caráter recursivo é também elucidado por Glücker e Lenz (2016) e Glücker e Bathelt (2017), ao explicitarem que a construção constante das instituições envolve processos simultâneos de causação descendente e ascendente, salienta-se não lineares (MACHADO-DASILVA; FONSECA; CRUBELATTE, 2010). Glücker e Lenz (2016) propuseram que as instituições são transformadas continuamente, sendo a causação ascendente entendida na escala micro, em que a interação social continuada repete os padrões institucionais existentes, e ao mesmo tempo as ações cotidianas podem se desviar gerando novas instituições, sendo legitimadas quando reproduzidas em situações similares, tornando-se cada vez mais aceitas. E, a causação descendente é elucidada no nível macro, no qual as normas, leis e diretivas também afetam as instituições em uma dinâmica contingente, pois seu impacto sobre as ações sociais reais é ponderado pelos padrões legítimos de interação em cada contexto social.

Em que pese essas considerações, a abordagem relacional constitui uma perspectiva que pode abarcar pessoas e suas ações e interações em determinados lugares, auxiliando na colaboração socioespacial, podendo contribuir para o desenvolvimento econômico da localidade investigada (FAULCONBRIDGE, 2017). Ao se dar atenção às interações no espaço, compreende-se como se moldam instituições, como impactam decisões e novas rodadas de ação, como as consequências de ações intencionais (ou não) afetam e suscitam instituições novas ou existentes (BATHELT; GLÜCKER, 2014). Ou seja, a visão relacional é uma lente teórica que possibilita melhor compreender algumas lacunas explicativas como, por exemplo, o porquê de algumas regiões serem mais prósperas que outras, que as abordagens puramente estruturais deixam em aberto.

Faulconbridge (2017) acrescenta ainda alguns princípios do ponto de vista relacional, enfatizando que os estudos nesta lente envolvem os componentes socioculturais das ações, nos quais se busca compreender como a cultura e as relações que se estabelecem moldam os

microespaços das interações. O autor destaca também a compreensão da espacialidade, entendendo o espaço como produzido continuamente por meio da construção social (agência social, ações e interações), salientando uma complementaridade entre a dimensão social (natureza das relações que se estabelecem) e os elementos materiais (redes de tecnologia de informação e documentos em circulação). Assim, a abordagem relacional dá ênfase aos papéis dos agentes organizacionais, às ações e relacionamentos estabelecidos, às instituições sociais resultantes e sua dinâmica na configuração das concepções locais, podendo apontar a necessidade da criação de espaços que estimulem a inovação (BATHELT; GLÜCKER, 2014; FAULCONBRIDGE, 2017).

Ainda a respeito da perspectiva relacional, verifica-se que ela constitui uma concepção que suplementa e adiciona aos modos de pensar dos estudos tradicionais, os quais tratam de questões como espaço, recursos e descrição de categorias e processos como variáveis explicativas de desenvolvimento, não atentando aos sistemas sociais (reais produtores da realidade), deixando-os ocultos (BATHELT; GLÜCKER, 2003). Ou seja, as abordagens convencionais tendem a tornar estática a estrutura social, por deixar passar despercebidas as ações e interações factuais contextuais e ordenadas no espaço e no tempo.

Outrossim, a visão relacional entende que as ações não podem ser explicadas por leis universais e modelos determinísticos, pois por estarem situadas em sistemas abertos não são totalmente previsíveis. Ao aplicar uma perspectiva relacional, entende-se os processos pelos quais as ações são moldadas coletivamente, e que estas estão imbricadas em estruturas, desempenhos e reflexividades sistematicamente complexos (BATHELT; GLÜCKER, 2005). Ou seja, uma concepção relacional permite incorporar aos estudos tradicionais o entendimento de que os múltiplos, heterogêneos e complexos contextos e racionalidades das ações sociais podem ser integrados (BATHELT; GLÜCKER, 2014). Estas ações, em movimento, definem um campo de aprendizagem e inovação, os quais vão depender de institucionalidades referentes à competição, apoio, contratos formais e morais, confiança e conflitos entre indivíduos/organizações. A seguir, o quadro 2 apresenta a inovação vista pelos estudos convencionais e pela abordagem institucional na perspectiva relacional:

Quadro 2 – A perspectiva relacional como complemento às abordagens da inovação

	Inovação pelos estudos convencionais	Inovação pelas instituições na perspectiva relacional
Escala de análise	Enfoque nos extremos, por um entendimento centrado no nível micro, entendendo os agentes como indivíduos sempre em busca dos próprios interesses, desconsiderando as interações sociais; ou	Relação micro-macro, atentando ao contexto microinstitucional conformado pela dinâmica das ações e interações sociais, com repercussão na escala macro ao facilitar ou inibir os processos de

	<p>por uma compreensão focada na escala macro, atentando aos componentes estruturais, deixando de lado as influências sociais (BATHELT; GLÜCKER, 2005).</p>	<p>desenvolvimento da inovação em determinado espaço (GLÜCKER; LENZ, 2016; FAULCONBRIDGE, 2017; GLÜCKER; BATHELT, 2017).</p> <p>A abordagem relacional permite combinar e integrar aspectos de micro-ações e elementos macro, possibilitando ajustes nos processos de desenvolvimento da inovação de acordo com os padrões legítimos de interação.</p>
Agentes sociais	<p>Os indivíduos são vistos como seres isolados que realizam roteiros de forma atomística. Novas normas, procedimentos e estratégias de inovação são facilmente aceitos (BATHELT; GLÜCKER, 2014; GLÜCKER; BATHELT, 2017).</p>	<p>As pessoas são entendidas como não atomísticas, pois podem se desviar das normas e regras prescritas, nem sempre obedecendo ao que lhes é colocado como estabelecido. Os agentes são entendidos como em busca de alternativas, podendo concordar ou refutar normas e regulamentações (BATHELT; GLÜCKER, 2005, 2011, 2014).</p> <p>Criação de ferramentas e estratégias levando em consideração as ações institucionalizadas para inserir a inovação.</p>
Modelos de inovação	<p>Modelos determinísticos, centrados principalmente em processos lineares de sequência lógica e fechados aos limites organizacionais, desconsiderando a dinâmica de mercado e as interações entre agentes organizacionais; sendo centrados em aspectos formais e estruturais, como produtos e processos (LOPES et al., 2012; BAGNO; DA SILVA; SALERNO, 2014).</p>	<p>Perspectiva mais aberta e interativa, centrada na dinâmica das ações e relações sociais e coletivas, envolvendo aspectos como arranjos informais, negociações, acordos, conflitos, entre outros. Considera os aspectos formais, mas dá atenção aos elementos de natureza informal e implícita (DOUGHERTY, 2017; GLÜCKER; BATHELT, 2017).</p> <p>Superação dos limites internos das organizações com pesquisa orientada e verificação de usos alternativos que atendam às possibilidades do mercado, ampliando as oportunidades de inovação.</p>
Ambiente	<p>Ambiente e conhecimento em condições de equilíbrio perfeito, em que novos e melhores produtos e tecnologias são logo difundidos. Capta e atende facilmente às necessidades do mercado (GLÜCKER; BATHELT, 2017).</p>	<p>Ambiente proveniente das interações sociais, constituindo-se incerto, imprevisível e heterogêneo (GLÜCKER; BATEHLT, 2017; PIMENTEL, 2019).</p> <p>Necessidade de mudar e permitir novas instituições mais adequadas ao ambiente no decorrer do tempo, atentando-se às ações e interações sociais.</p>
Instituições	<p>Entendidas como regularidades comportamentais individuais, ou como sinônimo de organizações, ou como regras e normas prescritas (BATHELT; GLÜCKER, 2014; GLÜCKER; BATHELT, 2017). Centrada em previsões por aspectos históricos ou espaciais (FAULCONBRIDGE, 2017).</p>	<p>Compreendidas como decorrentes das interações sociais, envolvendo padrões de ações compartilhados, construídos e legitimados ao longo do tempo em determinado contexto. Depreende-se uma contínua evolução por meio das dimensões da ação social: contexto, circunstância e contingência (BATHELT; GLÜCKER, 2014; GLÜCKER; BATHELT, 2017).</p> <p>Representantes de organizações públicas e privadas devem atentar às instituições, para não gerar resistências, assim, os ajustes devem ser feitos considerando as capacidades para inovar, as características locais e os agentes em suas interações</p>

		sociais que estão imbricados em determinado contexto.
--	--	---

Fonte: A Autora (2021)

Como destacado no quadro 2, a arquitetura relacional entende as instituições a partir da maneira como as ações e relações se estabelecem, compreendendo-a através de uma perspectiva micro que influi e se conecta à escala macro, adentrando mais enfaticamente em como os padrões relativamente estáveis de ação e interação acontecem no tempo e no espaço (DOUGHERTY, 2017; GLÜCKER; BATHELT, 2017). Além disso, tal abordagem permite compreender as diferenças entre regras formais e padrões de ação e interação em um contexto específico (GLÜCKER; LENZ, 2016). São essas ações e interações repetidas que constituem as instituições e correspondem a aspectos como desenvolvimento de confiança, a formas como a autoridade é expressa, como as coisas são feitas de maneira específica, como os ambientes de negócios operam e se adaptam no decorrer do tempo e como a inovação incide em contextos distintos.

Nesse sentido, Glücker e Bathelt (2017) em seus trabalhos veem as instituições pela perspectiva relacional como uma lente que direciona a análise dos processos sociais na inovação. Essa estrutura de análise possui enfoque sistemático nos agentes sociais/econômicos, na ação e na interação. E assim, estabelecem que as ações e interações sociais ocorrem por meio de três dimensões: contextual, circunstancial e contingencial, as quais serão detalhadas na próxima seção.

3.4 As dimensões das ações e interações sociais como produtoras das instituições: desvelando a dinâmica da inovação

Como visto, a abordagem relacional compreende a ação social como integrada em estruturas de relações sociais em andamento, as quais se estabelecem em um contexto específico. Neste sentido, considera-se que os agentes não são entidades isoladas, mas interconectadas por meio de processos de comunicação, ajuste com fornecedores, clientes, concorrentes, entre outros, envolvendo fatores formais e informais. Ou seja, a ação social é considerada um processo, situado no tempo e no espaço. Aspectos estes que colocam em destaque os argumentos de Glücker e Bathelt (2017) quanto à abordagem institucional ao defenderem uma visão relacional compreendida através de três elementos: contexto, circunstância e contingência.

O aspecto contextual corresponde a uma perspectiva estrutural na qual as agências estão localizadas em contextos de relações sociais e institucionais (e estruturas materiais). Ele é visto de forma situada, sendo resultado de uma teia complexa de negociações e acordos entre agentes, empresas e organizações locais, permeada por culturas, estruturas organizacionais, graus de integração, cursos, fluxos e capacidades tecnológicas de um ambiente particular (BATHELT; GLÜCKER, 2002; 2003). Dessa forma, é possível compreender que as ações estão incorporadas ao contexto e associadas aos indivíduos (FRANCIO; VERSCHOORE, 2018).

Aqui, acentua-se a ação humana como de caráter relacional, compreendendo que as pessoas não agem atomisticamente, sem contexto. Ao contrário, as decisões e respectivas consequências são conformadas pela estrutura das relações sociais com outros agentes e compartilhadas por meio de condições institucionais do ambiente (BATHELT, GLÜCKER, 2005; GLÜCKER; BATHELT, 2017). Como argumentado pelos autores, novas ações vão sendo criadas por meio de processos interativos de interpretar, assimilar e adaptar as ações existentes em um quadro contextual singular, não podendo ser explicada por meio da aplicação de teorias determinísticas e universais.

Quanto à concepção circunstancial, os autores explicitam que se constitui uma perspectiva dinâmica, na qual os processos de organização, inovação, interação e desenvolvimento serão dependentes conjunturais (BATHELT, GLÜCKER, 2002, 2011; GLÜCKER; BATHELT, 2017). Ou seja, a ação futura dependerá das tomadas de decisões, ações, estruturas, regras e processos do passado. Refere-se, portanto, a atentar para os agentes imersos em relações sociais e contextos institucionais, entendendo que se trata de uma construção histórica, na qual as operações são produzidas, reproduzidas, legitimadas e modificadas no decorrer do tempo. Estas ações e interações que aconteceram anteriormente habilitam e/ou restringem o quadro de ações atuais, ou seja, direciona intenções futuras até certo ponto, devido ao fator contingencial (BATHELT; GLÜCKER, 2003).

A este respeito, Méndez, Amezaga e Santamaría (2019) esclarecem que o principal elemento argumentativo dessa perspectiva é o de que os resultados dependem de como as situações iniciais e a história da economia/inovação se desenvolvem ao longo do tempo. Neste âmbito, há uma multiplicidade de equilíbrios e lições aprendidas que limitam previsões. Por conseguinte, a dimensão circunstancial tem em seu núcleo uma crítica aos princípios abstratos, simplificados e idealizados nos quais as ações sempre se direcionam a um cenário de equilíbrio perfeito (MÉNDEZ; AMEZAGA; SANTAMARÍA, 2019).

A concepção circunstancial coloca em pauta a questão da formação dos valores, normas e convenções que possibilitam que na interação os agentes possuam alternativas distintas e

expectativas razoáveis e compreendam responsabilidades mútuas (BATHELT; GLÜCKER, 2005). Assim, essa compreensão dá atenção aos padrões reais de interação desenvolvidos ao longo do tempo, sendo baseados na experiência, cumulativos e reflexivos (BATHELT; GLÜCKER, 2002). Abarcando, portanto, as instituições que delimitam ou instigam as ações em andamento no sentido de padrões de interação aceitos e existentes nas condutas dos indivíduos (BATHELT; GLÜCKER, 2014; GLÜCKER, 2020).

Por fim, a dimensão contingencial compreende uma perspectiva aberta (relacionada à agência ou estratégia) na qual os agentes realizam as escolhas e decisões podendo se desviar dos caminhos pré-determinados (BATHELT; GLÜCKER, 2003; 2011; GLÜCKER; BATHELT, 2017). As instituições se desdobram em ações que respondem às regras em maior ou menor medida, ou mesmo, as desconsideram. Desse modo, as ações e interações sociais podem incluir regras, normas, regulamentos e planejamentos, contudo, os agentes inseridos em sistemas abertos se constituem sujeitos imprevisíveis, atuando de forma não atomística. Bathelt e Glücker (2014) asseveram que a ação não é atomística, mas relacional, não considerando os agentes como isolados e cumpridores de *scripts* comportamentais, ao contrário, os indivíduos estão inseridos em um ambiente social que imprime significado por meio da interação repetida.

Logo, entende-se que as ações não podem ser causadas partindo-se de suposições de que os indivíduos são racionais e maximizadores de utilidade (BATHELT; GLÜCKER, 2005, 2014). Ao contrário, são agentes que recorrem mutuamente a crenças e expectativas compartilhadas as quais indicam efetivamente as maneiras de agir em conjunto, podendo ou não estar em conformidade com as regras existentes (GLÜCKER, 2020). O elemento contingente compreende que um evento não causa necessariamente outro específico; ou condições pré-existentes iguais para a ação, não possuem necessariamente consequências análogas (BATHELT; GLÜCKER, 2002, 2003). A contingência concebe a ação como produtora, reprodutora e modificadora de estruturas, que podem moldar pré-condições para ações futuras não previstas.

Essas constatações envolvem fluxos interorganizacionais, conexões e relações que não podem ser vistos de forma estática. Sua compreensão busca o conhecimento dinâmico dos agentes e das estruturas em movimento, sendo este o foco da análise. A perspectiva contextual, circunstancial e contingente constitui uma quebra de paradigmas no que tange a modelos teóricos embasados em leis universais, explicados por processos lineares e sistemas fechados. Em suma, a abordagem relacional, apontada por Glücker e Bathelt (2017), ao ser associada à instituição compreende uma perspectiva micro, focalizando nos agentes individuais e coletivos

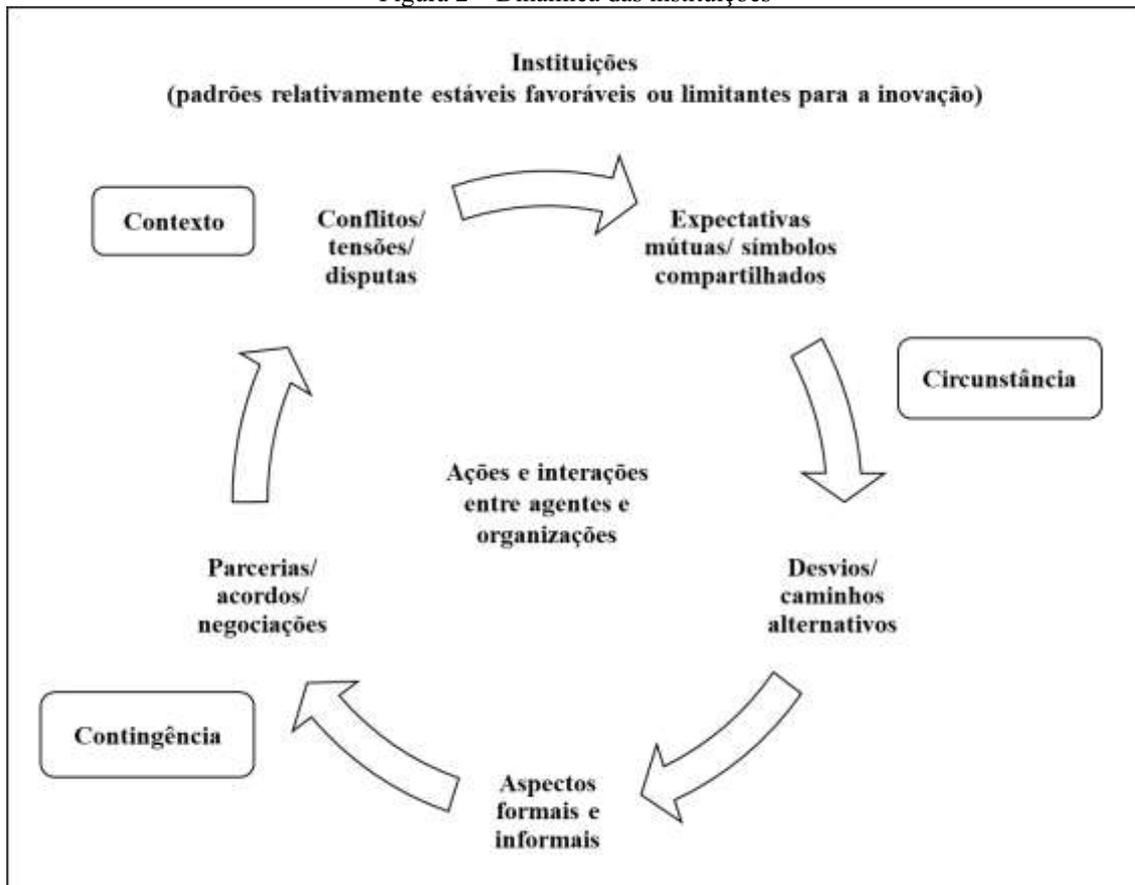
organizacionais, considerando também os elementos macro, o que os autores denominam de institucionalização transformadora.

Insta ressaltar que a ação social não pode ser compreendida como a execução de roteiros, diferentemente, ela se desvela como interações reflexivas e recursivas alusivas a contextos espaço-temporais específicos. Isso inclui entendimentos compartilhados de ações, conceitos e expectativas dispostos em acordos tácitos, devendo políticas econômicas e de inovação serem reflexivas e flexíveis às instituições subjacentes (BATHELT; GLÜCKER, 2014; GLÜCKER, 2020). Esse entendimento da dinâmica institucional desempenha um papel fulcral na facilitação ou impedimento às inovações, influenciando na persistência e no surgimento de instituições e na intenção de novas (GLÜCKER; BATHELT, 2017). Elas passam a ser notadas como críticas ao desenvolvimento econômico (GLÜCKER, 2020).

Dessarte, as três proposições da ação social estão imbricadas e constituem uma expressão das interações factuais reais. Estas, remetem a padrões históricos de expectativas mútuas circunstanciais e condicionais e, ao mesmo tempo, ao contexto colaborando na transformação desses padrões, levando-se em conta o princípio da contingência. Essas dimensões lançam uma outra perspectiva para se estudar o ambiente de inovação a partir das relações que se estabelecem, assim como, esse escopo analítico incita para um ponto de partida que pode contribuir para a construção de políticas institucionais, explicitando a relação micro-macro abordada na lente relacional (GLÜCKER; LENZ, 2016; GLÜCKER; BATHELT, 2017).

Essa avaliação permite, ainda, que se compreenda os padrões subjacentes de interações estáveis, compostos por ações e interações únicas, fornecendo indicativos para reforçar os pontos fortes existentes no direcionamento da inovação, como também, para entendimento dos aspectos do contexto que dificultam o desenvolvimento inovativo (GLÜCKER; LENZ, 2016; GLÜCKER; BATHELT, 2017). Revelando assim que a partir da identificação do contexto institucional, abre-se espaço para que determinada região busque a inovação sendo sensível às instituições produzidas em sua contextualidade espaço-temporal; não focando apenas nas regras, mas nas ações e condutas específicas provenientes das interações entre agentes. A figura 2, a seguir, ilustra e sintetiza os principais pontos da dinâmica institucional pela visão relacional, compreendida como em constante evolução e oriunda de produção coletiva:

Figura 2 – Dinâmica das instituições



Fonte: A Autora (2021)

As três perspectivas elucidadas na figura 2 dão ênfase a uma maior atenção aos elementos dinâmicos e subjacentes do sistema de inovação (ao invés dos estáticos), os quais são substanciais para a absorção de informação e conhecimento nesses ambientes construídos por meio das interações sociais. Para tanto, a compreensão das percepções dos agentes constantes no ambiente de negócios investigado (gestores, trabalhadores, pesquisadores e demais integrantes do CoMCiTI) a respeito de trocas de informações e conhecimento, das ações informais, das articulações organizacionais, da permuta de competências complementares, das ações coordenadas e compartilhadas, das iniciativas de cooperação em curso, dos conflitos, das tensões, das disputas, entre outros aspectos são fundamentais.

A partir deste novo entendimento é possível compreender de forma mais efetiva como as operações relacionais podem favorecer a ação para a inovação em ambientes que se esforçam e buscam se tornar mais dinâmicos. Ou seja, a apreensão destas dimensões pode vir a dar sustentação para os agentes envolvidos em negócios de inovações voltarem seu olhar para as ações e interações factuais que se estabelecem e se institucionalizam, pela perspectiva relacional.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método corresponde ao caminho esquematizado para atingir determinada finalidade, constituindo o processo de investigação (RICHARDSON, 2015; SEVERINO, 2017). Ele perpassa a busca por uma compreensão das relações que acontecem entre os fatos, quer sejam naturais ou sociais (PÁDUA, 2019). Além disso, abarca o conjunto de operações mentais e procedimentos intelectuais e técnicos utilizados, indicando a abordagem do estudo, para se atingir o objetivo da pesquisa (GIL, 2008).

Ademais, o método possibilita a verificação dos resultados obtidos e sua escolha leva em consideração o tipo de objeto em estudo, como também, a classe de proposições que se busca investigar (GIL, 2008). Neste sentido, a presente pesquisa adotou como eixo de fundamentação a abordagem relacional, a qual se apresenta como uma descontextualização dos princípios de transformações socioeconômicas que acontecem no espaço, sendo respaldada em uma ontologia de realismo crítico e evolutivo (CHIM-MIKI; RUIZ, 2018), que se distancia de leis universais e/ou determinísticas.

Borges et al. (2016) explanam a respeito dos postulados do realismo crítico, relacionando-o ao construcionismo social, apreendendo que a realidade é constituída por estruturas ou mecanismos gerativos, mas não como um efeito mecânico de condições anteriores, sendo relevante o papel ativo dos sujeitos nesse processo. Os autores enfatizam que essa perspectiva busca acessar a realidade e construir conhecimento por meio de teoria e de procedimentos metodológicos que contribuem para descrição, interpretação, criação de sentido, entendimento da realidade e implantação de cursos de ação. A análise cunhada nos fundamentos da epistemologia sócio-construcionista e da ontologia crítico-realista possibilita relacionar conceitualmente agência e estrutura, por uma lente transformadora que evidencia o papel dos sujeitos, imbricados em processos culturais e históricos, na dinâmica social e organizacional (BORGES et al., 2016).

Esse posicionamento realista-construcionista corresponde a um ponto de vista ontológico intersubjetivo, o qual permite que se estabeleçam pontes significativas em relação aos conceitos de subjetivo e objetivo (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELATTE, 2010; BORGES et al., 2016). Os autores argumentam que o compartilhamento de significados atribuídos por agentes em situações específicas, asseguram uma objetividade localizada, referente a determinado espaço-tempo, evidenciando uma abordagem sistêmico-processual recorrente e multiparadigmática, em concordância com a abordagem relacional aqui empregada.

Bathelt e Glücker (2014) ressaltam que a abordagem relacional se constitui pertinente para investigar o contexto institucional nos âmbitos metodológicos e ontológicos por enfatizar as relações sociais. Assim, ao se distanciar de bases explicativas ou determinísticas, a perspectiva relacional objetiva tratar de questões de pesquisa associadas com a análise das ações e interações sociais que impactam a economia, o conhecimento e a inovação em determinado contexto (BATHELT; GLÜCKER, 2003). Dessarte, a escolha adequada do método levou em consideração o objetivo desse estudo: analisar, pela perspectiva relacional, como se configura o contexto institucional no qual se insere o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Caruaru-PE (CoMCiTI) para a inovação local.

A seguir, serão descritos os procedimentos metodológicos desenvolvidos na investigação, iniciando pela caracterização da pesquisa, considerando seu tipo e sua natureza. Em seguida, serão apresentados o *locus* e os critérios da escolha do objeto e dos sujeitos da pesquisa; os instrumentos de coleta; assim como, o processo de análise das evidências, e; por fim, os parâmetros de validade e confiabilidade da pesquisa.

4.1 Caracterização da pesquisa

No que se refere ao método de pesquisa, foi desenvolvida uma investigação empírica, na qual a coleta e a utilização dos dados empíricos estão de acordo com o quadro de referência de uma teoria (DEMO, 1995; MESQUITA; MATOS, 2014). Os autores explicitam que este tipo de estudo é construído por meio da junção da teoria e da dinâmica no campo investigado. Bathelt e Glücker (2014) e Chim-Miki e Ruiz (2018) apontam a necessidade de se realizar estudos empíricos nesta temática, a qual não pode ser mensurada por indicadores óbvios e de fácil identificação, pois envolve a análise das relações sociais. Esta pesquisa foi apreciada por meio das dimensões da contextualidade, da circunstancialidade e das contingências que permeiam as interações sociais dos agentes do CoMCiTI, constantes no ambiente de negócios de Caruaru.

Nesse sentido, como se buscou entender as ações e interações sociais dos agentes, por meio da interpretação a respeito dos significados e compreensões que as pessoas conferem ao contexto institucional, ou seja, como entendem as relações estabelecidas na construção de um ambiente inovativo, a pesquisa possuiu caráter interpretativista. Esta natureza de estudo compreende um processo interativo de pesquisador-sujeito que abarca os âmbitos de experiências pessoais e profissionais dos participantes, assim como, a realidade social e cultural em que estão imersos, sendo estes analisados pelo olhar do pesquisador, envolto por

subjetividades relativas a suas experiências sociais e históricas (DENZIN; LINCOLN, 2006; STAKE, 2006).

Tendo em vista a abordagem epistemológica interpretativista empregada neste estudo, que se alinha ao posicionamento onto-epistemológico realista-construcionista, apresentado na seção anterior, por evidenciar o papel dos agentes nas ações e interações sociais em determinado contexto espaço-temporal, a base de orientação foi de raciocínio indutivo para responder aos objetivos do estudo. A indução consiste em um processo de construção teórica, o qual inicia com a observação de um fenômeno, buscando expandir e enriquecer a teoria que embasa a interpretação dos dados coletados (LEÃO; MELLO; VIEIRA, 2009). Portanto, a abordagem indutiva não parte de uma hipótese a ser testada, ao contrário, se faz presente em uma etapa posterior da pesquisa, na qual após os dados serem coletados, são observados à luz da teoria adotada no estudo, sendo a presente pesquisa respaldada pela teoria institucional na perspectiva relacional. Os autores expõem que o raciocínio indutivo exige, ainda, uma sensibilidade singular do pesquisador, buscando capturar concepções e sentidos por meio do intelecto (LEÃO; MELLO; VIEIRA, 2009).

Devido a esta característica analítica, a natureza desta pesquisa, foi de abordagem qualitativa, a qual se utiliza do texto como ferramenta empírica, compreende as realidades em estudo como construídas socialmente, abarcando as perspectivas dos participantes, em suas ações e interações cotidianas e em seu entendimento a respeito da questão investigada. Assim, a pesquisa qualitativa se demonstrou adequada ao entendimento de como se configuram os possíveis conflitos e articulações nas relações que se constituem entre os agentes do CoMCiTI no contexto institucional analisado. Ademais, conforme Faulconbridge (2017), por a abordagem relacional focar em aspectos como ação e interação social, cultura e poder, culmina para o estudo qualitativo.

Este tipo de pesquisa não é quantificável, contudo, revela-se útil na identificação dos contextos no qual as ações e interações acontecem, sendo pertinente à compreensão das subjetividades, particularidades e complexidades do meio (STAKE, 1995; MARTINS; THEÓFILO, 2009; SEVERINO, 2017). Estas, foram identificáveis por meio da perspectiva relacional, por uma abordagem micro institucional, que tem o potencial de revelar aspectos sobre as ações e interações presentes nas configurações do conhecimento e da inovação, podendo contribuir até mesmo com o nível macro (BATHELT; GLÜCKER, 2005).

Quanto à estratégia de pesquisa, foi realizado um estudo de caso único, por uma abordagem naturalista, sendo a unidade de análise o CoMCiTI de Caruaru-PE, do qual se perscrutou apreender a singularidade e representatividade dentro de seu contexto específico

(STAKE, 1995; 2006). Para Martins (2008) e Creswell (2010) o estudo de caso busca explorar em profundidade um programa, um fenômeno, um processo ou pessoas, por meio da coleta de informações detalhadas. Esta técnica se orienta por um levantamento acurado a respeito de fenômenos contemporâneos dentro de seu ambiente de vivência real, em que fenômeno e contexto estão fortemente imbricados, exprimindo uma correlação fundamental para o entendimento da temática (GODOY, 1995; STAKE, 1994, 1995, 2005, 2006).

Além disso, este tipo de estudo possibilita a avaliação dos diferentes agentes que estão relacionados em determinado contexto - envolto pelos âmbitos político, social, histórico e pessoal - abarcando suas particularidades e complexidades (STAKE, 1995). Sendo pertinente na análise do tema aqui trabalhado, que buscou compreender as nuances e interferências nas relações que se estabelecem entre os agentes do CoMCiTI, contribuindo assim, para um conhecimento mais profundo a respeito de tais ações e interações dos agentes investigados. Destaca-se, ainda, uma atenção a possíveis extensões do singular para o genérico, possibilitando uma visão geral e projeções para outros casos, constituindo-se um estudo de caso instrumental (STAKE, 1994, 1995, 2005, 2006).

No que tange ao objeto, a pesquisa se configurou como de caráter exploratório e descritivo. Respectivamente, porque se buscou uma maior familiaridade com a problemática analisada, uma captação de informações acerca de determinado fato, contribuindo com o campo de investigação ainda pouco explorado; e porque se objetivou descrever as características do fenômeno em foco, buscando entender a natureza das ações e relações que se estabelecem no CoMCiTI permeado pelo contexto institucional investigado (GIL, 2008; 2017; SEVERINO, 2017). Para Stake (1995), a descrição detalhada do contexto, conformado pelas ações e interações sociais, facilita a interpretação e apreensão dos significados pelo pesquisador.

4.2 Locus da pesquisa

O cenário ou *locus* da pesquisa consiste em determinado lugar no qual o fenômeno em foco é estudado. Na presente investigação, o *locus* é o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Caruaru (CoMCiTI), composto pelos principais agentes da cidade, os quais atuam como impulsionadores de inovação e de desenvolvimento da região. Este contexto converge para o argumento de Glücker (2020) de que uma avaliação institucional deve ser centralizada nas relações que guiam à aprendizagem, pesquisa e desenvolvimento, incluindo empresas e universidades. O *locus* permitiu um entendimento a respeito do contexto

institucional para inovação de um município que apresenta esforços centrados no aumento da competitividade e capacidade inovadora.

A cidade de Caruaru é uma mesorregião do Agreste Pernambucano e uma microrregião do Vale do Ipojuca, ela ocupa uma área de 932 km² e possui mais de 350 mil habitantes, sendo a cidade mais populosa do interior do estado de Pernambuco (IBGE, 2016). O município apresenta como principais atividades econômicas o comércio de confecções, a prestação de serviços e a indústria (VISITE CARUARU, 2020). Caruaru é uma das principais cidades do polo de moda e confecções, em conjunto com Santa Cruz do Capibaribe (PE) e Toritama (PE), dispondo de uma infraestrutura educacional que busca capacitar e qualificar a população da região (SILVA; FERNANDES; SILVA; 2020).

O município, desde 2010, demonstra esforços para formação de um ambiente inovador, em que agentes gradativamente se articulam e buscam incentivar o investimento em novos empreendimentos (SILVA; FERNANDES; SILVA; 2020). E, no intuito de investir em ações de políticas públicas e cunhar diretivas com a finalidade de alavancar os negócios e desenvolver um sistema de inovação na cidade, foi criado o CoMCiTI no final do ano de 2019. Lima (2020) aponta que o Conselho é o único do Estado de Pernambuco, e surgiu a partir da percepção de que um grupo de agentes vinha, desde o ano de 2017, buscando se articular, investindo em eventos associados à temática de inovação, e, requerendo incentivos neste sentido. A exemplo da rede de ação e cooperação entre empreendedores do ramo de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) e Economia Criativa (EC), denominada de Movimento Tapioca Valley (LIMA, 2020; SILVA; FERNANDES; SILVA, 2020).

O Conselho teve sua formação amparada na Lei Municipal nº 6.488, de 23 de dezembro de 2019, a qual dispõe sobre sua criação e dá outras providências. O CoMCiTI é um órgão colegiado, de natureza consultiva e deliberativa, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Economia Criativa do município de Caruaru, constituído por representantes do Poder Público, da Comunidade Acadêmica e de entidades dos âmbitos econômico, profissional ou empresarial que fomentem e/ou apoiem a Ciência, a Tecnologia e a Inovação (CT&I) (CARUARU, 2019).

Entre as responsabilidades do órgão, dispostas no artigo 2º da referida lei, pode-se destacar: fortalecimento e ampliação da base técnico-científica da cidade, propagação e democratização do conhecimento, incentivo ao uso de técnicas e tecnologias já existentes, estímulo a estudos que busquem evitar impactos sociais e ambientais negativos, promoção da inclusão social, articulação de ações das organizações públicas e privadas com outras regiões,

formulação e fiscalização de ações e políticas públicas de CT&I, entre outras (CARUARU, 2019).

O 3º artigo institui que o Conselho seja formado por 17 membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo cinco representantes do poder público municipal, cinco representantes de universidades (incluindo públicas e privadas), cinco representantes de organizações públicas e privadas que atuem em prol da CT&I e dois representantes especialistas na temática, indicados pelo Poder Executivo. Os órgãos partícipes e representados no Conselho serão brevemente descritos a seguir:

Quadro 3 – Representantes do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Caruaru

Hélice	Integrantes do CoMCiTI	Principais informações
Poder público municipal	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Economia Criativa (SEDEEC)	Suas atribuições envolvem o planejamento, fomento, coordenação e execução de políticas de desenvolvimento econômico nos âmbitos industrial, comercial e de serviços; investimentos para expansão das atividades produtivas; e incentivo de parcerias com as esferas pública e privada (CARUARU, 2020).
	Secretaria de Educação e Esportes	Objetiva assegurar o acesso da população à educação básica, além de promover ações articuladas com os entes estaduais e federais de educação e fiscalizar instituições públicas da rede municipal de educação. Além disso, é responsável por elaborar, implantar e acompanhar políticas educacionais voltadas para a melhoria da qualidade do ensino, modernização pedagógica e da capacitação do quadro técnico da educação municipal, elaborando as políticas municipais de educação (CARUARU, 2020).
	Secretaria de Saúde	É incumbida de planejar, desenvolver e executar a política de atendimento integral das necessidades de saúde da população e desenvolver políticas de fortalecimento ao sistema de atendimento especializado nas UPAs e hospitais municipais. Além de, coordenar e acompanhar o processo de municipalização do Sistema Único de Saúde (SUS) e planejar, desenvolver e executar a política sanitária municipal e promover políticas de inovação na rede de saúde do Município (CARUARU, 2020).
	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão	Suas atribuições consistem em planejar, desenvolver e acompanhar ações que visem o desenvolvimento territorial, econômico, social e de inovação da cidade de Caruaru. Assim como, coordenar o processo de planejamento municipal e a descentralização das ações por meio da gestão estratégica, territorial e participativa no planejamento (CARUARU, 2020).
	Autorquia de Urbanização e Meio Ambiente de Caruaru	Possui a atribuição de dar cumprimento à política de governo no que tange ao disciplinamento, organização, execução ou delegação, controle e fiscalização referentes à regularização fundiária, urbanística e ambiental (CARUARU, 2020).
Comunidade Acadêmica	Centro Acadêmico do Agreste (CAA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Constitui o campus pioneiro da UFPE no interior de Pernambuco, funcionando há 14 anos. Possui como objetivo contribuir com o desenvolvimento social,

		econômico e cultural do Estado. Foi instalado na cidade de Caruaru, por esta ser destaque no contexto da região Agreste, com arranjos produtivos predominantes no setor de confecção, por ser centro de serviços e negócios e de distribuição de mercadorias (UFPE, 2020).
	Universidade de Pernambuco (UPE) Caruaru	A UPE Caruaru integra um complexo multicampi da universidade, que possui como missão contribuir para o desenvolvimento sustentável de Pernambuco através do ensino, da pesquisa e da extensão universitária. Sua presença nas diferentes cidades do Estado visam a construção de conhecimentos e a difusão articulada nas comunidades por meio do ensino, pesquisa e extensão (UPE CARUARU, 2020).
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – Campus Caruaru	Faz parte do processo de interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, funcionando desde o ano de 2010. O campus foi instalado na cidade por esta abrigar, em sua maioria, empreendimentos nas áreas de comércio, serviço e indústria (IFPE, 2020).
	Centro Universitário do Vale do Ipojuca (UNIFAVIP Wyden)	Faz parte de um dos maiores grupos educacionais do mundo, a Adtalem Global Education, que busca oferecer qualidade de padrão internacional e experiência em transformar realidades por meio da educação diferenciada (WYDEN, 2020).
	Centro Universitário Maurício de Nassau	Consiste em uma das instituições de ensino que mais cresce no Brasil, com campi em seis cidades do Nordeste. Em 2008, passou a fazer parte do maior grupo educacional do Nordeste – o Grupo Ser Educacional (UNINASSAU, 2021).
	Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES/Unita)	Constitui um complexo educacional com três campi, atuando na cidade de Caruaru do interior de Pernambuco há 60 anos. O centro busca inovações educacionais, expansão na pesquisa e extensão universitária para tornar o município uma referência não apenas na produção científica, mas de significativas contribuições para a sociedade (ASCES UNITA, 2020).
Entidades de categoria econômica, profissional ou empresarial que promovem e apoiam a CT&I	Armazém da Criatividade	Compreende uma unidade avançada do Porto Digital, oferecendo uma estrutura de suporte à inovação e ao empreendedorismo para o Agreste do estado de Pernambuco. Busca integração com unidades de ensino, ciência, tecnologia e cultura no intuito de fortalecer os negócios desdobrados na região e suscitar a inovação por meio do conhecimento e da criatividade (ARMAZEM DA CRIATIVIDADE, 2020).
	Centro Tecnológico de Moda (CT Moda)	Representante do Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP) na cidade de Caruaru desde 2003, possui como objetivo principal atender às demandas do Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste pernambucano. Busca solucionar gargalos tecnológicos e desenvolver a região por meio da promoção de ações, projetos e programas de inovação e empreendedorismo, com prestação de serviços tecnológicos e qualificação de recursos humanos (ITEP, 2020).

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Pernambuco – Sebrae em Pernambuco	Configura-se como uma entidade privada sem fins lucrativos, atuando como agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento que tem a finalidade de apoiar negócios de micro e pequeno porte. Suas atribuições são capacitar empreendedores; acessar novos mercados; incentivar acesso à tecnologia e inovação; e orientar para o acesso aos serviços financeiros (SEBRAE, 2020).
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)	Busca por meio da educação profissional técnica de níveis médio e superior, disseminar práticas de vanguarda para o comércio de bens, serviços e turismo. Objetiva oferecer soluções em educação profissional reconhecidamente eficientes pelo mercado (SENAC, 2020).
Associação Comercial e Empresarial de Caruaru (ACIC)	Constitui a maior Associação Comercial do Norte e Nordeste com mais de dois mil associados, ultrapassando os índices registrados em todas as capitais nordestinas. Objetiva unir o setor empresarial na busca do desenvolvimento local e regional, como também, promover o aprimoramento profissional, não apenas dos empresários, como também dos seus colaboradores (ACIC, 2021).
Sindicato dos Lojistas do Comércio de Caruaru (Sindloja)	É o representante das classes do comércio, bens e serviços do município de Caruaru. Tem em sua pauta a gestão na busca de parcerias em benefício do comércio da cidade, representando legalmente os lojistas em negociações coletivas de trabalho e oferecendo assessoria jurídica, cursos e capacitações a lojistas e funcionários do comércio (SINDLOJA, 2020).
Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE)	Possui a finalidade de promover o desenvolvimento da indústria local, colaborar para o aperfeiçoamento empresarial e melhorar as condições socioeconômicas regionais e nacionais. Atua desde 1939 e dispõe de uma base sindical consolidada e articulada composta por 34 sindicatos de distintos segmentos industriais. Realiza pesquisas técnicas, apoio jurídico, suporte para exportações e intermediações de convênios internacionais (FIEPE, 2020).
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	A Escola Técnica SENAI Caruaru atende à população e às indústrias do Agreste pernambucano com cursos de diversas áreas nos níveis de ensino técnico, de qualificação e aprendizagem. A entidade disponibiliza consultorias empresariais e serviços técnicos e tecnológicos (SENAI, 2020).

Fonte: A Autora (2021)

4.3 Critérios de inserção do objeto e do sujeito

Para defrontar empiricamente as ponderações teóricas, escolheu-se como objeto de estudo o ambiente de inovação em construção da cidade de Caruaru-PE, representado pelos vários agentes que participam do CoMCiTI. Este desígnio se constitui um passo relevante para se entender o contexto institucional, pela perspectiva relacional, das dinâmicas de inovação no

município, pois como sinaliza Glücker (2020), representantes de organizações compõem uma estrutura analítica para analisar a adequação institucional e as políticas existentes e pretendidas de uma região. Elegeu-se o CoMCiTI por ele estar inserido no contexto de Caruaru e por esta ser uma das cidades mais representativas da região estudada, atendendo a diferentes demandas dos municípios circunvizinhos, sendo referência nos âmbitos da economia, trabalho, cultura, infraestrutura médica, educacional e de lazer; e apresentar esforços de articulação para formação de um sistema de inovação local (SILVA; FERNANDES; SILVA, 2020). Além disso, a localidade tem se destacado por seu sistema de comércio, indústria e serviços, figurando entre uma das cidades que mais crescem em Pernambuco (SÁ, 2018; 2019; CARUARU, 2020).

Ademais, tendo em vista a abordagem relacional, foram escolhidos os agentes representativos desse cenário de inovação em formação, que atuam no CoMCiTI (descrito no tópico anterior). A análise de suas ações e condutas nas interações factuais, na conjuntura em análise, permitiu o acesso aos elementos institucionais que se caracterizam como viabilizadores ou inibidores de inovação no ambiente investigado. Estes sujeitos foram escolhidos por se supor que são os que melhor representam o universo de interesse, como assevera Stake (1994; 1995; 2005; 2006). Parte-se da compreensão de que o conteúdo que se apreende destes agentes possibilita uma gama de informações sobre as experiências e vivências do contexto e fenômeno pesquisados, por eles serem considerados os principais expoentes na busca por inovação local.

Essa tarefa de se entender o processo de significação entre os sujeitos, suas ações, circunstâncias e situações vivenciadas se demonstra complexa. Nesse sentido, Silva e Silva (2013) esclarecem alguns critérios quanto ao que se pretende caracterizar, em que nas escolhas de objeto e sujeitos da pesquisa qualitativa, deve-se considerar o que é relevante em relação à teoria adotada e os processos em andamento. Aqui, entende-se que as ações e interações entre os agentes do Conselho foram o principal foco de análise corroborando com a visão relacional, e que as categorias analíticas trabalhadas por Glücker e Bathelt (2017), quais sejam, contexto, circunstância (dependência de caminho) e contingência, permitiram a investigação das estruturas sociais em movimento.

4.4 Instrumentos de coleta de evidências

Em se tratando da construção do plano de coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas ou abertas, complementando-a com a pesquisa documental, conforme sugerido por Stake (1995, 2006). Escolheu-se esses instrumentos de levantamento das evidências por permitirem lograr as informações necessárias ao desenvolvimento do objetivo

proposto. Conforme Godoy (2005), a utilização de diferentes estratégias no processo de coleta de dados possibilita realizar análises e readequações direcionando ao aprimoramento dos conceitos trabalhados; e assegura o ajuste entre as categorias analíticas e a realidade dos participantes, para que pesquisador e partícipes tenham uma compreensão equivalente dos significados.

Ademais, como salientado por Paiva Jr., Leão e Mello (2011) por a pesquisa qualitativa abarcar um pequeno número de unidades de amostra, se faz necessário um conjunto de descrições cuidadosas relativas aos dados coletados, o que envolve pontos de vista múltiplos. Ou seja, tipos de técnicas de colheita de evidências distintos podem enriquecer o entendimento no tocante ao fenômeno investigado.

4.4.1 Entrevista semiestruturada

A entrevista é uma técnica utilizada na investigação social, constituindo um diálogo entre duas pessoas (pesquisador e entrevistado) que fornece a informação necessária de forma verbal (GIL, 2008). Neste estudo, foi utilizada a entrevista semiestruturada ou semiaberta na qual o entrevistador tem liberdade para conduzir os questionamentos conforme considere adequado. Esse tipo de entrevista permite uma visão ampla dos acontecimentos que não foram presenciados, obtendo o maior número de informações centrais ao desenvolvimento da pesquisa e possibilitando explorar novas questões significativas ao fenômeno em pauta (STAKE, 1995; GODOI; BANDEIRA-DE-MELO; SILVA, 2010).

Gil (2008) destaca que por a entrevista apresentar natureza interativa, possibilita o tratamento de temáticas complexas que não seriam adequadamente estudadas por meio de questionários, por exemplo, perscrutando-as em profundidade. O que atende ao pressuposto da abordagem relacional que considera que as instituições apenas se concretizam por meio das ações e condutas sociais em andamento, sendo a unidade de análise as ações e interações entre os agentes (BATHOLT; GLÜCKER, 2014), não devendo ser rastreadas por instrumentos quantificáveis, mas analíticos.

As conversações ocorreram com base no roteiro de entrevistas, consoante apresentado no apêndice A, o qual teve sua elaboração pautada nos objetivos específicos deste estudo. Estes foram inspirados nos eixos analíticos descritos por Glücker e Batholt (2017), que afirmam que a inovação deve ser entendida a partir do ambiente institucional permeando continuamente as ações e relações sociais imbricadas pelo contexto, pela circunstância e pela contingência. Estas dimensões foram investigadas por meio de entrevistas aplicadas com os líderes que participam

do CoMCiTI. Corrobora-se, ainda, com Minayo (2017), que explana que uma entrevista realizada com um sujeito pertencente a um grupo constitui, ao mesmo tempo, um depoimento pessoal e coletivo.

Salienta-se que foi realizado um pré-teste da entrevista no mês de outubro/2020 com um agente do Conselho, o qual foi excluído da análise, para efetuar as adequações necessárias ao roteiro e assim, assegurar a validade dos relatos (FLICK, 2009). As 15 entrevistas que, de fato, constituíram o arcabouço analítico foram realizadas entre novembro e dezembro de 2020.

O primeiro contato com os integrantes do CoMCiTI ocorreu por meio de mensagem via *whatsapp* com um dos integrantes do Conselho, que se disponibilizou a comunicar aos demais e, conforme permissão, ceder alguns contatos dos partícipes. Neste primeiro contato, foi realizada uma breve explicação a respeito da pesquisa e explicitado o porquê da escolha de tais sujeitos, convidando-os a participar do estudo e, consoante se interessassem, disponibilizassem seus contatos.

Posteriormente, o segundo contato se deu por meio de indicações dos entrevistados, correspondente à técnica *snowball* (bola de neve), que desencadeia uma cadeia de informantes e pode indicar uma espécie de rede (VINUTO, 2014). Essa técnica consiste em uma amostra não probabilística, direcionada a pesquisas sociais, na qual os participantes iniciais do estudo indicam novos partícipes, que também indicam novos sujeitos, até se chegar ao ponto de saturação. Este, ocorre quando os novos entrevistados passam a repetir as informações já obtidas nas entrevistas anteriores, sem acrescentar novos conteúdos relevantes ao estudo. Assim, exige uma sensibilidade do pesquisador no que tange ao volume e riqueza de informações obtidas, a partir do entendimento de que estas já são significativas para as análises (PAIVA JR.; LEÃO; MELLO, 2011). Minayo (2017) acrescenta que mais do que preocupação numérica, a saturação é percebida por meio do aprofundamento, abrangência e diversidade dispostos no processo de interpretação, seja de um grupo, de uma representação ou de diferentes aspectos que podem surgir das teorias em foco no estudo.

Tomando por base as técnicas para coleta de dados trabalhadas por Creswell (2010), durante a condução das entrevistas, os registros das informações aconteceram mediante gravação em vídeo e tomada de notas reflexivas pelo pesquisador, visando aprofundar os principais questionamentos. Ressalta-se que eram pretendidas entrevistas presenciais, com gravação de áudio. Entretanto, tendo em vista o cenário de pandemia em razão do Coronavírus, ocorrido no ano de 2020, em que foi recomendado às pessoas, em nível global, o isolamento social para contenção da transmissão do vírus, as entrevistas foram realizadas de forma remota, via *Google Meet*, com duração aproximada de 11h10min de gravação. Logo após, as 15

entrevistas foram transcritas, totalizando 149 páginas, em que as respostas foram organizadas de forma a contribuir com a descrição e análise dos dados colhidos, sendo também disponibilizadas aos entrevistados.

É pertinente salientar que este estudo levou em consideração as questões éticas de pesquisa no tocante às ciências sociais, as quais conforme Flick (2009, 2013) envolvem: fornecimento de informações aos participantes quanto ao objetivo da investigação, consentimento dos participantes em ser gravados, respeito às decisões dos participantes, cuidado com questões de anonimato e proteção dos dados.

4.4.2 Observação e dados documentais

A parte prática de coleta de dados contaria também com as técnicas de observação e pesquisa documental. A observação vai além de ver e ouvir, trata-se de analisar os fatos na realidade que se pretende estudar e que muitas vezes não são evidenciados nas entrevistas, sendo assistemática por não ocorrer elaboração prévia de planejamento (STAKE, 2006). Contudo, não foi possível empreender a técnica de observação, devido à pandemia já mencionada em seção anterior. Prosseguiu-se, desse modo, com a pesquisa documental, que se configura como resultado da coleta de dados de documentos, relatórios, leis, normas, regulamentos e materiais concernentes aos casos investigados (GIL, 2017). Os documentos acessados e que contribuíram para as análises são apresentados no quadro 4, a seguir:

Quadro 4 - Detalhamento da pesquisa documental

Título	Caracterização do material	Descrição do conteúdo abordado	Fonte	Acesso
Agreste Pernambucano abriga espécie de Vale do Silício brasileiro	Material áudio visual: Reportagem realizada pelo Globo Repórter em maio de 2017.	A reportagem teve duração aproximada de 10 min e apresenta o Movimento Tapioca Valley como uma estratégia que reúne vários representantes e profissionais ligados à internet e tecnologia para abertura e conexão do município de Caruaru com o mundo.	http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2017/05/agreste-pernambuco-abriga-especie-de-vale-do-silicio-brasileiro.html	09 de abril de 2021.
Atuação do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia	Material áudio visual: Entrevista concedida a Rádio Cultura do Nordeste em julho de 2020.	A entrevista teve duração de 1h04min aproximadamente, e contou com a participação de uma integrante do CoMCiTI. O objetivo da entrevista consistiu em conhecer o Conselho, suas	https://www.youtube.com/watch?v=BwJmOfqxQMU	07 de setembro de 2020.

Inovação de Caruaru na pandemia		representações e ações implementadas diante do contexto de pandemia pelo Covid-19.		
Caruaru festeja 161 anos e diversifica economia.	Material escrito: Publicação realizada pela Revista Algo Mais em maio de 2018.	A publicação apresenta a cidade de Caruaru por uma perspectiva econômica de cenário positivo. O material exhibe dados de crescimento e desenvolvimento do comércio, do empreendedorismo, da população, de infraestrutura, entre outros aspectos. O material expõe, ainda, o Movimento Tapioca Valley como um estímulo ao setor de tecnologia no município.	https://revista.algomas.com/exclusivas/caruaru-do-seculo-21	09 de abril de 2021.
Estratégia de ciência, tecnologia e inovação para Pernambuco 2017-2022: uma política localmente inspirada, globalmente conectada	Material escrito: Agenda de desenvolvimento elaborada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Pernambuco.	O material possui como objetivo alinhar agentes de governo, empresas e educação em relação a estratégias que contribuam para o desenvolvimento do Sistema Pernambucano de Inovação – SPIn. A agenda considera em sua estratégia as transformações globais no tocante ao avanço das tecnologias digitais, aos desafios ambientais, centrando-se em aspectos como qualidade de vida das pessoas, competitividade e prosperidade econômica.	http://www.secti.pe.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Estrategia%20de%20Ciencia%20Tecnologia%20e%20Inovacao%20-FINAL.pdf	02 de setembro de 2019.
Estabelecimentos, por setor de atividades	Material escrito: Lista de quantidade de estabelecimentos, por setor de atividades que consta na BDE (Base de Dados do Estado). A lista possui como período de referência o ano de 2019.	O material apresenta um levantamento da quantidade de estabelecimentos de acordo com os setores de atividades (agropecuária, extrativa mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços e administração pública) das cidades pertencentes ao estado de Pernambuco.	http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=801&Cod=3	29 de maio de 2019.
Lei nº 6.488, de 23 de dezembro de 2019	Material escrito: Lei aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pela prefeita da cidade de Caruaru.	A lei dispõe a respeito da criação do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Caruaru (CoMCI TI) e esclarece suas competências, composição e providências gerais. O material explicita que a responsabilidade do Conselho é auxiliar em ações e políticas públicas de inovação para o município.	https://caruaru.pe.gov.br/lei-no-6-488-de-23-de-dezembro-de-2019/	20 de abril de 2020.
Lei nº 6.007, de 28 de dezembro de 2017	Material escrito: Lei aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pela prefeita da cidade de Caruaru.	O material estabelece a lei de incentivo à tecnologia e economia criativa – Litec. A lei dispõe sobre a regulamentação do programa de incentivo à tecnologia e economia criativa que pondera a concessão de benefícios fiscais restritos às atividades e serviços tecnológicos.	http://litec.caruaru.pe.gov.br/LEI-6.007.pdf	14 de abril de 2021.
Liga Insights: Ecosistema Pernambuco	Material escrito: Mapeamento de <i>startups</i> no ecossistema empreendedor de Pernambuco	O material apresenta o mapeamento de 280 atores constantes em várias cidades de Pernambuco, como: Recife, Caruaru, Petrolina, Garanhuns, Serra Talhada, Araripina, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Paulista, Goiana e Arcoverde. O material	https://insights.liga.ventures/estudos-completos/ecossistema-	29 de agosto de 2019.

	realizado pela Liga Ventures.	discute também sobre os principais desafios, oportunidades, ações e propostas de integração para o fomento de <i>startups</i> , incubadoras e aceleradoras, <i>coworkings</i> , espaços de inovação, empresas juniores e investidores.	pernambuco/	
Movimento Polo Caruaru vai apresentar demandas para prefeita Raquel Lyra	Material escrito: publicação realizada pelo G1 Caruaru em junho de 2017.	A publicação apresenta o Movimento Polo Caruaru como um agrupamento formado por mais de 40 entidades voluntárias de vários segmentos da sociedade civil, que discutem uma agenda de propostas para o setor produtivo e desenvolvimento do município de Caruaru. O material esclarece, também, que o Movimento objetiva firmar parcerias com o poder público para a consecução de resultados positivos para o ambiente de negócios de Caruaru.	https://g1.globo.com/perecaruaru-regiao/noticia/movimento-polo-caruaru-vai-apresentar-demandas-para-prefeita-raquel-lyra.ghtml	09 de abril de 2021.
O que são os ODS?	Material escrito: Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	O material expõe uma agenda estratégica proposta durante a Cúpula das Nações Unidas em setembro de 2015, sendo composta por 17 objetivos e 169 metas a serem alcançadas até o ano de 2030. A agenda dispõe de ações para as localidades que equilibrem as dimensões social, econômica e ambiental.	https://www.estrategiaods.org.br/o-que-sao-os-ods/	21 de abril de 2021.
Tapioca Valley é coisa nossa	Material escrito: Publicação realizada pelo Diário De Pernambuco em maio de 2017.	A publicação relata que apesar de o Movimento Tapioca Valley (Caruaru) possuir uma nomenclatura baseada no Vale do Silício (Califórnia), possui ações e consecuições próprias. O material apresenta que o movimento busca consolidar um parque tecnológico e de economia criativa na cidade de Caruaru, realizando palestras, <i>workshops</i> e discussões a respeito de políticas públicas que estimulem a inovação e a tecnologia.	http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/viver/2017/05/tapioca-valley-e-coisa-nossa.html	09 de abril de 2021.
'Transformação Digital' promove lives e oficinas para estimular a economia em Caruaru	Material escrito: Publicação realizada pelo G1 Caruaru em junho de 2020.	O material apresenta o programa Transformação Digital como uma ação de qualificação proposta e efetuada pelo Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (CoMCI) para estimular a economia e auxiliar comerciantes locais a reinventar seus negócios em período de pandemia pelo Covid-19. O programa expõe como propostas a realização de <i>lives</i> e oficinas digitais transmitidas pelo YouTube com enfoque em vendas por meio de plataformas digitais.	https://g1.globo.com/perecaruaru-regiao/noticia/2020/06/11/transformacao-digital-promove-lives-e-oficinas-para-estimular-a-economia-em-caruaru.ghtml	20 de abril de 2021.

Fonte: A Autora (2021)

4.5 Procedimento de análise das evidências

Para a fase de análise e interpretação dos dados, foi empregada a técnica de análise do discurso, por esta focalizar no desvendar crítico da linguagem e aproximar texto e contexto. Este método adentra nos detalhes e busca analisar a conjuntura com minuciosidade para compreender as nuances, contradições e áreas de imprecisão dos discursos, perscrutando responder aos questionamentos levantados no estudo e na coleta de dados qualitativos (MARTINS; THEÓFILO, 2009). Desse modo, a análise do discurso constitui um empenho e leitura cuidadosa que busca verificar o conteúdo, a organização e as funções do discurso, ou seja, configura-se em uma interpretação que se fundamenta em argumentação detalhada e atenta ao fenômeno investigado (GILL, 2002).

Vários autores concordam que a análise do discurso é um campo fértil que possui várias abordagens distintas, contudo, sua origem remete a uma “virada linguística” que ocorreu nas artes e nas ciências sociais, englobando críticas ao positivismo (HERACLEOUS; HENDRY, 2000; GILL, 2002; GODOI, 2005; DE OLIVEIRA ALMEIDA GOUVEIA et al., 2016; MONTEIRO; TEIXEIRA, 2018). Para De Oliveira Almeida Gouveia et al. (2002), essa estratégia de pesquisa permite que o pesquisador se distancie do *mainstream* hipotético-dedutivo e dê atenção às ações socialmente construídas em narrativas, e como ressaltado por Gill (2002), possui um aspecto teórico coerente com a análise de falas, textos e contextos.

Tendo em vista as variações, a análise do discurso, conforme Gill (2002), está atrelada a 4 temas principais: 1. Uma preocupação do discurso em si mesmo: sendo o discurso entendido como todas as formas de falas e textos, diante de conversações, entrevistas, ou textos escritos de todo tipo; 2. Uma visão da linguagem como construtiva (criadora) e construída: enfatiza o fato de que os sujeitos lidam com o mundo em termos de construções, não de forma direta ou imediata, ou seja, diferentes aspectos da vida social constroem a linguagem; 3. Uma ênfase no discurso como uma forma de ação: refere-se ao fato de que o discurso não ocorre em um vácuo social, pelo contrário, os sujeitos estão continuamente se ajustando e construindo seu discurso de acordo com um determinado contexto interpretativo; e, 4. Uma convicção na organização retórica do discurso: entende a vida social como proveniente de vários tipos de conflitos, logo, boa parte do discurso diz respeito a estabelecer uma visão de mundo diante de diversas visões, e sua natureza retórica corresponde ao fato de que todo discurso é organizado com a finalidade de se tornar persuasivo.

Ainda, de acordo com Gill (2002), as características da análise do discurso envolvem: 1. Uma postura crítica em relação ao conhecimento dado e aceito sem discussões; 2. o

reconhecimento de que as formas como os sujeitos compreendem o mundo são específicas e relativas, dependendo do seu contexto histórico e cultural; 3. a compreensão do conhecimento como construído por meio de processos sociais; e, 4. a concepção de que a construção de pessoas, fenômenos e problemas está ligada às ações e interações. Esses aspectos se alinham à abordagem relacional aqui empregada que compreende o contexto institucional como circunstancial, contingente e contextual, sob um prisma relacional.

A análise do discurso proposta por Gill (2002) permite elucidar algumas ações facilitadoras em sua feitura, pois como afirmado pela autora é mais simples discutir suas principais temáticas do que explicar concretamente as etapas na análise dos textos. Desse modo, para Gill (2002), deve-se fazer perguntas diferentes com enfoque em como os sujeitos explicitam suas decisões, respondem a potenciais críticas e formam opiniões positivas ou negativas no que tange ao fenômeno investigado; é necessário um engajamento profundo do pesquisador nas transcrições, com registro literal das falas e atenção aos detalhes, como ênfases, hesitações e silêncios; precisa-se estar centrado na construção, organização e funções do discurso, suspendendo a crença naquilo que é dito como algo dado; deve-se ler e reler as transcrições, examinando as explicações sobre satisfação, discordância e conflitos de interesse.

Gill (2002) esclarece que neste tipo de análise é necessário a procura por padrão nos dados coletados, atentando também às variabilidades que podem envolver diferenças e consistências. A autora recomenda, ainda, a criação de hipóteses a respeito das funções de características específicas dos discursos, considerando as formas como as coisas são ditas como sendo soluções de potenciais problemas. Neste estudo, a inovação não é compreendida como e a partir de comportamentos individuais, organizações ou leis e normas prescritas, ela é apreendida por meio dos discursos, sobre as ações e interações sociais em uma escala micro, apresentados pelos agentes do CoMCiTI, ponderando as imbricações com o nível macro. Assim, simultânea e posteriormente às transcrições, a análise foi empreendida sobre os textos provenientes das entrevistas, considerando os eixos analíticos embasados pela teoria das instituições na perspectiva relacional de Glücker e Bathelt (2017), sendo estes os elementos teóricos que fundamentam as interpretações (GILL, 2002). As entrevistas gravadas via *GoogleMeet* foram transcritas em arquivo no *Microsoft Word*, sendo realizadas leituras de todo material coletado, buscando identificar, de maneira reflexiva, os principais pontos das respostas, similaridades e marcar contrastes que pudessem agregar às discussões dos resultados (GILL, 2002).

No intuito de se compreender o porquê da escolha dessa técnica, os argumentos de De Oliveira Almeida Gouveia et al. (2016) podem auxiliar. Para eles essa escolha envolve uma

reflexão crítica acerca do problema analisado, sendo indicada para pesquisas que buscam um entendimento significativo a respeito de questões culturais e significados compartilhados por sujeitos. Desse modo, é uma estratégia adequada ao presente trabalho que busca refletir as falas e textos dos agentes do CoMCiTI em relação aos discursos construídos referentes às identidades organizacional e inovativa, que impedem ou facilitam sua participação no desenvolvimento da inovação no contexto local, depreendendo no processo de significação e da realidade interativa dos sujeitos pesquisados no discurso e nas ações.

Além disso, como apontado por Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2010) e Oliveira, Sobrinho e Filho (2015), na teoria institucional são necessárias investigações teórico-empíricas predominantemente interpretativas, que busquem captar ações, significados e sujeitos em diferentes contextos sociais. Diante disso, por meio da análise do discurso de Gill (2002) aqui empreendida, pode-se entender as especificidades relacionais do contexto institucional, dos aspectos circunstanciais e das contingências que reverberam e permeiam as ações e interações dos agentes do CoMCiTI para inovação local. Esse entendimento possibilita apreender divergências entre planejamento e execução de projetos, intenção dos agentes ao adotar ou não determinadas ações, sentimento de pertencimento a um grupo, diferentes concepções de representação e outros possíveis significados.

4.6 Parâmetros de validade e confiabilidade

Em relação ao rigor e qualidade na pesquisa, os critérios de validade e confiabilidade se demonstram essenciais, sendo na estratégia qualitativa levada em consideração sua característica interpretativa (PAIVA JR.; LEÃO; MELLO, 2011). Assim, validade corresponde à capacidade em que os procedimentos direcionam a um alcance assertivo dos objetivos; e a confiabilidade se refere à segurança de que pesquisas semelhantes atinjam resultados aproximados (BAUER; GASKELL, 2002).

Desse modo, para uma maior validade e confiabilidade das informações analisadas no estudo e um entendimento mais aprofundado sobre o contexto do qual emergem os fatos, as falas e as operações dos sujeitos, este estudo contou com a triangulação de fontes de dados (MARTINS; THEÓFILO, 2009). Esta, compreende uma sobreposição de dados que permite uma análise multidimensional do fenômeno investigado (PAIVA JR.; LEÃO; MELLO, 2011).

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, discute-se os principais elementos e interpretações das falas e discursos dos sujeitos entrevistados, descrevendo suas relações e condutas, e buscando compreender como o contexto institucional permeia suas ações e interações sociais na construção de um sistema de inovação local. Os achados da investigação foram defrontados com o material teórico trabalhado ao longo desse estudo, qual seja, as instituições vistas pela perspectiva relacional, proposta por Glücker e Bathelt (2017). Assim, inquiriu-se explorar os entendimentos dos agentes presentes no CoMCiTI quanto às institucionalidades presentes e as percepções contextual, circunstancial e contingente dispostas nas ações e interações deles no empenho inovativo.

5.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Foram entrevistados 16 agentes do CoMCiTI - sendo a primeira entrevista um pré-teste para verificação da adequação e compreensão das perguntas - perscrutando, como afirma Gill (2002), examinar como a linguagem foi empregada diante dos seus contextos sociais, políticos e culturais sobre os quais os pesquisados foram indagados. Diante da busca pela interpretação dos discursos, em conformidade com Gill (2002), atentou-se ao fato de que estes são sempre circunstanciais e construídos por meio de compreensões e percepções singulares, assim como, de contextos particulares. Desse modo, foram compiladas algumas informações a respeito dos sujeitos da pesquisa, expostas no quadro 5:

Quadro 5 – Dados dos entrevistados

Sujeitos entrevistados	Hélice representada	Idade	Cargo	Tempo no cargo	Escolaridade	Área de formação
Entrevistado 1	Órgão CTI	26	Gestor(a) de inovação e <i>co-founder</i>	7 meses	Especialização	Sistemas de informação
Entrevistado 2	Órgão CTI	34	Professor(a) universitário(a) e Gestor de inovação	9 anos	Doutorado	Ciência da Computação
Entrevistado 3	Poder público	38	Secretário(a) executivo(a)	3 anos	Graduação	Publicidade
Entrevistado 4	Comunidade acadêmica	42	Professor(a) universitário(a)	7 anos	Doutorado	Ciência da Computação
Entrevistado 5	Comunidade acadêmica	42	Professor(a) universitário(a)	12 anos	Doutorado	Comunicação

Entrevistado 6	Empresa	31	Sócio(a) e diretor(a) comercial	5 anos	Superior incompleto	Economia
Entrevistado 7	Órgão CTI	38	Vice-presidente	10 anos	Graduação	Economia
Entrevistado 8	Empresa	46	Diretor(a) administrativo(a)	10 anos	Especialização	Ciência da Computação
Entrevistado 9	Comunidade acadêmica	47	Professor(a) universitário(a) e assessor(a) de inovação	14 anos	Doutorado	Ciência da computação
Entrevistado 10	Poder público	30	Secretário(a) municipal	1 ano e 6 meses	Especialização	Direito
Entrevistado 11	Órgão CTI	31	Gestor(a) de inovação	4 meses	Mestrado	Design
Entrevistado 12	Empresa	31	CEO	4 anos	Mestrado	Ciência da Computação
Entrevistado 13	Comunidade acadêmica	53	Gestor(a) de inovação	4 anos	Doutorado	Engenharia Eletrônica
Entrevistado 14	Empresa	56	Diretor(a)	Mais de 20 anos	Especialização	Administração
Entrevistado 15	Órgão CTI	35	Diretor(a) de tecnologia	13 anos	Graduação	Contabilidade

Fonte: A Autora (2021)

Como citado anteriormente, o Conselho é formado por uma composição paritária, na qual são dispostos representantes do poder público, da comunidade acadêmica e de entidades de cunho econômico, profissional ou empresarial que estejam relacionados ao fomento e apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação do município de Caruaru. Dentre os 15 sujeitos entrevistados, incluindo titulares e suplentes, 5 são representantes de organizações tanto públicas, como privadas que atuam com foco em CT&I, situadas na cidade de Caruaru; 2 representam o poder público; 4 a comunidade acadêmica e 4 são representativos do setor empresarial caruaruense. As diferenças nos quantitativos de cada hélice representada refletiram as indicações de cada entrevistado referente aos próximos agentes a serem conferenciados.

Como afirmado por Minayo (2017) uma amostra qualitativa adequada é aquela que atenta à quantidade, mas, principalmente, à intensidade, buscando alcançar múltiplos âmbitos de determinado fenômeno e observando as ações e interações no decorrer da pesquisa. Desse modo, foram entrevistados 16 agentes, por não haver mais indicações (pois eles apontaram aqueles que mais participam das atividades e reuniões do CoMCiTI) e pelo não aceite para participar da pesquisa e/ou não consecução de agendamento, e principalmente, por perceber uma repetição nos padrões de respostas, o que apontou a evidência de saturação dos dados (LEÃO; PAIVA JÚNIOR; MELLO, 2016) e foi utilizado o critério de finalização das entrevistas.

De acordo com o quadro 4, a média de idade dos integrantes do CoMCiTI entrevistados é de aproximadamente 38,67 anos, e a média de tempo de trabalho nos cargos que ocupam

atualmente consistiu em cerca de 7,57 anos, com uma prevalência de agentes nas funções de diretor(a), CEO (*Chief Executive Officer* – Diretor(a) Executivo(a)) ou gestor(a) de inovação (8), seguido de professor(a) universitário(a) (4), entre outros. No tocante ao nível de escolaridade, a maioria possui ensino superior desde graduação, especialização, mestrado até doutorado e apenas um entrevistado possui ensino superior incompleto. Além disso, quanto à área de formação, há uma predominância em Ciência da Computação (5), seguida de Administração (2), sendo os outros agentes de áreas distintas.

Os dados coletados na pesquisa de campo referentes aos sujeitos entrevistados que participam do CoMCiTI permitiram inferir uma amostra diversificada em relação às organizações nas quais trabalham, faixas etárias e áreas de formação, podendo indicar diferentes perspectivas e visões de mundo. Além disso, é possível perceber que a maioria dos respondentes possuem experiências consideráveis em suas áreas de atuação, contribuindo com uma maior riqueza de informações e significados no tocante ao conteúdo abordado e às vivências que os levaram à atual formação do Conselho e à participação deles na construção de um sistema de inovação local. Os diferentes níveis de escolaridade, assim como, os cargos ocupados também podem constituir inferências no que tange aos agentes que lideram, agrupam-se, divergem e participam efetivamente das ações do CoMCiTI.

Cabe pontuar que esse perfil dos entrevistados, além de poder ser um gerador de conflitos, divisões e posições hierárquicas dentro do Conselho, apresenta-se bastante distinto do perfil dos negociantes e empreendedores locais, o qual foi caracterizado por Torres e Silva (2014) como de baixa escolaridade, com ausência de qualificação e com pequenas e médias organizações. Agrega-se a este perfil, o fator da informalidade, imbricado a elementos formais, presentes em um comércio de feira, com uma estrutura laborativa produzida por familiares ou pessoas próximas (SÁ, 2013; 2018; 2019; SÁ; MATTOS, 2016; GOMES; SANTOS, 2019). Desse modo, essa disparidade de perfis pode ser indicativa de possíveis distanciamentos e de sobre quem representa a inovação local, depreendendo em indagações, como: de onde partem os discursos e quais as implicações?

5.2 Como eles compreendem as instituições?

Tendo em vista a complexidade da temática de instituições e seus vários entendimentos (PIAIA, 2013; GLÜCKER; BATHELT, 2017; CHAERKI; RIBEIRO; FERREIRA, 2019), buscou-se, a partir dos relatos dos agentes entrevistados do CoMCiTI, identificar como eles compreendem o seu significado. Quando indagados sobre o que entendem a respeito do

CoMCiTI e o porquê de sua existência, percebeu-se que os respondentes, em sua maioria, voltaram-se à nomenclatura instituições como sinônimo de entidades e organizações.

O Conselho, eu entendo que ele foi algo criado pela iniciativa pública, a prefeitura, né, na intenção de juntar [...] os principais agentes que pensam o futuro da cidade ou que trabalham por esse futuro, para realmente gerar uma cabeça pensante e direcionar eles em uma estratégia que avance com algum objetivo. Então, realmente foi colocado instituições de ensino públicas e privadas, foram colocadas as principais associações não comerciais da cidade, as principais instituições, e também, tem as principais grandes empresas. (Entrevistado 6).

Olha, eu acho que o Conselho, o papel principal do Conselho hoje é, justamente, unificar a ideia de vários atores para o desenvolvimento do Ecossistema de Inovação, né, tipo, já que no Conselho faz parte o poder público, ponto EDU [referindo-se à hélice educação], empresários, algumas instituições de fomento. E todas fazem alguma ação para o desenvolvimento próprio e desenvolvimento do ecossistema onde está inserido, né, e o Conselho vem muito para [...] unificar e nortear todas essas ações. Porque, às vezes, a gente faz aquele trabalho de... eu tô trabalhando um grupo, a universidade tá trabalhando aquele mesmo grupo ou coisas complementares, mas não se conversam e acabam não tendo o aproveitamento que deveria ter. E a partir do momento que a gente unifica e cria um único norte, uma única agenda, [...] então, a gente tá conseguindo, de fato, trabalhar em conjunto, né. Hoje, cada vez mais a gente sabe que trabalhar de maneira colaborativa, em comunidade, tá sendo muito mais eficiente, acho que a palavra seria essa. (Entrevistado 11).

Olha, eu acho que tem uma pluralidade muito boa no Conselho e tem as pessoas que estão representando as mais diversas instituições, elas têm muito comprometimento com a causa. Então, isso, eu acho que vai contribuir muito favoravelmente para que o Conselho faça um bom trabalho, né, é todo um empenho e comprometimento que a maioria dos que estão lá dentro têm. (Entrevistado 14).

Os entrevistados, apesar de enfatizarem a natureza relacional, dando importância à reunião de vários agentes para impulsionar a inovação no município, não enxergam essa visão como um conceito institucional, pela lente relacional. Como tratado por Glücker e Bathelt (2017), muitas vezes, as instituições são compreendidas como entidades, organizações, empresas, associações, ficando a compreensão das ações e interações dos indivíduos como não sendo as próprias instituições. Ou seja, pode-se apreender que o entendimento das ações e interações passa a ser centrado e pautado nas organizações, e não nos relacionamentos que se estabelecem, como abordado na perspectiva relacional. Essa visão explicitada pelos agentes do Conselho sobre as instituições acaba por manter uma perspectiva funcionalista, denotando que os mesmos são escolhidos em função das organizações nas quais trabalham e que, também, definem as ações e o modo como estas serão realizadas nos negócios locais, como se as pessoas seguissem o que for estabelecido. Em termos práticos, por não haver a participação de outros agentes locais ou a representação de outras organizações, pode-se deduzir a exclusão de algumas representações e a incerteza na efetividade das ações pensadas.

Além de entenderem o termo instituições como equivalente a organizações, os indagados trazem um certo antagonismo entre instituições e indivíduos, como se fossem diferentes representações; nesse sentido, demonstram também, um conflito quanto à sua atuação no Conselho, ora agindo como em prol de seus interesses, ora pelos interesses das organizações nas quais trabalham. Outros respondentes, enfatizam essa distinção entre interesses próprios e organizacionais como complementares e inseparáveis.

O quê, você diz pessoas físicas ou você diz instituições? Então, é isso que eu tava te falando, a gente precisa de representantes do mercado, precisa de representantes do setor educacional e a gente precisa do governo. (Entrevistado 8).

E aí o Conselho veio trabalhando nessa perspectiva: pegar pessoas e instituições que estavam trabalhando com iniciativas isoladas de inovação e transformar isso numa sinergia em comum, né? Então, na verdade, o Conselho são objetivos alinhados com uma única estratégia, né, uma estratégia em comum, para alcançar e fomentar inovação no Agreste, principalmente em Caruaru. (Entrevistado 2).

[...] obviamente quando você participa, quando você tem um acento e representa uma instituição, ao mesmo tempo que você representa a instituição, você também tenta colocar as suas ideias, né, da instituição e suas, pessoais! (Entrevistado 4).

O Conselho é a união de diversos atores locais, voltados para inovação e empreendedorismo em Caruaru. Qual a questão? Tem uma frase que eu acredito [...] que é: os municípios e as regiões elas vão ser mudadas por CPFs e não por CNPJs. Então, os atores locais são instituições, tá? [...] mas vai chegar, chega um momento que só a instituição ela não consegue gerar um impacto para aquela região. Então, o Conselho atualmente é um conjunto de instituições querendo gerar ações para inovação e empreendedorismo no município de Caruaru. Infelizmente, só no município de Caruaru. O que deveria ser, no meu olhar, tá? Um conselho de inovação e empreendedorismo ele deveria ser formado por pessoas e não por instituições. (Entrevistado 1).

É possível depreender no discurso do entrevistado 1 que além do entendimento das instituições como sinônimo de organizações, ele acredita que estas se sobrepõem às representações dos sujeitos dentro do Conselho. Pode-se inferir que para ele, os agentes do CoMCiTI não foram escolhidos por suas ações e atividades na área de inovação, mas, por ocuparem determinadas posições, cargos e integrarem determinadas organizações. Esta forma de seleção dos integrantes do Conselho acaba por se distanciar dos padrões de interações que acontecem concretamente no ambiente local, ou seja, das instituições pelo espectro relacional (BATHELT; CONSERVA, 2016; GLÜCKER, 2020). Em outras palavras, ao se delimitar as representações partícipes do Conselho consoante a seleção de certas organizações, pode-se levantar alguns questionamentos, como: que outros agentes locais podem estar sendo suprimidos? Quais ações são realmente necessárias? Como estas ações devem ser construídas/legitimadas para gerar resultados nos negócios locais? Além disso, quando o respondente expõe que um Conselho na área de inovação deveria possuir uma perspectiva mais

ampla e de aproximação e esforço sinérgico com os municípios circunvizinhos, ele vai ao encontro das colocações de Rallet e Torre (2017) que explanam sobre a inovação como resultante de relações locais e não locais, o que será mais detalhado adiante.

Ao trazer um resumo da história para a criação do Conselho, o entrevistado 9 realça algumas vezes a tônica instituição, destacando a importância de estruturar e ordenar as ações para inovação local, remetendo a uma construção coletiva. É possível inferir também que o respondente se refere às instituições como sinônimo de pessoas com interesses no que tange à inovação, afirmando que foi realizado um mapeamento para elaboração do CoMCiTI a partir desse entendimento.

Então, desse parque tecnológico, nós começamos a trabalhar, só que quando nós fizemos um primeiro mapeamento das instituições que fazem parte do nosso ecossistema, né, todos os *stakeholders* aqui de Caruaru, nós verificamos que nós tínhamos uma série de deficiências, a gente não poderia pensar em fazer um parque tecnológico sem antes estruturar, sem todas as instituições que fazem Pesquisa e Inovação em Caruaru. Então, a gente precisava, primeiramente, saber onde a gente estava, né, ou seja, fazer um mapeamento de onde nós estávamos para poder fazer uma ampliação futura. Então, quando nós fizemos esse mapeamento, nós detectamos, inclusive, que nós tínhamos várias instituições que ou promovem, ou fazem, ou apoiam Ciência, Tecnologia e Inovação. (Entrevistado 9).

Além da compreensão das instituições como equivalente a organizações, Glücker e Bathelt (2017) colocam que as instituições também têm sido entendidas como sinônimo de leis, normas e regulamentos, o que foi permitido identificar no relato do entrevistado 5. Ao mesmo tempo em que ele explicita este entendimento, traz uma opinião pessoal a respeito do que é o Conselho, distanciando-se do conceito documentado, agindo diferente e com outras percepções. Assim, corrobora-se com Bathelt e Glücker (2014) quando afirmam que as instituições se desenvolvem em concordância com as regras, em resposta ou contrárias às normativas. Implicitamente, o entrevistado 5, compreende o Conselho não a partir da seleção de certas organizações para participar, ou das ações determinadas pelo CoMCiTI com ênfase em estratégias *top-down*, todavia, seu discurso destaca a importância de construção de relacionamentos, os quais possam gerar mais compartilhamentos não apenas dos agentes constantes no Conselho, porém, destes com uma maior amplitude de agentes locais.

Com minhas palavras mesmo, nada de institucional, né, nada que tá lá no documento, mas na minha percepção [sorrindo]. Assim, quando surgiu a ideia de formar um Conselho para atuar em rede, conectando os atores e agentes da cidade, né, e da região também, a ideia é que a gente pudesse fazer atividades coordenadas. Porque? [maior entonação]. Qual o grande problema? Assim, hoje eu vejo que a gente tem a necessidade de resolver problemas complexos, mas, a gente para isso precisa criar uma rede, porque nenhum ator e nenhum agente detém todas as habilidades e competências, e saberes também, para resolver os atuais problemas, né? (Entrevistado 5).

Ademais, outro termo empregado por alguns respondentes foi o de institucionalização.

Veja, o Conselho ele é um desejo antigo desse grupo, né? Porque, a gente, na verdade, a gente é um ecossistema muito, muito organizado, [...] muito redondinho, mas a gente não tinha nada que institucionalizava ele, entendeu? Então, assim, eram várias pessoas que falavam de inovação no município, a gente tinha um desejo [...] de falar, de trabalhar. Sabia que a gente tinha muitas oportunidades, mas a gente não tinha nada que institucionalizasse ele, e foi aí que a gente se organizou, trouxe os atores para a discussão, e a gente se juntou, né, [pausa] todos que fazem parte da trílice hélice, né. E aí a gente tá com o governo, a gente tá com a universidade, a gente tá com governo, universidade, empresários. (Entrevistado 3).

Olha, eu me sinto satisfeito, completamente satisfeito, porque primeiro é muito difícil você conseguir juntar diferentes atores e conseguir um poder para institucionalizar algo [faz movimentos com as mãos, expressando reflexão], né, apesar de ter sido uma lei municipal que veio dessa gestão, mas, é uma lei municipal e ela fica independente da gestão. (Entrevistado 12).

Mais uma vez, as narrativas explicitam uma compreensão das instituições e institucionalização como sinônimo de regras, leis e diretivas, as quais foram responsáveis por consolidar a criação do Conselho. Contudo, a institucionalização também pode ser vista de maneira distinta e complementar às normativas, pois é subjacente a compreensão da palavra institucionalizar como algo processual e em construção coletiva.

Então, quando nós fizemos esse mapeamento, nós detectamos, inclusive, que nós tínhamos várias instituições que ou promovem, ou fazem, ou apoiam Ciência, Tecnologia e Inovação. E daí começou já esse movimento para institucionalizar essa questão porque o Movimento Polo ele era um apenas um grupo de pessoas que discutiam Ciência, Tecnologia e Inovação, mas, a gente não tinha o poder de decisão, a gente não tinha poder de indicação junto às políticas públicas municipais. (Entrevistado 9).

Então, nós vimos o seguinte: que antes de criar a Lei de Inovação em Caruaru, ou seja, a política pública de inovação em Caruaru, nós precisávamos nos institucionalizar como Conselho, ou seja, e a partir disso, né... Então, nós começamos o trabalho mais precisamente no meio do ano passado [meados de 2019] para fazer a minuta para o Conselho, as negociações junto a todas as entidades de Caruaru, todas elas que foram chamadas para discutir isso, e aí, nós submetemos à prefeitura, [...] aí foi submetido a câmara de vereadores no final do ano passado, né, e aí foi criado o Conselho. (Entrevistado 9).

Apesar de não haver uma percepção de instituições como sinônimo de hábitos e regularidades comportamentais individuais, nem tampouco, explicitamente, como proveniente de ações e interações em andamento, a perspectiva de construção no termo institucionalização abre espaço para um entendimento da dinâmica da inovação pela lente relacional. Essa visão evolutiva e de operações em movimento já vinha sendo enfatizada desde os estudos de Granovetter (1985) e Setterfield (1993). Além disso, as instituições pela lógica da abordagem

relacional sob uma perspectiva micro se articulam também aos aspectos macro, destacando a natureza recursiva (BATHOLT; GLÜCKER, 2005; FAULCONBRIDGE, 2017), o que é possível perceber nos relatos do entrevistado 9, quando ele traz a conexão entre a construção coletiva da inovação no decorrer do tempo por alguns agentes e a consolidação do CoMCiTI por meio de lei e de seus respectivos trâmites normativos.

Essa abertura ao entendimento da dinâmica para construção de um ambiente de inovação corrobora com a perspectiva relacional, que entende as instituições por meio de 3 proposições de que as ações e interações sociais são contextuais, circunstanciais e contingentes, o que será explorado nos tópicos seguintes.

5.3 Como o contexto institucional se entrelaça às características locais e relacionamentos que se estabelecem?

Como abordado por Bathelt e Glücker (2002; 2003; 2005; 2011), a compreensão do contexto permite aproximar o pesquisador da realidade dinâmica de ações e interações que acontecem em um cenário específico. Por isso, inquiriu-se dos agentes do CoMCiTI a explanação de suas percepções a respeito da cidade de Caruaru no tocante à cultura, particularidades dos negócios locais, capacidade de inovação, relacionamentos e trocas das quais participam ou visualizam, perscrutando compreender como as instituições se conformam.

Na visão dos sujeitos entrevistados, o município de Caruaru constitui um contexto rico no que tange à economia, sendo destacado por vários deles o papel do empreendedor no desenvolvimento desse cenário; esse realce econômico da cidade é comprovado por Sá (2018, 2019) e pelo BDE (2017). Os respondentes percebem o empreendedorismo, associado à iniciativa de começar/abrir um negócio próprio, como um aspecto cultural, identitário de sua população e atrelado ao histórico da cidade. Outro aspecto salientado pelos respondentes é a predominância dos negócios na área comercial, apresentando uma cultura de confecção e de feira, corroborando com as pesquisas de Sá (2013, 2018, 2019).

[...] tem uma característica do mercado local de Caruaru que é diferente, é mais aguçado o empreendedorismo aqui, [pausa] entende? Do que nesses outros locais, eu não sei se eu tô com uma visão preconceituosa, né, puxando a sardinha para o seu local e tudo mais. Mas, eu acredito que a própria história da cidade, a constituição e a construção da cidade ela já parte disso, né? É uma cidade que é voltada para serviços e comércio aí, e ela surge, na verdade, da interseção de duas BRs e nós somos comerciantes natos, né? Então, a gente sabe fazer negócio, só que [muda entonação] uma dificuldade é: a gente sabe fazer muito negócio, mas de forma empírica, né, acho que a gente ignora, às vezes, essas questões científicas, as metodologias. Aquelas empresas que conseguem transcender essa parte, geralmente, elas conseguem até uma abrangência nacional, ou até fora daqui. Mas eu acho que a grande maioria das

empresas locais, elas são muito empreendedoras para começar, mas elas ficam ali naquele nível inicial: “a gente tá sobrevivendo, a gente tá se mantendo, então, vamos ficar aqui mesmo”, né? Então, é uma característica positiva, né, essa resiliência, essa “cabeça dura”, vamos dizer assim, para criar as coisas e insistir, ao mesmo tempo que pode ser um ponto negativo, se a gente deixar isso passar da conta. Então, eu acho que é isso, a cultura local ela é muito essa, e as empresas locais, tem muitas empresas que investem em tecnologia, em desenvolvimento tecnológico, mas a grande maioria ela ficou ali, sabe? [faz sinal com a mão baixa, demonstrando que as empresas locais ficam estagnadas]. Ela ficou ali nessa linha de não conseguir dar esse próximo passo novo na questão tecnológica, ainda é uma coisa muito nova, tem um certo preconceito também: [maior entonação] “é tecnologia, eu não entendo, é algo distante, é só a Google que consegue, a Magazine Luiza”, e não, enfim, tem nada a ver. Eu acho que é isso. (Entrevistado 12).

Eu acho assim, né, eu defendo que Caruaru ele tem... o povo de Caruaru é um empreendedor nato, né? Então, a gente tem, assim, uma criatividade, um empreendedorismo que é muito forte na nossa cidade, na nossa região. Só que, muitas vezes, o que acaba acontecendo é que esse empreendedorismo, muitas vezes, começa por necessidade e não com a qualidade devida, tá? Então, a gente gostaria de canalizar essa criatividade, canalizar esse empreendedorismo para que isso surja com qualidade, para gente não ter uma mortalidade [...]. Então, esse é um grande desafio também, assim, ao mesmo tempo que essa cultura de feira, essa cultura empreendedora é muito bom, ela por outro lado tem uma face negativa porque, às vezes, o seguinte: “olha, eu consegui chegar onde eu estou, eu não precisei, em tese, me qualificar para isso”, né? [...]. Então, é isso que a gente pensa, né, que essa cultura da feira, essa cultura empreendedora é maravilhosa, mas ela precisa para alavancar e ganhar mercados, inclusive, mercados nacionais e globais, tá, ela precisa se qualificar. (Entrevistado 9).

É, veja, se você pegar aqui, nós somos um Polo de Confeccões, né, inovação aqui poderia ter feito um novo local de venda, por exemplo, tirar a feira de um canto pra um lugar inovador, um lugar diferente, tem nada a ver com internet, tecnologia. Era simplesmente uma atitude inovadora, de coragem, né? Eu acho que, é, o setor de confeccões daqui é gigante, eu acho que o setor de logística em Caruaru poderia ser muito mais amplamente utilizado por conta dessa questão geográfica. Caruaru é uma cidade hoje que é prestadora de serviços, parece que é 50 e poucos por cento da matriz econômica, né? [...]. Caruaru é um polo educacional, mas que não aproveita os seus talentos, digamos que eu tenha que arrumar um jeito de aproveitar. Então, já falei aí, sei lá, na área educacional, área de confecção, a área da construção civil também é muito grande na nossa cidade e a gente tem pouca inovação nesse segmento. É, o comércio nosso também, né, somos uma cidade também muito comercial, né, apesar de o serviço já ter passado do setor comercial, e além do polo cultural, que a gente tem da cultura não só do São João, do forró, como do Alto do Moura. Você pensa que, sei lá, eu vi um *pitch* de um pessoal que era sobre rastreamento de peças de arte, sei lá, era algo do tipo assim. Então, veja, inovação você pode desenvolver algo básico, contendo como capa a arte, então, era fazer acho que era o *marketplace* de arte, porque os artistas ficavam muito, ficavam na mão de atravessadores, né, e aí o cara pegava um boneco de barro aqui por R\$ 50, ia vender em São Paulo por 800; e o artista aqui ganhou 50 cent. Poxa, mas a gente tá num canto que eu posso fazer o link entre o artista e as pessoas, e até agregar mais valor para pessoa que compra: “tô comprando ao artista, a peça veio para mim”. (Entrevistado 7).

[...] a região daqui é uma região muito rica, o mercado daqui ele é muito promissor, Caruaru é uma cidade que está no meio de muitas outras cidades, que cada uma tem sua particularidade, Caruaru vem servindo essas cidades através de serviços específicos. E que, numa linguagem mais simples, o povo é muito desenrolado, sabe [sorrindo]. Se a gente conseguir direcionar o empreendedor, o empresário daqui da região a sair muito da cultura da cópia, a sair da cultura do mais do mesmo, vamos dizer assim né, que, tipo, muita gente pega dinheiro para investir em alguma coisa, não sabe em que investir, vê fulano fazendo uma coisa e vai fazer a mesma coisa. [...] E então, eu acho que existe muita coisa boa nessa zona onde a gente habita, existe

muita riqueza, o povo é desenrolado, o povo faz as coisas, faz acontecer. Mas, não tem informação, não sabe, tipo, olhar para fora assim, e entender como é que tá o mundo lá fora e pegar essas oportunidades, essas informações de fora e colocar no seu próprio negócio aqui, sabe? Eu acho que isso é o que atrapalha os pontos positivos que são muitos, sabe, um povo empreendedor, um povo desenrolado, um povo que sabe trabalhar, tipo, muita gente aqui cresce pra caramba na vida e não tem um ensino superior. Ou seja, não precisa nem de uma faculdade para poder desenvolver os seus negócios, porque já nasce com esse tino, né, isso acontece em todo canto, claro, mas, aqui, tipo, acontece majoritariamente, né? (Entrevistado 11).

Além de explicitarem a impressão de uma cultura empreendedora em Caruaru, quando indagados sobre características positivas existentes na cidade, foi possível perceber uma criticidade em seus discursos. Os relatos dos entrevistados, ao mesmo tempo em que enaltecem a cultura empreendedora como sendo distintiva dos negócios locais e inato das pessoas da cidade, reforçam uma concepção negativa em relação aos empresários do município. Essa crítica é evidenciada quando trazem que os negócios poderiam se desenvolver mais e ter um maior alcance geográfico se os empreendedores de Caruaru buscassem investir mais em inovação e em técnicas e metodologias organizacionais.

Apesar disso, alguns estudos realizados tendo por lócus a cidade de Caruaru exprimem que há um hibridismo entre os modos próprios de os empresários locais desenvolverem seus negócios (lógica informal), e a busca por elementos modernos em seus empreendimentos, como, por exemplo, com a adoção de métodos de gestão (elementos formais) (SÁ, 2013; 2018; 2019; SÁ; MATOS, 2016; GOMES; SANTOS, 2019). Já no trabalho de Torres e Silva (2014), verifica-se uma assimilação correlata às percepções dos sujeitos entrevistados, no qual foi evidenciado que os empreendedores locais possuem medo, resistência e aversão à mudança e à inserção de inovação em seus negócios.

Embora a maioria dos discursos dos agentes entrevistados traga o empreendedorismo local de forma positiva, e em seguida, abarquem desaprovações por perceberem os negócios locais com pouco investimento em inovação, o entrevistado 2 exalta a agilidade produtiva dos empreendimentos da cidade, apesar de sua fala exprimir tom de brincadeira, notou-se que o texto do indagado deixa em dúvida o quesito qualidade do produto.

Ah essa parte positiva, que acho que é a velocidade de produção, isso é fato né, eu brinco [...] que, se Bruna Marquezine botar um *short* a noite, de manhã já está vendendo na feira, né? E se você não tiver cuidado, você compra uma camisa com Nike na frente e Adidas atrás, né? [sorrindo]. Eles aceleram muito a produção, então, assim, a capacidade produtiva do Agreste, pelo menos Caruaru, Toritama e Santa Cruz, esse eixo, mas tem outras cidades, eles são muito interessantes, eles conseguem entregar produto, por isso que eu disse que um dos principais desafios [...]: “eu não tenho que ensinar missa a vigário, eu não tenho que ensinar o cara a fazer roupa, isso ele sabe melhor que ninguém”, entendeu? Ele não tem todo aquele apoio que eles precisam para melhorar o produto ou vender, mas a produção mesmo, o operacional,

essa galera é muito boa. Então, assim, são poucas regiões do país que têm o operacional tão capacitado para entregar resultados, sabe? (Entrevistado 2).

Os relatos acima indicam uma sobreposição de uma visão negativa sobre a região caruaruense, sendo interessante ponderar que os agentes entrevistados evidenciam uma narrativa possível, entretanto, não definem as características locais em sua totalidade. Como tratado na seção anterior (5.2), os representantes do CoMCiTI possuem um perfil distinto dos empreendedores locais, possuindo um alto grau de formação e ocupando determinados cargos e organizações que pode, em certa medida, colocá-los em uma posição de superioridade, em termos de privilégios e de classe social a que pertencem, em relação aos empresários locais. Sendo assim, os discursos dos agentes do Conselho, de que os negociantes locais possuem medo de correr riscos, falta de visão, baixas formação e capacidade tecnológica e necessidade de maior alcance de mercado, argumentam em prol de quais interesses? Como enfatizado por Glücker e Bathelt (2017), a construção de um sistema de inovação deve refletir as condições e expectativas dos agentes que existem no nível micro, deslindando, nessa perspectiva, a necessidade de uma maior articulação dos agentes do Conselho com os empresários locais.

A capacidade empreendedora do município é refletida, ainda, nas verbalizações de outros entrevistados, deixando transparecer que eles apresentam um esforço para compreender a razão dessa facilidade e abertura ao empreendedorismo no contexto de Caruaru, como também, para exprimir a necessidade de estímulo à inovação para os negócios locais.

Eu sei que Caruaru ela é uma cidade que favorece, principalmente, pequenas empresas a começarem devido ao baixo custo de vida, é uma cidade que tem um bom... uma boa qualidade de vida e um baixo custo. Então, aqui você consegue morar bem, se alimentar bem, ter uma relativa segurança de vida, assim, pelo policiamento, não é uma cidade tão violenta, e você consegue ter isso tudo com baixo custo. Então, é muito mais fácil, por exemplo, uma empresa de tecnologia feito a gente, a gente tem 40 funcionários, é muito mais fácil ter 40 funcionários em Caruaru do que ter 40 funcionários em Recife, a gente ia ter o triplo do custo. Então, isso não é cultural da cidade, tentando responder à pergunta, não é cultural, é um fato da cidade, que ela acaba favorecendo uma empresa que está começando, começar, crescer sem ter um aumento grande de custo. (Entrevistado 6).

Mas, culturalmente, eu sendo sincero, eu não sei te dizer, talvez, comparado com outras cidades menores, não cidades maiores, mas menores, eu acho que a vantagem de Caruaru é porque existe, pelo menos, uma cultura de pensar no empreendedorismo por ser uma cidade empreendedora. [...]. E, talvez, esse mercantilismo aqui na cidade, essa coisa de mercado sejam culturalmente, talvez seja essa a minha resposta, talvez, essa cultura de empreender, de todo mundo aqui ter uma ligação com alguém que tem negócio na feira, tem um negócio na cidade, empreende de alguma forma. Então, isso estimula você a querer empreender. (Entrevistado 6).

Eu acho que a persistência, eu acho que fazer do limão a limonada, assim, são pessoas, [maior entonação] se eles entendessem que do mesmo jeito que eles conseguem trabalhar, porque eles se reinventam muito, o tempo todo, eles são muito bons nisso, né. Mas, quando você tem que partir para inovar, eles são muito resistentes, então, na

hora que eles entenderem, na hora que eles mudarem o *mindset* deles, mudarem ali, virarem a chave para se reinventar do mesmo jeito que ele se reinventam no negócio dele. É porque, assim, é mostrar que: “ah, você tem que inovar”, não, mas já está embutido no processo, não tem mais opção não, já chegou! Se você não tá, você tá 10 anos atrasado! 5 anos atrasado! Entendeu? Não tem mais opção, se eles não entenderem isso, é muito complexo, entendeu? (Entrevistado 3).

Alguns agentes se distinguem da concepção majoritária, ao ver com bons olhos o patamar de inovação já alcançado na cidade, enobrecendo o contexto local pela existência de vários órgãos de fomento ao empreendedorismo, ao conhecimento e à inovação, dado que coaduna com algumas pesquisas que identificam essa construção de inovação em Caruaru (SECTI, 2017; LIGA VENTURES, 2019). Contudo, esclarecem que ainda há muito a ser realizado que possibilite bons resultados à consecução de um ambiente de inovação no contexto local. Como destacado por alguns autores, pode-se absorver dessa perspectiva que a junção de vários agentes e organizações voltados à inovação em uma localidade pode viabilizar a construção de um sistema de inovação local (ÖNDAY, 2016; BATHELT; HENN, 2017; LAGENDIJK, 2017; SILVA; FERNANDES; SILVA, 2020).

E aí, a parte de enaltecer, voltando, é que, pelo fato de o ecossistema de Caruaru ele ser muito novo, ele gerou grandes resultados. Então, a gente tem [...] um ecossistema de cinco anos que estava na terceira turma de incubação, com três turmas de pré-incubados. Tem o ITEP que tem a incubadora, o da Federal agora, vai ter incubadora também. Então, assim, a gente gerou inovação pra caramba, a gente tem prêmio de melhor incubadora de impacto do país, melhor ambiente de inovação do país. Então, assim, pelo fato de ter só cinco anos é um ecossistema, sabe? Que ele tem muito para crescer, o que ele precisa é: ações direcionadas com alto valor e pouca energia gasta, normalmente é isso que define se aquele ecossistema vai impactar mais ou não. (Entrevistado 1).

Eu acho assim, a região como um todo, eu queria não só falar de Caruaru, mas a região como um todo, o Agreste pernambucano, ele tem uma coisa muito boa: a economia funciona, não é à toa que é um dos maiores polos, né, produtivos do Brasil. E esse hábito, e esse sucesso a gente percebe na área de inovação e de economia criativa onde, de alguma forma, a moda está, né, o APL aqui. (Entrevistado 5).

Todavia, as narrativas possibilitam apreender que a maioria dos agentes do CoMCiTI enxerga os negócios locais como relutantes a implementar inovação e imediatistas quanto ao retorno financeiro de seus investimentos e ao resultado de ações em suas organizações. Pelos discursos, notou-se que os respondentes acreditam que o enfoque deve ser mudar e empregar transformações na forma como os empresários locais pensam, comportam-se e estabelecem atitudes em relação aos seus negócios. Essa intenção exposta pelos agentes do Conselho, possibilita inferir que suas decisões e ações planejadas podem ter um viés unilateral, pré-estabelecido por uma perspectiva macro, deixando de atentar prioritariamente à dimensão social, o que pode deixar em aberto ações e condutas disponíveis nas interações dos agentes e

negociantes locais que permeiam o contexto institucional (GRANOVETTER, 1985; SETTERFIELD, 1993; FAULCONBRIDGE, 2017; BATHELT; GLÜCKER, 2005; GLÜCKER; BATHELT, 2017; MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELATTE, 2010; CHAERKI; RIBEIRO; FERREIRA, 2019).

Mas quando eu puxo muito para o mercado, é como eu falei no início, é o mercado que faz acontecer, é o mercado que faz mover tudo isso. Então, eles têm que acreditar que aqui pode dar certo sim, que a gente tem como fazer isso acontecer, e assim, eu acho que criar muito a cultura da inovação porque a gente vê muito isso fora, mas quando a gente vai colocar aqui para dentro, parece uma coisa meio utópica. O empresariado, de uma forma geral, aqui não tem muito essa cultura de ter aquele, de ter a inovação como experimentar; experimentar, talvez não dê certo, falhar, aprender, corrigir, fazer de novo; o empresário tem muita aquela cultura de que é um investimento e que tem que dar resultado logo, e inovação nem sempre é isso. Inovação é aprendizado, e muitas vezes, é erro, é experiência, não dá certo de cara, na maioria das vezes, não é assim, eu acho que falta um pouco essa cultura do investir sem... sabendo que o retorno não vai ser de imediato, é uma cultura mesmo. (Entrevistado 8).

Tá, o que eu acho de mudança mesmo [pausa] que a gente poderia falar muitos termos técnicos [sorrindo], *mindset* mesmo né, acho a mentalidade do empreendedor, do comerciante, ela tá muito focada no agora, né? O pessoal não trabalha com planejamento, eles querem vender agora, então, eles fabricam, e infelizmente muitos deles têm que vender hoje de manhã para comer à noite, né? Então, essa é uma realidade muito triste, tá, pra eles, né? Então, a gente entende isso. Mas eu acho que se a gente começar a ver que a tecnologia junto com a inovação, porque são coisas distintas, podem vir para potencializar eles, vai ser o diferencial. E aí sendo bem transparente, você tem que falar algo chamado “lucro e bolso”, se ele não enxergar que isso vai aumentar a lucratividade dele e a competitividade dele, o cara não quer nem escutar, entendeu? Então, eu acho que é mais ou menos por aí. (Entrevistado 2).

Veja, eu acho que o principal desafio que a gente tem, que é um desafio que acho que não é só de Caruaru, mas estando em Caruaru que eu percebo, assim, a gente tem uma [maior entonação] cultura da, ainda da coisa muito analógica em Caruaru, sabe. [...]. Então, assim, das coisas que eu vejo, assim, as pessoas têm muita resistência nos processos de inovação, né, de se atualizarem, de se capacitarem. Ainda fazem as coisas muito: “ah, mas eu sempre fiz assim”, a cultura entre aspas da feira, né?! Mas eu cresci na feira, eu sou da feira, funciona, eu ganho dinheiro assim, eu vou assim, né. E aí eu brinco que a pandemia tá sendo um caos, mas tá ensinando muito a todo mundo, porque essas pessoas estão tendo que se reinventar, né? E eu acho que, nesse sentido, eu acho que a cultura é um grande [pausa, refletindo] uma grande barreira, sabe? Mas que ela pode ser superada. (Entrevistado 3).

Eu acho que existe, de fato, uma barreira de mentalidade, que tá um pouco ligado no cultural, e realmente buscar ser uma empresa mais tecnológicas ou mais digitais. Porque a tecnologia ela é uma ferramenta, né, para você executar determinados serviços, ou ganhar dinheiro, ou economizar dinheiro, ela é voltada para isso; e a grande maioria ainda enxerga realmente a tecnologia como um custo, é algo que eu tô pagando, eu não queria pagar por isso, e não entende que a tecnologia, na verdade, ela tá para melhorar as coisas ou evitar uma perda de dinheiro ou evitar... ou trazer um nova linha de produtos, um novo canal de vendas, ou fazer uma gestão melhor que faz com que você economize mais dinheiro. Então, hoje, existe uma barreira que a maioria, assim, 95% do, 99% [sorrindo] do empresariado da cidade pensa assim. (Entrevistado 6).

A partir das narrativas, supõe-se também que além de os entrevistados perceberem os empreendedores locais como resolutos em investir em inovação, desejam mudar a forma como eles pensam e administram seus negócios, adentrando em mais uma crítica ao explicar que o empresariado local possui baixa adesão digital. Esse achado na pesquisa foi uma das características dos empreendimentos de Caruaru que se sobressaiu nas entrevistas, sendo fortemente ponderada.

Na verdade, a era digital tá por vir, assim, ela não chegou geral, em alguns locais do mundo é digital, em Caruaru a gente ainda não tá na era digital, a gente tem alguns, até eu já ouvi falar, o Silvio Meira fala que a transformação digital tem três níveis: 1. digitalizar dados; 2. digitalizar processos; e 3. digitalizar o modelo de negócio. Então, aqui em Caruaru, a grande maioria das empresas ainda nem digitalizou o dado, ainda usa o papel, ainda usa a máquina ali, não tem uma digitalização no nível 1; então, talvez, eu acho que nem existe uma empresa aqui em Caruaru que esteja nesse nível 3 de modelo totalmente digital, nem sei se existe aqui alguma... Acho que não, deve ter uma empresa de aplicativo ou outra aí que seja, ou se enquadre, mas ainda não tem tração. (Entrevistado 6).

Agora, eu acho que o modo como se opera hoje a indústria na região e os resultados, graças a Deus que eles ainda são bons, sabe? Mas ele daqui a pouco não vai, porque a gente brinca muito com isso que o que trouxe a gente aqui, não vai levar adiante. [maior entonação]. Onde está o recurso tanto financeiro, o recurso humano, técnico, o investimento em inovação na área das faculdades, nos estudos, nos movimentos, né, onde é que tá acontecendo isso que vai levar a esse APL aqui chegar numa indústria 4.0? Ou avançar? Que não chegue completamente, mas que ande, né? Então, eu acho que essa visão de próximo passo da transformação digital, o povo não vê ainda, acho que a gente não tá conseguindo ainda, [pausa] mostrar ou convencer o empresariado local [...]. (Entrevistado 5).

Nós temos uma realidade aqui de um grau de digitalização das empresas muito baixo, a gente [referindo-se à organização em que trabalha] fez, inclusive, [...], no setor de confecções, [...] a gente fez um teste com... eu acho que, uns 50 confeccionistas [...]. E foi detectado que o primeiro entrave foi esse: o grau de digitalização das empresas, só que as empresas são formadas por empresários, por pessoas, então, a cabeça do empresário quando ele tá num ambiente desse que nós temos aqui de feira é pensar, às vezes, numa coisa muito a curto prazo. (Entrevistado 7).

Aí acaba localmente aqui sendo um impacto ruim, porque já existem muitas soluções tecnológicas com resultados comprovados, mas, as empresas ainda têm uma barreira na adoção, e realmente, às vezes, até entende, mas dá um valor muito baixo na aquisição. Realmente é como se fosse a última coisa que vai contratar, ou o último investimento que vai fazer, ou a primeira coisa que vai cortar, a grande maioria é assim, então, eu acho que esse é um dos maiores desafios. (Entrevistado 6).

A cultura, vamos colocar que o nosso maior *business*, que é a feira da sulanca, né? Caruaru foi, vamos dizer, fundada através das feiras, né, feira de artesanato, feira da sulanca, feira de gado, em torno de suas feiras. E aí, o que ocorre dentro dessas feiras? A cultura de negociação é aquele olho no olho, ou seja, é aquela didática que já se repete aí há 30, 40 e 50 anos, mudar isso do dia para noite é complexo. Então, não vai ser do dia pra noite, vai ser a médio e a longo prazo essa mudança de cultura e outra, gerar confiança, se não gerar confiança, o usuário ele visualizar que na feira da sulanca, como ele pratica o dia a dia, a cultura local como está, é aquela questão: “eu vendi, recebi o dinheiro, o dinheiro tá na minha mão, aqui, na hora”. Então, de forma virtual, ele só vê números, só que ele quer ver o dinheiro na mão dele. Então, é essa

mudança cultural que primeiro, o dinheiro não precisa estar na mão dele para ele fazer negócio. (Entrevistado 15).

Ainda dentro da percepção de pouca aderência digital nos negócios de Caruaru, o texto do entrevistado 2 levanta uma questão interessante que diz respeito às desigualdades e diferenças nos níveis de maturidade organizacionais, tamanhos e faturamentos das empresas locais.

E aí você tem um abismo, uma discrepância muito grande entre pequenos empreendedores, gigantes, pequenos em quantitativo, mas grandes, [...], são caras que têm um potencial econômico [faz sinal de elevação com as mãos, explicitando o potencial de crescimento dessas empresas]; e você tem um cara que tem uma facção, né, que é ele, a mulher e a filha no quintal de casa, né? E aí você trabalhar inovação com esses dois públicos, [...] é desafiador, [aumenta entonação] porque você tem, de fato, empreendedores do mesmo segmento com a maturidade digital totalmente diferente para falar de inovação. Então, a gente tava vendo programas que, por exemplo, no começo a gente discutia: “oh, vamos colocar um *e-commerce*, vamos colocar uma plataforma”. No final, a gente viu: “meu irmão, essa galera não vende nem por *whatsapp*”. (Entrevistado 2).

Pelo exposto, percebeu-se que além de os sujeitos entrevistados considerarem que os negócios locais possuem pouco acesso a tecnologias digitais, eles demonstram vivenciar uma dificuldade de comunicação com os empreendedores para gerar uma transformação digital nas empresas da cidade. Os seus discursos, mais uma vez, sugerem um distanciamento de si, principais agentes de inovação do município, com o empresariado local, pois ao mesmo tempo em que se demonstram insatisfeitos com o nível de integração digital das empresas, querem conscientizar e implementar uma transformação neste aspecto, sem a existência de um relacionamento entre as partes envolvidas que pudesse proporcionar uma construção conjunta e gradativa.

Nesse aspecto, ao refletir a diferença de perfis dos agentes do Conselho e do empresariado local quanto à formação, vivências e condições de classe, mencionada anteriormente, é possível observar, também, nos discursos dos entrevistados mais um elemento que pode (re)produzir esse distanciamento e estorvar uma aproximação: a linguagem utilizada pelos agentes do CoMCiTI. Em seus relatos, é possível notar termos específicos de profissionais das áreas gerencial, tecnológica e de inovação, como “metodologias”, “ecossistema”, “*stakeholders*”, “*pitch*”, “*marketplace*”, “*mindset*”, “*business*”, “*e-commerce*”, entre outros, os quais não são, muitas vezes, familiares aos empreendedores locais. Essa constatação coloca em destaque a carência de se compreender o contexto institucional a partir das subjacências presentes na esfera micro, daqueles que por meio de ações e interações sociais conformam tal contexto (BATHELT; GLÜCKER, 2014; GLÜCKER; BATHELT, 2017; GLÜCKER, 2020).

Esse entendimento está presente na perspectiva relacional, na qual se destaca a construção coletiva (SETTERFIELD, 1993; FAULCONBRIDGE, 2017; GLÜCKER; BATHELT, 2017).

Outro caráter abordado pelos sujeitos investigados em relação ao contexto caruaruense é o da informalidade, a qual nos discursos dos agentes do CoMCiTI também está atrelada a um obstáculo de acesso e comunicação com o âmbito empresarial do município. Os textos dos entrevistados deixam nítido que devido à alta taxa de informalidade ocorre impedimento de algumas ações de desenvolvimento das organizações propostas ao público empreendedor, a aversão a esses programas acontece, muitas vezes, por os empreendedores de negócios informais acreditarem se tratar de fiscalização e por desconhecimento dos processos para formalizar um negócio.

É porque o mais difícil é, o maior problema do ecossistema aqui é que esses atores do Conselho, individualmente eles não conseguem o principal que é o empreendedor. Não se tem uma representatividade do empreendedorismo no Conselho, no sentido que, se tu leva em consideração que 40% só da pirâmide têxtil, moda e confecção, 40% é de inadimplência, o Sebrae e a SECTI só consegue gerar programas com empreendedores que têm CNPJ, MEI, 40% dessa galera é inadimplente. Então, eu já filtrei, né? Tem 60% agora, aí desses 60%, 54% não têm acesso à internet, dos que têm acesso, 90% é pelo celular. Aí, a gente já tá filtrando bem mais, né? Então, quando eu for gerar um programa de qualificação online, sobra quem? E só de gente de Caruaru, tá? Então, você tem que ser MEI, tem que ter CNPJ, você tem que ter acesso à internet no notebook, no computador, enfim, tem que estar em Caruaru e você tem que estar com as prestações legais em dia, né? (Entrevistado 1).

[...] eu acho que um dos grandes fatores interessantes chama-se informalidade, né? A informalidade na região ela é muito alta, né? E aí se você também entra, e aí a primeira coisa que a gente briga muito, briga da forma positiva com o pessoal, é dizer que a gente não é agente regulamentador, quando a gente vai falar com as empresas, o cara acha que a gente é da Auditoria, da Fazenda e não é isso, né? [sorrindo] [...]. Então, informalidade é um ponto grande [...]. (Entrevistado 2).

Outro aspecto do contexto dos negócios caruaruenses, decorrente da informalidade, descrito pelos sujeitos pesquisados consiste na composição laboral, em que há uma prevalência de empresas familiares, com altas e exaustivas cargas de atividades e horas de trabalho, aspectos também versados nos estudos de Sá e Mattos (2016) e Sá (2018; 2019). Essa sobrecarga laborativa indica mais um bloqueio de comunicação entre os empreendedores locais e possíveis oportunidades de ações e interações voltadas a desenvolver e acrescentar aos seus negócios, seja com intuito de manutenção, seja com a finalidade de ampliação dos empreendimentos através da ciência, da tecnologia e da inovação.

[...] um outro [...] ponto que também é interessante é o seguinte: quando você olha pra grandes empresas, elas até têm uma estrutura, mas o grande volume do comércio quantitativo exige uma estrutura organizacional, hierárquica. Então, o dono é o cara que tá na banca, é o que vende, é o que faz a logística, é o que entrega né, ele e a

família dele [maior ênfase], e a gente sente muito isso. Por exemplo, a gente divulgou o Programa Caruaru Transformação Digital [...]. E aí um cara disse: “olha, eu não consigo participar das oficinas porque eu tenho que tá na banca vendendo”, né, tanto é que as oficinas eram das 19h às 22h, porque era a hora que essa pessoa podia. E olha que ele chegava extremamente cansado, o cara desde 5 horas da manhã no banco da feira, né, então, é muito puxado falar de inovação quando você tem, ainda, quando você tem um método muito local, né? (Entrevistado 2).

Tá todo mundo vendendo através do *marketplace*, está todo mundo vendendo em *whatsapp*, não sei o quê. Não faz mais sentido essa pessoa querer abrir a barraca dela e só vender olho no olho, veja, ela pode fazer isso, entendeu, ela pode, mas se ela não se adaptar, ela vai ser engolida, é assim! Não tem como ser diferente disso, entendeu? Então, eu digo que, assim, se essas pessoas... ainda há muita resistência porque aqui o mesmo cara que... vou falar de confecção porque aqui é muito forte, né, na nossa região. Mas, [maior entonação] o mesmo cara que corta, é o cara que costura, é o cara que bota o bolso, é o cara que vai pra feira, é o cara que vende, é o que que não sei o quê. Então, eles alegam muito: “ah, eu não tenho braço, sou eu que faço tudo, eu não conheço”, é um cara que não tá conectado, é um cara que não terceiriza muito, é um cara que centraliza muito nele, entendeu?! Então, se ele não entender que ele precisa, de fato, abrir oportunidades para inovar no... porque veja, inovar não tem a ver só com tecnologia, inovar no sentido de: ele precisa de uma gestão, ele precisa de processos para trabalhar a gestão, ele precisa de processos pra trabalhar a parte financeira dele, ele precisa também trabalhar o marketing dele, a área comercial, tudo isso é inovar! Entendeu? (Entrevistado 3).

Então, assim, tudo isso que a gente passa para esse feirante, é porque a gente já tem vivência da feira da sulanca, porque aos meus 10 anos de idade eu também vivenciei, já fabriquei, já estive dentro da feira da sulanca e sei como é desgastante, ou seja, o cara não tem vida. Então, o que é que a gente quer fazer pra ele? Quer facilitar, quer auxiliar ele, para que ele tenha uma produtividade aí também e aumente, né, porque se ele ganha mais, ele vai contratar mais colaboradores, costureiras, ou ele vai terceirizar, e aí, vai existir um ciclo de negócios dentro da cidade, e também, fora da cidade. (Entrevistado 15).

Ainda no âmbito familiar, os sujeitos pesquisados trazem a questão de conflitos e discordâncias entre gerações no tocante à continuidade do negócio, a modificações na gestão, nos processos organizacionais e/ou no investimento em aparato tecnológico e inovação, como tratado nos estudos de Sá (2018, 2019).

Então, o maior desafio, de fato, é vencer essa cultura, é você ter uma mudança mental das pessoas, tá? Um grande problema que se encontra hoje é quando você tem o pai já querendo passar a estrutura para o filho, o filho com uma mentalidade diferente do pai, querendo assumir, mas aí as ideias geram conflitos, geram estresse. Então, é por aí o lance da cultura, né, de você tá, claro que tem um problema da formação de gerações, mas se você muda isso [maior entonação] lá na base, certo? Você muda isso lá na base, né, você tem uma mudança gradativa, né? (Entrevistado 4).

Pelos relatos, é possível notar que o dilema referente à resistência em modificar o negócio e/ou inserir inovação, na perspectiva dos sujeitos entrevistados, não está presente apenas no âmbito familiar, mas também na não aceitação de programas e ações propostos por agentes de inovação para melhorar o empreendimento. De acordo com os agentes do CoMCiTI,

muitos empresários locais apresentam bons faturamentos, condições estáveis e até crescimento em seus negócios, o que os faz querer manter o *status quo*.

[...] o segundo ponto aqui, teoricamente ou uma boa parte disso, o empresário ele já vem faturando, ele já vende, então muitas vezes o que a gente escuta é: “eu já tenho dinheiro, porque eu tenho que inovar?”. Né? Você pega os grandes comércios, eles já ganham dinheiro, de fato, mas aí você tá afunilando isso, pra chegar nos chineses, né, você tá chegando aí com *e-commerce*, [...], um monte de *marketplace*. Então, se ele não acordar, e a própria feira tem que picotar, né? A própria feira de Caruaru ela tem que acordar, porque cada vez mais é menos ônibus vindo, por questão de assalto, logística e comodidade, né? (Entrevistado 2).

[...] o lance do informalismo ou a falta de formalismo, lance da cultura do “ó, eu tô bem aqui, para que eu vou mexer nisso?”, existe muito! Algumas pessoas falam hoje lá no Conselho, tá, de maneira muito sábia, dizendo assim: “ó, inovação ela deixou de ser investimento, é uma questão de sobrevivência”, é uma parte investimento, é uma parte sobrevivência, então, por mais que eu esteja bem agora, será que eu vou tá bem no futuro?! Provavelmente, o exemplo da pandemia deixou isso claro pra muita gente, tá. Mas, o que é mais forte, e é visível para todo mundo é a cultura: a educação que as pessoas têm na perspectiva de visualizar inovação como uma coisa, como um item no seu negócio, não só como um investimento complementar que pode trazer algum fruto na frente [...]. Você tem aí um desafio muito grande que é você ter uma mudança cultural, certo, mas, se você olhar, a própria cultura de hoje ela traz uma agilidade na solução de alguns problemas, mas isso pode ser visto como uma coisa boa no agora, mas quando esse negócio não é bem estruturado, tá, como é que você vai escalar [aumentar, ampliar] isso, se não tem estrutura?! (Entrevistado 4).

[...] a gente tem que pensar que ela [a cidade] precisa se renovar, e convencer um empresário que tá ganhando bem, relativamente bem, né, ele está sustentável, ele consegue ver resultado naquilo que ele faz, que ele precisa parar um tempo para fazer investimento em si, uma mudança na sua empresa sem visualizar que outro fez! Porque tem uma questão aí que a gente até brinca, né, com essa coisa da inveja, né: você tem que ver que o outro foi lá e deu certo [sorrindo], o cara não quer se arriscar. Então, há um pouco dessa visão, eu acho que um pouco, eu não queria usar a palavra conservadora, mas existe um ambiente confortável até o momento que faz com que o jeito que está sendo feito, muitas vezes, mesmo que não seja sustentado, mesmo que não seja inovador, aquelas empresas, de uma forma, conseguem sobreviver. E aí, torna um pouco difícil, a necessidade, ele não consegue ver essa urgência e necessidade porque ele consegue gerar as receitas. (Entrevistado 5).

Nas entrelinhas do discurso do entrevistado 5, é possível depreender uma justificativa para os empresários não desejarem inovar e/ou possuírem aversão ao novo. Seu argumento reside em outro elemento percebido como característica dos empreendedores locais, os quais observam e esperam os resultados de outros empreendedores ao investir em modificações e inovações nos negócios. Esse é o aspecto de “copiar o que der certo”, evitando riscos, reduzindo incertezas, o que também é arguido por outros agentes do Conselho e abordado nos estudos de Torres e Silva (2014) e Sá (2018).

Eu entendo que a maioria dos empresários eles “seguem o bonde”, assim, ele espera alguém fazer e dar certo pra a grande maioria ir, são pouco aqueles que: “não, eu vou arriscar, eu vou fazer”, até mundialmente, assim, não é todo mundo que é o inovador puxando, arriscando, né? São poucas empresas que a gente vê que arriscam e elas

acabam realmente errando mais do que acertando, mas quando elas acertam, milhões de outros seguem o exemplo. (Entrevistado 6).

Então, o que tem de bom aqui na região é que esse público sendo bem ensinado, ele aprende muito rápido. O que é que ele precisa? Ele precisa de *cases* de sucesso, a partir do momento que ele vê o outro fazendo e se dando bem, é o chamado “maria vai com as outras”, eles também vão querer fazer. Eles não vão querer ficar de fora, entendeu? Porque a cultura daqui da região é, vou trazer um exemplo de um feirante: ele fabrica uma peça de modinha, então, essa semana ele fabricou uma peça, não se deu bem, não vendeu, mas ele viu que o vizinho dele vendeu todas as peças dele; na outra semana, ele vai arrumar dinheiro de alguma forma e vai fabricar aquela mesma peça que vendeu, porque na cabeça dele aquilo que vende aquilo que vende é o que ele deve fabricar. Então, é nessa cultura de “a grama do vizinho sempre tá melhor do que a minha” que eles replicam. Ou seja, por isso também têm a deficiência, né, eles não inovam, eles não criam uma modelagem, um padrão de produtos dele, e aí toda semana o cliente vem, e quando vem, é outro tipo de produto, ou seja, ele não consegue fidelizar o cliente também. (Entrevistado 15).

Outrossim, em relação ao cenário local, os respondentes trazem que há um hiato entre as oportunidades e áreas de formação educacional e as possibilidades de trabalho após obtenção dos diplomas. A partir disso é razoável supor que aqueles que continuam no município acabam optando por trabalhar em outras áreas de atuação - que muitas vezes não exigem formações - ou buscam oportunidades em outros locais.

Com certeza, porque envolve uma facilidade, né? Caramba, para que eu vou morar em Recife, se minha família inteira trabalha aqui na área de confecção, emprego fácil, emprego que eu consigo uma renda fácil, entre aspas, né? Mas é um emprego que tem uma oportunidade mais fácil de se conseguir, eu consigo uma renda, eu tô perto de casa, então, para mim é o mais viável. (Entrevistado 1).

Eu acho que é uma coisa que precisa ser construída, a gente ainda não tem isso, a gente sabe da importância disso e da necessidade, a gente conversa muito sobre isso. A gente conseguir formar as pessoas, conseguir manter as pessoas aqui na nossa região para que a região se desenvolva porque a gente se espelha muito no que aconteceu em Recife, as pessoas se formavam, uma formação de qualidade, mas o mercado não tinha como absorver essas pessoas, então, as pessoas se formavam e iam embora. E é mais ou menos o que a gente tem hoje: as pessoas não vislumbram como elas podem desenvolver a sua profissão na nossa região, elas se formam, elas se capacitam, mas, ou elas mudam de atividade para poder conseguir se manter na região, ou elas saem, mas não é uma coisa comum e frequente as pessoas continuarem aqui exercendo a sua profissão de origem, né, acreditando no que ela investiu na sua área de conhecimento. (Entrevistado 8).

Em relação a migrar para outros locais, percebe-se nos relatos como destino predominante a capital de Pernambuco, Recife, a qual possibilita melhores oportunidades profissionais e se apresenta como um ambiente de inovação mais consolidado, na visão dos entrevistados. Os relatos dos entrevistados refletem, ainda, que muitas das pessoas que permanecem na cidade de Caruaru, acabam se inserindo ou investindo na atividade econômica de empreender nas feiras, seja por influência familiar, facilidade, necessidade e/ou vontade de continuar na região.

[...]. Então, eu fui criado, técnica e socialmente aqui, e que eu continue aqui, que é algo que não tava acontecendo no interior de Pernambuco [referindo-se a uma reflexão das pessoas para permanecer na região]. E aí, literalmente, a região metropolitana ficava de braços abertos [gesticula, abrindo os braços]: “ah, você vai para o interior, se qualifica, mas chega aí que aqui tem trabalho”. [...] no último mapeamento que a gente fez, a gente identificou que só 10% dos alunos se formavam em Caruaru e continuavam trabalhando em Caruaru naquela área que se formou, isso é nada, nada, nada. 90% ou ia para Recife ou ia para outro Estado, ou pior, tava aqui, mas tá trabalhando em outra coisa. E essa outra coisa, é, 62% disso era na Pirâmide Moda, Têxtil e Confeção. (Entrevistado 1).

Tá, [faz expressão de reflexão] eu acho que uma das coisas que tem que existir aqui em Caruaru e região, de fato, e continuar, é o fomento à inovação, isso aí é de fato, né? [...] E eu acho que o principal desafio como em qualquer outro ecossistema, chama-se reter talentos, né, isso é um desafio muito grande. Então, se a gente for parar para analisar, Recife tem um parque tecnológico muito interessante de inovação e é o nosso maior concorrente entre aspas, né? [...] então, se eu não tenho um ecossistema de inovação que fomenta novas vagas para que esse aluno fique aqui, esse egresso, eu não consigo ter uma escala desse horizonte, porque, de fato, a gente tem que trazer oferta. Eu acho que o principal desafio do Conselho, se eu fosse resumir, é: primeiro, é fortalecer a inovação, e abrir oportunidades para que as pessoas possam trabalhar em Caruaru, porque se não a gente fica sempre sendo trampolim [...]. O cara vem aqui, se forma, faz um mestrado, por exemplo, numa área de atuação, ou basicamente ou ele vai trabalhar na APL moda, têxtil e confecção, vai vender na feira, [...] ou ele tem que ir pra Recife, porque às vezes não encontra essa oportunidade aqui, tá? O principal desafio do CoMCiTI é, de fato, prover novas empresas de inovação para que essa mão de obra fique em Caruaru. (Entrevistado 2).

Então, por exemplo, vamos dizer, uma das dificuldades da academia para colocar o pessoal no mercado é começar a pensar empregabilidade lá atrás, então, pô, a gente tem gente, e porque os caras não tão?... Porque academia tem que no primeiro dia começar a pensar na empregabilidade, e não formar o cara: “ó, eu tenho uma pessoa formada, agora vai começar a experiência”, entendeu? O cara passa quatro anos depois de formado para se arrumar, entendeu? Acaba empregando em outra área que não é nem a do cara. (Entrevistado 7).

Nesse cenário, outra inferência de propósito dos sujeitos pesquisados consiste em abrir um diálogo estratégico entre as organizações e faculdades/universidades da cidade de Caruaru, possibilitando a realização de ações, programas e parcerias para encaminhar os jovens profissionais a melhores oportunidades laborativas. As falas dos entrevistados sugerem que ocorre uma ausência de alinhamento entre essas esferas que propicie alocar os jovens a suas respectivas áreas de formação e que favoreça a permanência deles na cidade. Os discursos demonstram esforços e interesse para imprimir esta relação.

[...] o principal que eu interajo no Conselho é com o ponto EDU [referindo-se à hélice educação], né? Todas as instituições, a gente tem que trabalhar com todas as instituições do ponto EDU por uma questão de estratégia, os professores eles são agentes multiplicadores e agentes de impacto. Então, eu ganho 2 por 1, se eu gero uma ação com ele, eu tô qualificando agora, [...] só que a sementinha que eu tô colocando nesse professor, ele leva para sala de aula. Então, o impacto que eu crio nisso é gigante, sabe? Ele leva para outra cadeira, e para o próximo período, e para o próximo período, e assim vai. (Entrevistado 1).

A gente começou a interagir com o pessoal da UFPE, eu tenho interesse muito grande, assim, com relação a entrar muito em contato com alguns atores que... que são vinculados à educação, né, no caso UFPE, UPE e também as universidades privadas. Mas, também, alguns atores que tenham, no caso o Porto Digital que aqui em Caruaru é representado pelo Armazém, então, a gente também tá buscando muito parceria com eles, porque eles têm um ambiente muito propício para, no caso, incubação [...]. (Entrevistado 13).

Insta salientar outras características locais enfatizadas pelos entrevistados ao externarem a preocupação em reter talentos: uma maior valorização ao que vem de fora e pouco reconhecimento das competências, talentos e ofertas locais.

Uma coisa que a gente conversa muito dentro do Conselho, que a gente ouviu muito dos atores que a gente trouxe agora pra conversar com a gente, é tipo: [maior entonação] a gente precisa reter melhor nossos talentos, a gente sabe que a gente terceiriza muito serviços de fora que a gente poderia estar comprando aqui, entendesse, estar usando aqui, a gente precisa mostrar para os empresários que a gente tem isso daqui, os empresários precisam acreditar na potência que somos [...]. Porque a gente sabe exatamente que a gente exportava talento e a gente importava serviço; como é que pode? A gente tem um monte de gente bacana e a gente exporta, e a gente tem um monte de serviço bacana pra... mas a gente exporta, manda pra Recife, pra todo canto do mundo e a gente importa serviço, perai, tem alguma coisa errada, né?! (Entrevistado 3).

Tudo que a gente vê, a gente direciona para outras cidades, outras referências, nunca a gente olha para cá, então, se a gente quer encontrar um arquiteto para fazer um projeto massa, a gente vai procurar o melhor arquiteto de Recife. O que não é bom, sabe, porque aqui em Caruaru tem uma quantidade de arquitetos incríveis, [...]. Mas, aqui em Caruaru tem muita gente boa, tem muito profissional massa, mas, existe muito ainda essa cultura de que... uma linguagem mais, assim, tipo, “santo de casa não faz milagre”, né? [sorrindo]. Então, a gente vai buscar muita coisa fora, vai buscar muito conhecimento fora, e até mesmo, é uma coisa assim que eu sinto muito, pessoalmente, sabe, que é essa questão que é diferente como as pessoas me recebem hoje por experiências, por eu ter tido experiências lá fora. Eu garanto que não só eu, assim, muita gente que eu converso fala isso, sabe, depois que a pessoa sai e volta com uma bagagem, as pessoas escutam um pouco mais do que uma pessoa que tá aqui o tempo todo vivendo as mesmas coisas. (Entrevistado 11).

Além do âmbito educacional e de entidades ligadas à inovação, o interesse e a busca por estabelecer relacionamentos podem ser notados no tocante ao empresariado local. Nesse sentido, a verbalização do entrevistado 1 deixa transparecer que alguns empreendedores de Caruaru não desejam expor os processos e problemas de seus negócios, nem tampouco sua situação empresarial, assim como, visualizam a inovação como gasto ou como retirada de uma condição estável na qual seus empreendimentos se encontrem. A partir desse discurso, pode-se perceber um impasse quanto à abertura de relacionamento entre a esfera empresarial e os agentes que buscam impulsionar a inovação no contexto local.

[...] não é por uma questão cultural, tá? Não é. [...] não é por uma questão familiar, que eu trabalho com empresas familiares também, eu acredito que seja muito por uma questão política. A economia de Caruaru, ela envolve o impacto social que tá muito

relacionado à política, então, muitas vezes, levar inovação para aquele ambiente privado pode parecer que é gasto para empresa, pode parecer que eu tiro ela da zona de conforto, pode parecer que é: “ah mas eu vou ter que me abrir, sabe? Eu vou ter que mostrar as chagas da minha empresa” e não é todo mundo que se sente confortável com isso. Então, mas com certeza era um agente que eu queria interagir mais [...]. (Entrevistado 1).

Essa dificuldade de relacionamento com os empreendedores locais se destacou, principalmente, em relação aos empreendedores de empresas de tecnologia, nas quais, na maioria das vezes, opta-se por investir e continuar prestando serviços a clientes/empresas de outras cidades e estados do Brasil. Como ressaltado pelos agentes pesquisados, isso acontece porque o nível de adesão digital é desigual entre as empresas do município de Caruaru e há uma predominância de negócios com baixa aderência e maturidade digital, em comparação com outros locais do Brasil.

Então, não é falta de capital, é uma cidade muito capitalizada, Caruaru, existem pessoas com muita capacidade de investimento, mas a mentalidade ainda tá muito distante. Existe, também, uma barreira das empresas de tecnologia de terem uma dificuldade de apresentar para esse empresariado no linguajar deles, os resultados que a tecnologia vai trazer. Então, às vezes, as empresas de tecnologia daqui, elas estão muito vidradas na solução tecnológica e pouco vidradas no resultado que é o que o empresário ou a instituição buscam. (Entrevistado 6).

E hoje, a gente começou fornecendo internamente, aqui, para as empresas locais, mas por questão cultural, por questão financeira, ou barreiras até de próprio preconceito, e até de como o mercado se apresenta, que é um mercado global e nacional que tem uma demanda que a gente não consegue suprir, então, porque que a gente vai quebrar a cabeça com empresas, de repente aqui de Caruaru que não entendem como funciona ainda? E aí, a gente teria que fazer um processo de educação dessas empresas, mostrar, de fato, o que é que a gente entrega, porque, às vezes, a pessoa: “ó, vou fazer um aplicativo”, ou então, “vou fazer um sistema”, no caso aqui, a gente trabalha construindo soluções tecnológicas. E aí muitas empresas acreditam que a solução ou o investimento em tecnologia e desenvolvimento tecnológico é fazer um aplicativo, fazer um sistema, quando, na verdade, é uma coisa muito mais complexa do que isso: você precisa ter uma empresa que tenha uma mentalidade já voltada para o digital, você precisa ter uma empresa que tenha processos bem definidos e que sejam congruentes ao digital também. E por muitas vezes a gente tinha que fazer um esforço muito grande para preparar o negócio do cara para receber a gente por um valor que não compensava. E até gerava desgaste, né, e aí quando a gente olha o mercado nacional, o mercado internacional, a gente viu que existe uma demanda lá fora e que não tá sendo suprida. Então, a gente deu essa guinada e aí nos últimos dois anos, a gente vem num ritmo de crescimento muito forte para atender esse mercado nacional, né, com planos de expansão internacional, tá. (Entrevistado 12).

Alguns entrevistados refletem a complexidade nos relacionamentos locais, explicitando que é necessário pensar diferentes formas e estratégias com a finalidade de estabelecer aproximações e interações que produzam frutos para a cidade. Assim, asseveram que a comunicação e a atenção aos interesses existentes são fundamentais.

[...] então, é, a gente identificar como aquela pessoa vai se beneficiar com uma ação sua, então, para trabalhar e ser político num ecossistema de inovação, a gente tem que identificar os pontos de interesse daquela pessoa. E aí se eu identifico os pontos de interesse daquela pessoa, eu posso imaginar qual ação que eu vou gerar com ela. (Entrevistado 1).

E ficou muito claro isso né de que precisa pensar pra fora, a partir daqui, precisa ter o envolvimento dessas quatro entidades apoiando e precisa ter a percepção da empregabilidade. E tem que ter essa questão de tirar nota fiscal, de emitir uma fatura, de pensar na geração de riquezas nesse sentido, porque como é que você vai atrair um empresário, o que você vai ter que dizer a ele é que ele vai ou ter um ganho maior, ou uma redução de custos? Como é que você vai atender um jovem? Você vai dizer a ele que ele vai ter uma mudança de vida, você vai dizer: “ó, há o espaço para tu trabalhar como gestor de dados”, que uma pessoa normal o salário é r\$ 1000, um salário de gestor de dados é r\$ 10000. Você tem que atrair, claro, que vai ter a transformação na vida das pessoas, vai ter transformação na realidade, a transformação social, mas eu acho que um dos... das forças que vai fazer mover é essa questão econômica. Você tem que ter essa questão econômica dentro do projeto até para você mensurar: foi criado x empresas, as empresas faturam tanto, geram tanto de imposto, então, até para isso tem que ter essa percepção. (Entrevistado 7).

Ademais, por uma observação mais ampla, o texto do entrevistado 1 sugere que ocorre uma ausência de trocas entre agentes que buscam impulsionar a inovação nos municípios da região, relatando perceber uma segregação. Também, por meio da crítica apresentada pelo entrevistado 1 é razoável supor que a busca por relacionamentos de agentes locais e não locais pode contribuir com o fomento à inovação. Essa visão é compartilhada por Rallet e Torre (2017) que defendem a inovação como sendo resultante de relações locais e não locais, e, conseqüentemente, com imbricações econômicas mais amplas e complexas.

É um ponto interessante, porque assim, se tu leva em consideração que Pernambuco tem cinco ecossistemas, tá? Recife, né? Com o Banking, Caruaru com o Tapioca e o Vitalinos, Garanhuns com a comunidade Sete Colinas, Serra Talhada com o Mandacaru Community e Petrolina com o Carranca Vale, a gente vê a discrepância de ecossistemas que é essa galera e como eles não atuam junto, sabe? Recife é Recife [gesticula as mãos demonstrando a posição superior ocupada pela capital pernambucana], porque é um o ecossistema de 20 anos e tem um mapeamento, já se tem grandes atores. E esses atores conseguem passar uma coisa, que a gente não consegue aqui em Caruaru que é a troca de bastão, sabe? Eu atuo por três anos como mentor de inovação numa área e agora eu faço isso contigo, e aí tu daqui a 3 anos passa isso para outra pessoa. Tipo, eu fomento o interior de Pernambuco há 8 anos e não tem uma troca de bastão, chega uma hora que eu fiz: “pô, eu vou ter que focar em um ecossistema, e aí eu foquei em Caruaru [...]”. (Entrevistado 1).

Depreende-se dos discursos dos sujeitos entrevistados que apesar de a cidade de Caruaru possuir uma economia considerada rica, estar localizada em um espaço central em relação aos municípios circunvizinhos e deter uma dinâmica empreendedora, algumas críticas e concepções negativas se sobrepõem, principalmente, no que tange à dificuldade de acesso, comunicação e interação com os empresários locais. Pelos discursos, pode-se aduzir que há várias dificuldades de estabelecimento de relacionamentos: com os empresários, compreendidos como os

principais que movimentam o mercado e desenvolvem a economia do município; com os educadores, considerados como agentes multiplicadores de conhecimento; com os agentes governamentais, vistos como ponte facilitadora para efetuação de projetos e ações, abarcando a questão legal e de recursos públicos; com agentes de órgãos voltados à inovação, que dispõem de espaços que possibilitam o encontro e reunião de pessoas e trabalham com foco na promoção de CT&I.

Os discursos revelam que os agentes locais são pouco ou timidamente articulados, e que não conseguem, ainda, abarcar: ações que atraiam e assegurem empregabilidades às pessoas que se formam no município; programas que promovam a inserção dos empresários locais nos órgãos voltados à inovação, de modo que eles utilizem e usufruam das oportunidades disponíveis nestes espaços (como acesso a conhecimento, contato com o mundo digital e possibilidades de *networking*); alocação de recurso efetivo para a melhoria da estrutura produtiva local. Corroborar-se com Silva, Fernandes e Silva (2020) que também refletiram a existência de esforços iniciais para lograr relacionamentos que contribuam com a inovação no município de Caruaru.

Além disso, nas análises dos discursos, deduz-se que a forma que os agentes do CoMCiTI interpretam as características locais, parece indicar algumas intencionalidades das representações do próprio Conselho, as quais podem não refletir os interesses dos negociantes locais. Nesse contexto, compreende-se a sobreposição de uma visão negativa sobre os empreendedores locais, somada a uma dificuldade de comunicação e de aproximação entre as partes e com consequentes divergências entre as ações planejadas e executadas. Em outras palavras, a diferença de perfis, linguagens e de interesses pode significar um prejuízo na realidade interativa para inovação local.

Esse cenário indica ser necessária uma maior atenção aos processos coletivos e relacionais, com a valorização da combinação de competências distintas e complementares, mesmo com diferentes níveis de maturidade e de faturamento dos negócios locais, mesmo com as diferenças de conhecimento e de recursos das esferas empresarial, educacional e governamental. Como abordado por Bathelt e Glücker (2014), Glücker e Bathelt (2017) e Glücker (2020), essa visão evolutiva e de dinâmica social permite que determinadas localidades busquem a inovação considerando como as instituições emergem em sua contextualidade. Esta, pelas características de Caruaru demonstra a imprescindibilidade de investimento em ações de trocas de conhecimento, de oportunidades, de regulação, de financiamento e de interações entre os vários agentes de forma que sejam sensíveis às instituições produzidas em seu contexto de

espaço e tempo. Este último, abre espaço para um olhar ao passado, às ações do presente, com vistas a expectativas para o futuro, que serão melhor explorados na próxima seção.

5.4 Como os aspectos circunstanciais têm permeado e impactado a construção da trajetória dos agentes do CoMCiTI em Caruaru?

5.4.1 Passado: iniciativas e trajetórias

A construção histórica e coletiva ao longo do tempo coloca em pauta a dinamicidade no estabelecimento de relações e dessas no desdobramento de ações, as quais podem impactar na inovação de determinado contexto local (BATHELT, GLÜCKER, 2002, 2011; GLÜCKER; BATHELT, 2017). Desse modo, com vistas a apreender os acontecimentos que levaram à formação do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Caruaru, indagou-se aos entrevistados o que fez com que fizessem parte do agrupamento que tenciona consolidar a inovação no município de Caruaru.

Tá, inicialmente uma questão muito [faz expressão de reflexão], o Conselho ele surgiu, tá? De uma ação do Sebrae com o PROTEC, de qualificação de metodologias de inovação. Esse programa, ele aconteceu lá no Armazém [...]. Não foi algo que o resultado seria criar um Conselho, tá? A ideia era: “pega uma galera e olha: vamos trabalhar junto na comunidade, sabe? Vamos gerar ações juntos?” O foco foi esse, mas aí o pessoal viu que tinha tanta gente, que foi: “pô, ó, tem um cabeça de cada instituição, de cada empresa aqui, de cada ordem, ó, vamos gerar um Conselho”. Sabe? A grosso modo foi isso. E aí foi nesse ponto que eu vi: “pô, eu acho que dá para trabalhar junto sim, eu acho que a gente consegue [faz expressão de reflexão], se cada um identificar como pode contribuir com o ecossistema”. (Entrevistado 1).

O Conselho, ele foi uma iniciativa da prefeitura, e que, inicialmente, tinha como objetivo desenvolver um plano de inovação para... eu tô tentando me lembrar exatamente como era o nome do documento, mas era um plano de inovação para política. Não era um plano, era uma política de inovação para Caruaru, e esse trabalho começou tem, eu acho que, uns dois anos não com o comitê, com o Conselho formado, mas essa ideia embrionária, né? Então, tinha alguns atores de dentro da prefeitura que começaram com essa iniciativa, tinha alguns professores da Universidade Federal que também já estavam desde o início, [...] e mais um representante do Armazém da Criatividade [...]. Mas, na época tinha um representante e partiu daí essa iniciativa. (Entrevistado 8).

Então, ele começou, o Conselho ele foi formado por instituições que de alguma maneira tavam fazendo isso que a gente tava dizendo aqui: “será que é possível olhar a realidade de uma perspectiva diferente?”, “deixa eu trazer alunos para poder conversar com eles”, “deixa eu tentar fazer uma *startup* com aluno”, “deixa eu tentar visualizar todo esse complexo que a gente vive”. E aí é natural que quando se fecha um grupo para se trabalhar junto, essas instituições participem e aquelas pessoas que mais estavam movimentando esse contexto de inovação das instituições, elas participem como representantes. (Entrevistado 4).

Os entrevistados explicitam que já vinham se reunindo há alguns anos em eventos voltados à inovação, e, nessas interações estavam notando perspectivas aproximadas que indicavam resultados positivos com as relações empreendidas. Dentre os bons resultados observados, foram citados compartilhamento de agendas e de eventos planejados por diferentes entidades do município, soma de esforços de iniciativas que vinham acontecendo isoladamente, complementaridade de competências e experiências na área de inovação. O modo como essas articulações foram se desenrolando ao longo do tempo corroboram com o que Bathelt e Glücker (2002) afirmam a respeito de padrões de interações e compreensão de expectativas como provenientes da experiência, agregados, refletidos e legitimados.

Nesse sentido, os agentes do CoMCiTI partilham de um entendimento de ideiação coletiva - apesar de alguns projetarem sobre alguma entidade ou esfera a iniciativa - para formação do Conselho. A partir dos discursos, embora se perceba uma soma de competências e de diferentes organizações para a formação do CoMCiTI, observa-se, como mencionado anteriormente, que apenas determinados agentes e organizações foram selecionados para participar do grupo, os quais já participavam de eventos afins e apresentavam expectativas similares e complementares. Todavia, ao resgatar as análises já empreendidas no presente estudo, questiona-se se essas expectativas refletem os anseios de uma maior abrangência de agentes locais, se comunicam as ações e interações que acontecem nos negócios caruaruenses. Em outras palavras, quem essas expectativas representam?

Então, só conversando a gente já começou muito lá atrás: “galera, vamos compartilhar uma agenda, vamos ver eventos que a gente possa somar e fazer uma sinergia”. Então, assim, já começou daí, a gente tinha: primeiro, você sabe que em Caruaru e região você não tem tanta oferta de mão de obra, de pessoas para palestrar, fazer consultoria, fazer curso, então, isso vem muito de Recife, né e outras regiões, então o custo do evento vai lá pra cima: hospedagem, alimentação, logística e já começa daí. A gente começou a perceber que dentro dessas instituições que tão movimentando o Conselho, que tinham pessoas que poderiam... Então, uma coisa que a gente fez foi começar a compartilhar uma agenda, e depois: “vamos começar a traçar metas e objetivos” [maior entonação] [...] “Então, o que é que a gente quer enquanto política de município, né? O que a gente quer fazer?” [...]. Então, eu acho que a grande sacada do Conselho foi, de fato, unir pessoas e instituições que já queriam fazer isso, mas faziam de forma de “egossistema”, né [sorrindo], cada um fazendo o seu. E a gente viu que trabalhando em conjunto você consegue fazer projetos muito maiores, não dá paralelismo que é um grande problema, você tá paralelo com 3, 4 eventos. E, muitas vezes, a gente via que era quatro eventos na mesma temática, sei lá, inovação na Federal na semana, na UPE e na FAVIP, então era 3 eventos de inovação na mesma semana, entendeu? (Entrevistado 2).

[...] o formato foi se fazendo disso, então, tinha as entidades, a gente resgatou esse grupo que tava meio parado, [...] e chegou-se até a uma discussão antes de ser Conselho para ser Comitê, né? Eu, por exemplo, fui contra dizendo o seguinte: “oh, comitê é um decreto da prefeitura”, né, o prefeito vai lá e faz um, acho que o nome é decreto mesmo que diz que foi criado um comitê; e um conselho ele demanda uma lei e ele é supra mandato. Então, por isso, já lá atrás eu disse: “oh, se é uma coisa para se

pensar além de um mandato”, né, poderia ter se acabado agora se Raquel [prefeita da cidade de Caruaru no período de realização das entrevistas] não tivesse sido reeleita, então tal. Então, aí se deu um freio, e isso demorou até um tempo para fazer toda documentação, fazer... Outra coisa, se é um Conselho, ele pode ter verbas, ele pode administrar recursos, ele pode ter um fundo do Conselho, enfim, uma série de coisas para... ele cresce, ele inicia mais robusto, ele inicia mais fortalecido. (Entrevistado 7).

Deixa eu te falar, o Conselho nasceu com a necessidade de vários entes, enquanto prefeitura, a parte educacional, deixa eu ver mais, a parte empresarial, as associações. Ou seja, todos que pensam em Ciência, Tecnologia e Inovação em Caruaru, eles podem conversar e convergir no mesmo tema. Porque cada um, por exemplo, a Federal trabalha Ciência, Tecnologia e Inovação com um foco, a prefeitura com outro, a Acic, CDL, Sindloja com outro, então, nunca se conversam. Então, o esforço, se faz um bocado de esforço de forma individual e isso nunca se conecta. Então, qual é o intuito da gente? Colocar todo mundo numa mesa pra discutir isso, e poder fazer com que Caruaru avance, né, em Ciência, Tecnologia e Inovação, mas sim voltado pra um mesmo tema, cada um vai levar um pouquinho pra sua área: área educacional, área empresarial, área pública, mas todo mundo trabalhando com o mesmo tema, trabalhando com o mesmo fim. (Entrevistado 10).

Então, nós começamos isso [...] com a criação do movimento, na verdade, era Movimento Polo Caruaru, que era uma junção de mais de 40 instituições, e dentro desse Movimento Polo foram eleitos 4 temas a serem trabalhados: um deles foi, justamente, a criação de um parque tecnológico em Caruaru. Então, desse parque tecnológico, nós começamos a trabalhar, só que quando nós fizemos um primeiro mapeamento das instituições que fazem parte do nosso ecossistema, né, todos os *stakeholders* aqui de Caruaru, nós verificamos que nós tínhamos uma série de deficiências, a gente não poderia pensar em fazer um parque tecnológico sem antes estruturar, sem todas as instituições que fazem Pesquisa e Inovação em Caruaru. Então, a gente precisava, primeiramente, saber onde a gente estava, né, ou seja, fazer um mapeamento de onde nós estávamos para poder fazer uma ampliação futura. Então, quando nós fizemos esse mapeamento, nós detectamos, inclusive, que nós tínhamos várias instituições que ou promovem, ou fazem, ou apoiam Ciência, Tecnologia e Inovação. E daí começou já esse movimento para institucionalizar essa questão porque o Movimento Polo ele era um apenas um grupo de pessoas que discutiam Ciência, Tecnologia e Inovação, mas, a gente não tinha o poder de decisão, a gente não tinha poder de indicação junto às políticas públicas municipais. (Entrevistado 9).

Os discursos deslindados inferem uma dinâmica social construída por meio de várias ações, interações e expectativas de transformações municipais dos agentes constantes no Conselho. O entrevistado 9, ao refletir sobre o andamento de ações até se chegar ao CoMCiTI, lembra um dos movimentos que se misturou a uma sucessão de acontecimentos que levaram à criação do Conselho, citando o Movimento Polo Caruaru. Este movimento consistiu em um agrupamento de aproximadamente 40 lideranças pertencentes a entidades civis de vários segmentos da cidade que buscavam o desenvolvimento do município. Entre 2016 e 2018, os participantes se associaram de forma voluntária com a finalidade de dialogar a respeito de uma agenda de propostas para criação de um parque tecnológico, estratégias de segurança, combate à violência e possibilidades de parceria com o poder público municipal (G1 CARUARU, 2017). Outra atividade dinâmica que também correspondeu a ações anteriores à constituição do Conselho foi o Movimento Tapioca Valley, destacado pelo entrevistado 12.

[...]. E aí, mais precisamente, entre 2015 e 2016, o Porto Digital no Recife, ele abriu esse programa de interiorização, né? Então, quando o Porto Digital olha para Caruaru, olha para o interior e começa a fazer esse movimento de interiorização, a primeira coisa que surge para esses profissionais que já estavam inseridos no Porto Digital do Recife é: o que é que tá acontecendo ali pelo interior? Alguma coisa tá acontecendo [...]. Então, na época, a gente tinha muita dificuldade em se estabelecer comercialmente, em desenvolver toda essa *expertise*, todo esse conhecimento que foi adquirido em empresas e metodologias e tecnologias do Porto Digital do Recife pra atuar aqui na região, né? Mas aí, começamos um movimento chamado Tapioca Valley, na época, que eu gosto de dizer que a gente bagunçou, assim, algumas esferas locais porque a gente... a gente trouxe muito mais questionamentos e muito mais provocações do que, de fato, soluções, né? A partir do momento que a gente dizia: “poxa, Caruaru tem universidade, tem formação de mão de obra, Caruaru já tem profissionais, Caruaru já tem pessoas envolvidas com tecnologia, o Porto Digital já está em Caruaru, o que é que falta para você unir essas esferas, como aconteceu no Porto Digital do Recife há 20 anos atrás, para que elas olhem para a mesma direção e cada um, obviamente, que dentro das suas competências, consiga desenvolver trabalhos para criar um ecossistema bacana e possa não somente reter essa mão de obra que é formada aqui na região, ao mesmo tempo que, gerar alternativas socioeconômicas para cidade, para todas as outras cidades que dependem, de alguma forma, de Caruaru?”. Então, o Movimento Tapioca Valley em 2015 surgiu com essa principal bandeira, como a gente era um grupo de professores, estudantes e profissionais, a gente visou muito o mercado, então: “ó, a gente precisa de empresas de tecnologia que venham para Caruaru, como é que essas empresas vêm?”, “ah, vamos encontrar formas de ter atrativos locais, se a gente já tem mão de obra, vamos chamar a prefeitura para a gente de repente discutir uma lei de incentivo fiscal”, que aí foi quando a gente juntou com câmara de vereador, com Secretaria de Desenvolvimento Econômico na época e com uma série de outros atores. E a gente conseguiu formar ali em conjunto, formatar o que hoje é chamada de LITEC, que é a [...] Lei de Incentivo à Tecnologia e Economia Criativa, é uma lei de incentivo, tá? E aí, então, todas as empresas de tecnologia que venham a se instalar em Caruaru hoje que esteja dentro daquele padrão de tecnologia e economia criativa, ela só paga 2% do ISS que é a mesma lei que se aplica no Porto Digital em Recife. Então, foi um grande marco aí do movimento na época de criar essa lei, de sacudir essas esferas, e depois, o movimento ele se dispersou. (Entrevistado 12).

Possuindo uma nomenclatura inspirada no Vale do Silício dos Estados Unidos, o Movimento Tapioca Valley ou Vale da Tapioca buscou reunir as esferas educacional, profissional, política e social para elaborar projetos e implementar ações e iniciativas com vistas ao desenvolvimento de um parque tecnológico e de economia criativa em Caruaru (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2017; G1 CARUARU, 2017; REVISTA ALGO MAIS, 2017). Pode-se verificar que desde a denominação escolhida – baseado em um caso de sucesso local (ÖNDAY, 2016; ETZKOWITZ; ZHOU, 2017; GLÜCKER; BATHELT, 2017) - à composição de agentes e entidades partícipes, o Movimento Tapioca Valley consentiu com o Modelo da Trílice Hélice de Etzkowitz e Leydesdorff (1995) e Etzkowitz e Zhou (2017) para formação de um sistema de inovação local.

Apesar de evidenciar que o Tapioca Valley se enfraqueceu, o agente enfatiza uma consecução do movimento: a Litec – Programa de Incentivo à Tecnologia e Economia Criativa do Município de Caruaru por meio da Lei 6.007, de 28 de dezembro de 2017 (CARUARU,

2017). Entre outros aspectos, a lei versa sobre a concessão de incentivos fiscais destinada a sociedades empresariais, sociedades simples, empresas individuais de responsabilidade limitada e microempreendedor individual, consistindo na redução do Imposto sobre Serviços (ISS). O entrevistado 12 relata, ainda, que o Movimento se desfez porque os componentes se mobilizaram para empreender, no intuito de aproveitar os incentivos fiscais a partir da aprovação da Litec, sendo este mais um acontecimento na dinâmica de construção, desenvolvimento e movimentação econômica dos negócios locais. Essa narrativa pode se constituir um reforço às indagações mencionadas, precedentemente, sobre quais os interesses que se buscam atender: as próprias instâncias desses agentes específicos ou do contexto de inovação local?

Se dispersou porque quando a gente conseguiu o que a gente queria que era a lei, a gente começou a ressignificar, vamos dizer assim, quais eram os nossos propósitos e as nossas bandeiras, né? Então, algumas pessoas foram e se dispersaram naturalmente, e outras pessoas que estavam ali desde o início começaram a empreender, né, ou não começaram, mas intensificaram a questão do empreender: “eita, já que não vai ser tão fácil que empresas de grande porte de tecnologia se instalem em Caruaru para que a gente tenha emprego, para que a gente consiga reter essa mão de obra aqui, vamos, a gente mesmo criar nossas próprias empresas, né?”. Ou intensificar um modelo de empresa, atender o mercado local e criar um plano e um planejamento para que a gente pudesse criar negócios locais, e aí mudou um pouco a visão, né? Ao invés de a gente trazer empresas de fora para dar emprego aqui, vamos incentivar a criação de negócios daqui para consumir a mão de obra daqui e fornecer para fora, ou seja, a gente tá atraindo receitas. (Entrevistado 12).

Os movimentos aclarados pelos entrevistados 9 e 12 surgiram em decorrência de outras mobilizações que vinham acontecendo na cidade de Caruaru e que vislumbraram a vinda de órgãos ligados à inovação - como o Armazém da Criatividade, criação de empresas e disponibilização de oportunidades de trabalho relacionadas às áreas de formações que se tem acesso no município. O Entrevistado 12 dá ênfase ao papel da esfera educacional na constituição inicial para este cenário. Como ressaltado por Méndez, Amezaga e Santamaría (2019), o levantamento dessas informações a respeito das conjunturas iniciais e da história da economia e da inovação de uma localidade permite compreender os resultados atuais e pode fornecer possíveis direcionamentos.

Olha, eu acho que o Conselho, ele é, na verdade, um produto de vários movimentos independentes e separados que existiam aqui na região, todos eles voltados aí, ou com alguma interseção no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico, inovação e, enfim, a criação de um ecossistema que pudesse suportar todos esses temas, né? São temas bem abrangentes, então, você tinha em Caruaru aproximadamente aí nos últimos 10 anos, diferentes atores e diferentes grupos e movimentos que levantavam essa mesma bandeira, só que, em grupos separados. Por exemplo, como é que eu contextualizo isso? A FAFICA, eu acho que foi um dos primeiros atores, aqui, locais, a levantar a bandeira do desenvolvimento tecnológico, na criação de um ecossistema

local, através do curso de Redes de Computadores, eu acho, na época, eu acho que foi em 2005/2004, por aí. E aí depois evoluiu para análise e desenvolvimento de sistemas e alguns outros cursos aí na área de tecnologia, tá? E aí, logo em seguida, também veio a Universidade de Pernambuco, depois vem a Universidade de Pernambuco com o curso de Sistemas de Informação. Então, começou-se ali essa semente, mas aí bem no espectro educacional da coisa, né? [...] Então, você tinha esses dois cursos, mas não se falava em ecossistemas de inovação, não se falava em ecossistema, em desenvolvimento tecnológico, principalmente, para receber esses profissionais que estavam se formando nessa área aqui na região, né, essa era uma das principais problemáticas. (Entrevistado 12).

Um direcionamento muito claro nos discursos dos entrevistados é em relação ao desejo de oferta de melhores e atrativas oportunidades de emprego, equivalentes às áreas de formações para manter a mão de obra local na cidade. Nesse sentido, em relação às mudanças pretendidas, pode-se remeter às características do contexto local tratadas na seção anterior (5.3), em que se busca, principalmente, manter os profissionais na cidade e mudar a forma como os negócios são administrados pelo empresariado local, para que ele passe a investir em técnicas de gestão e em inovação.

Então, mais ou menos, esse movimento começou há cerca de uns 4 anos atrás, 4 ou 5 anos atrás, que a ideia era: vamos fazer algo para tentar absorver essa mão de obra que fica aqui, vamos fazer/mudar a forma como as empresas tratam seus negócios, como é que elas veem a questão de qualidade, como é que elas negociam os seus produtos no processo produtivo, enfim. (Entrevistado 9).

E aí dentro dessa problemática, surgiu um dos movimentos lá em uma das vertentes que eram os professores, os profissionais de tecnologia e os estudantes de Tecnologia da Informação, naquela época, pessoas que estavam ainda em formação ou já formadas que atuavam aqui na região, que começaram a também formar grupos separados, diferentes para se discutir como é que se melhorava o mercado de desenvolvimento tecnológico, né, aqui da região. Porque você se formava, você tinha duas opções: ou você mudava sua área de atuação ou, então, você tinha que sair da região para poder exercer a sua profissão, né? Era mais ou menos assim, de 2005 até 2015, por aí, esse era o cenário, depois apareceram algumas indústrias aqui que até consumiam, vamos dizer assim, essa mão de obra, mas aí consumia num nível totalmente diferente daquela que o mercado nacional e global consumia, né? Por exemplo, você se formava aqui, estudava Inteligência Artificial, algoritmos complexos, aí você ia para uma indústria aqui de Caruaru trabalhar com tecnologia para ser o menino da informática, por exemplo, você fazia manutenção de computador, mexia no Excel, fazia aquela coisa toda. Então, não era um mercado atrativo ainda, né? (Entrevistado 12).

Dessarte, o CoMCiTI foi resultado de uma série de articulações ocorridas ao longo do tempo, entre os seus agentes partícipes, nas quais se percebeu possíveis benefícios para a cidade de Caruaru e se alinhou desejos e expectativas para a consolidação de um ambiente inovador. É possível deduzir, então, que uma série de conexões já existentes, reuniões informais e trâmites formais deram origem à ideia e à implementação do Conselho no município de Caruaru. Esses elementos colocam em destaque a proximidade da abordagem relacional com as nuances das

operações em movimento, pois é possível depreender, conforme argumentam Bathelt e Glücker (2005; 2014), que as ações foram sendo moldadas em conjunto, por meio de diálogos e reflexões, imbricadas por redes de apoio e alinhamento, e, por aspectos formais para consolidação das ideias. Observa-se, ainda, que o discurso dos entrevistados parece persuadir quanto a uma construção pacífica do Conselho, argumento analítico este que será melhor explorado adiante.

Então, nós começamos no final do ano passado, logo no início do ano passado [2019], as primeiras conversas, né? Primeiramente, a gente tentou aproximar todos os atores, fazer com que a gente pudesse interagir. Depois que começamos essa interação, né, nós fizemos vários grupos de discussão que era para a gente tentar criar política de inovação em Caruaru [...]. Então... só que para criar política de inovação de Caruaru, a política de inovação ela reflete várias outras ações também, ou seja, eu quero... envolve questões, inclusive, de incentivos fiscais, envolve questões de criação de uma área de interesse educacional e tecnológico para ser destinada aquela área, existem as questões de incentivos municipais. Então, nós vimos o seguinte: que antes de criar a Lei de Inovação em Caruaru, ou seja, a política pública de inovação em Caruaru, nós precisávamos nos institucionalizar como Conselho, ou seja, e a partir disso, né... Então, nós começamos o trabalho mais precisamente no meio do ano passado [meados de 2019] para fazer a minuta para o Conselho, as negociações junto a todas as entidades de Caruaru, todas elas que foram chamadas para discutir isso, e aí, nós submetemos à prefeitura [...]. E aí foi submetido a câmara de vereadores no final do ano passado, né? E aí foi criado o Conselho. (Entrevistado 9).

[...] e aí, isso foi sendo amadurecido e o comitê, ele quando foi no começo tinha o nome de comitê, depois evoluiu para Conselho, mas qual é o objetivo dele? É a gente integrar as três hélices, né, do sistema, da sociedade, a tríplice hélice, né, a gente junta mercado, junta universidade e junta governo com o intuito de desenvolver, na verdade, não apenas desenvolver, mas criar essa cultura de inovação na nossa cidade, que ainda é muito incipiente. E quando a gente começa só a educação com algumas iniciativas com algumas ações; mercado, outras ações separadas; o governo com iniciativas também, a gente não consegue seguir, a gente tem que ter essas forças somadas, caminhando para o mesmo lugar, visando o mesmo objetivo, foi para isso que o Conselho surgiu. Para a gente andar junto, ter essa integração para ter força e criar corpo. (Entrevistado 8).

Eu acho que há uma moeda hoje em jogo, muito importante, que é a questão do propósito e da confiança, eu acho que formar rede é ter um propósito, é confiar nos membros e aí sim com as suas habilidades e competências a gente vai poder gerar processos inovadores, sabe? Eu acho que esse é o caminho do Conselho, é fácil? Não é, não é, que todos nós, todos os membros, todos... eu gosto disso porque todos os membros têm o seu ponto de, como é que se diz? De vanguarda e de conservadorismo, então, todos nós temos em si as possibilidades de avançar e a possibilidade de retrair o processo, mas aí cabe às lideranças de cada hélice e do próprio Conselho, entender como nós podemos nos encaixar para o melhor para cidade, sabe? Não é fácil conectar pessoas, não é, é o melhor capital que tem o recurso humano, mas não é fácil, mas eu acho que a gente andou muito, e vai andar mais, sabe? (Entrevistado 5).

E o que eu mais gosto dessa luta que nós tivemos, é que nós conseguimos que o nosso Conselho ele não fosse só... ele não só tem poder consultivo, ele também é deliberativo, né? Então, eu acho que isso é o mais importante, porque não adianta nada você ter um Conselho Municipal em quaisquer áreas, se esse Conselho é apenas consultivo. Então, é importante que as instituições que compõem esse Conselho, elas possam ter algum poder de decisão, né, claro, que a gente sabe que as leis elas precisam ser mandadas para a câmara de vereadores, precisam ser aprovadas pela

câmara, mas, que a gente possa indicar os rumos que a política pública de inovação tem que ter no nosso município. (Entrevistado 9).

No relato do entrevistado 9, percebe-se a busca por elementos formais para explicar o caminho de constituição do Conselho, expressando a necessidade de determinadas regulamentações e trâmites para tal. Em contrapartida, na narrativa do entrevistado 5 pode-se apreender alguns fatores que possibilitaram a ideação e a formação do Conselho por meio das ações e condutas dispostas nas relações que foram se estabelecendo entre os agentes. Estes fatores estão implícitos nas redes e arranjos informais dos quais são deduzidos entrelaçamentos de expectativas, propósitos, cooperação e confiança. Logo, ao imbricar ambas as narrativas, pode-se inferir a natureza recursiva na formação de instituições (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELATTE, 2010; GLÜCKER; LENZ, 2016; GLÜCKER; BATHELT, 2017; CHAERKI; RIBEIRO; FERREIRA, 2019) que envolve construções coexistentes de influências micro e macro.

A mescla de elementos formais e informais são, ainda, bastante explanados por outros entrevistados:

[...] o que a gente percebe de facilidade é, digamos: primeiro, são a excelência das pessoas e a disponibilidade das pessoas que estão participando, com vontade de fazer acontecer, juntamente, com o incentivo da gestão atual da prefeitura, né? Que isso tem sido muito importante, né? Assim, as secretarias envolvidas estão verdadeiramente se doando para fazer esse trabalho acontecer, né? Uma vontade política é importantíssimo nesse momento de criação, né? Porque se não seria uma luta política de algumas entidades tentando criar uma situação dentro de uma prefeitura, né? Com a participação da prefeitura sem a prefeitura ter interesse, seria bem difícil. Então, o que facilitou foi exatamente a gestão da prefeitura, né, em nome da prefeita e dos seus secretários estarem realmente imbuídos, né? (Entrevistado 13).

[...] a gente tem no Conselho alguns empresários de grande representatividade aqui na região. Participa, fala, e é interessante, colocam situações que são bem interessantes, porque o Conselho, a grande... [pausa] eu acho que a grande diferença desse Conselho e que vem inspirando outras cidades e, assim, a gente percebe que os órgãos do governo já olham para Caruaru com essa ideia do Conselho, não só pelo Conselho, Caruaru por si só já necessita de visibilidade, né?! Mas, o Conselho é interessante porque tá tentando trazer todos os atores. (Entrevistado 5).

A gente tem muita distância do poder público com a esfera estadual, a gente trouxe eles agora pra uma conversa, eles já se colocaram à disposição pra tratar do marco legal, veja que bom, se colocaram totalmente à disposição pra dialogar sobre esse ecossistema, veja, nós estamos vendendo nosso ecossistema, estamos tentando trazer pra junto, é como se agora, [maior entonação] eu acho que o Conselho ele dá essa voz pra gente, entendeu? Ele organiza, ele bota a gente dentro de um guarda-chuva, ele mostra a quantidade, não é mas só [nome de um agente] da prefeitura, [nome de um agente] da UFPE, [nome de um agente] de não sei de onde, [nome de um agente] [...] não, não é aquele povo querendo fazer alguma coisa, gritando, pedindo socorro, não! É o seguinte: é o Conselho, tem um presidente, vice-presidente, eles têm ações, as ações são essas, eles são organizados [...]. (Entrevistado 3).

Às vezes, a gente não sabe por onde começar, né, a interagir com alguns atores para poder a gente tentar mudar alguma coisa. E quando a gente fala, assim, em poder público, existem n barreiras. Pra tu ter noção, em 2015, a gente tinha um grupo de cicloativismo, eu e meus amigos aqui em Caruaru, que a gente fazia várias ações para melhorar a mobilidade urbana. E já fizemos, na época, a gente fez também alguns eventos em parceria com a Secretaria da Mulher para que a gente conseguisse fazer com que as mulheres tivessem mais autonomia também, mais mobilidade, mais segurança. E então, tipo, enquanto eu estava aqui na cidade, eu tinha essa vontade de trazer algumas mudanças para cá. E eu vi no Conselho essa oportunidade de ter voz, sabe, de dizer o que é que eu acho, o que eu não acho, e enfim, de fazer parte, né? (Entrevistado 11).

A percepção da junção de regras formais e padrões de interações acontecendo coloca em pauta um discurso, que pode ter um viés político, em que se reúnem apenas determinados agentes, com certas expectativas, alinhamento de objetivos, graus de representatividade e de importância, que dentro do próprio Conselho pode gerar linhas de autoridade e de poder. Como abordado por Glücker e Lenz (2016) e Gllücker e Bathelt (2017), as ações e interações sociais permeadas por aspectos formais e informais conformam as instituições e possibilitam entender como se constrói confiança, como as coisas são feitas, como a autoridade se manifesta, como os ambientes de negócios agem e se adaptam e como a inovação acontece. Nesse sentido, é razoável supor pelos discursos deslindados uma liderança da esfera governamental, um agrupamento de agentes que ocupam posições importantes em suas áreas de atuação e no município, e, uma forma de ganhar voz e visibilidade por meio do Conselho. A interpretação a respeito de como as ações e interações estão ocorrendo será melhor aprofundada no tópico a seguir.

5.4.2 Passado e presente: ações realizadas e em andamento

Desde sua constituição no final de 2019 e posse dos representantes no início de 2020, os agentes do Conselho realizaram algumas ações e se depararam com algumas conjunturas circunstanciais, que provocaram mudanças nas condutas, nas atividades e programas pretendidos e na forma como se relacionam. Essa realidade dinâmica e em construção corrobora com a proposição circunstancial, argumentada por Bathelt e Glücker (2002; 2011) e Glücker e Bathelt (2017). Dentre as ações efetuadas, teve destaque nas narrativas dos entrevistados o projeto Transformação Digital.

Tem o Transforma Caruaru que é uma ação que a gente conseguiu impactar 40, 40 empreendedores locais, teve têxtil, confecção, gastronomia, educação, beleza. [...] assim, o Sebrae ele já tinha um programa de auxiliar por meio digital os empreendedores, e aí o que é que a gente fez: “pô, vamos criar isso em parceria, vamos envolver” [interrompe]. [...] e aí a gente conseguiu esses 40 empreendedores, eu acho

que essa foi a única ação do Conselho até agora, desde que ele foi criado, mas foi uma ação interessante que mostrou que a gente consegue trabalhar junto [...]. (Entrevistado 1).

O programa Transformação Digital consistiu em um projeto de qualificação online, por meio de *lives* e oficinas digitais via *YouTube*, com a finalidade de manter a economia da cidade em movimento e auxiliar os empreendedores locais a utilizarem mídias sociais (como *whatsapp* e *instagram*) com enfoque em vendas (G1 CARUARU, 2020). Os relatos parecem demonstrar que o programa ocorreu devido à pandemia do Covid-19 que impossibilitou a abertura do comércio, com exceção a serviços essenciais, como empreendimentos ligados diretamente à saúde e alimentos. Os discursos expõem, ainda, que não foi uma ação pensada anteriormente ou planejada detalhadamente durante a instauração do Conselho, mas uma operação que surgiu em decorrência da situação vivenciada em âmbito mundial, logo que se implementou o CoMCiTI.

O Transforma veio no começo da pandemia, a gente ajudou muitos empresários da região, né, a minimamente ali a se adaptar, porque a gente sabe que muitos deles estavam perdidos. Então, mas veja, não foi nada estruturado não, foi assim ó, e nem foi com todo mundo do Conselho não. Um grupo, vou dizer exatamente como foi, [...], um grupo se juntou, acho que devia ter umas 10 pessoas, se juntou, não foi o Conselho todo, se juntou e disse assim: “vamos fazer o Transforma Caruaru”, que era capacitações para empresários de diversas áreas que fazia parte de um MEI em um projeto que a gente tinha, e aí que queriam se capacitar para poder passar por essa fase da pandemia de forma... Então, a gente ofereceu consultorias na parte de mídias digitais, por exemplo, para que ele pudesse saber melhor como vender no *instagram* e no *whatsapp*. A gente, depois a gente ofereceu uma capacitação na área de biossegurança para que eles pudessem saber como é que eles poderiam fazer para volta, né, era quando o comércio ia voltar e tal. Como é que eles podiam fazer da melhor forma, mas, veja, foi muito rudimentar, assim, foi a gente com a gente mesmo, sabe? Que sentou, mas com muita vontade de dar certo! (Entrevistado 3).

É, teve uma ação bem legal no começo do ano, bem na época da pandemia, que foi o Projeto Transforma Ação Digital que foi feito pelo Conselho, que tentou formar alguns empreendedores que tavam precisando ser mais digitais, justamente, por conta da pandemia. Então, teve uma série de *lives* sobre vender pelo *whatsapp*, vender pelo *instagram*, posicionamento online, e teve *workshop*, teve várias ações que o Sebrae ajudou, que várias empresas ajudaram, eu participei, inclusive, teve algumas *lives* que eu fui o mediador. E eu acho que isso foi uma ação legal, ainda mais num período crítico, ali que muita gente tava um pouco perdida e precisava de algum direcionamento, eu acho que ajudou. (Entrevistado 6).

É, a gente tomou posse em março, tá, aí quando a gente tomou posse, uma semana depois, a pandemia estourou. Então, a gente conseguiu durante a pandemia ajudar várias empresas a entrar nesse mundo tecnológico, a gente fez um programa para poder fazer palestras, acompanhamento no *whatsapp* e ajudar essas empresas a conseguir vender online porque eles estavam impedidos de funcionar presencialmente. Então, a gente ajudou centenas de empresas nesse meio tempo, e agora a gente tá fazendo um planejamento, depois que a pandemia, lógico que não acabou, mas ela acalmou um pouco mais porque as atividades comerciais voltaram a funcionar; e agora a gente tá fazendo um planejamento do que a gente vai tá fazendo nos próximos anos. (Entrevistado 10).

As falas dos entrevistados permitem supor que o Transformação Digital ocorreu sem muita preparação e aprimoramento, mas, com ideias, disponibilização e voluntariedade de atuação e contribuição dos próprios agentes do Conselho. Mais uma vez, percebe-se a conexão entre elementos formais e informais, até com sobreposição dos informais, pois é evidenciado que nem todos participaram, talvez apenas os que mais se relacionam e/ou já se relacionavam em contextos fora do Conselho, além das reuniões alinhadas e agendadas pelo agrupamento. Além disso, alguns agentes relatam com surpresa e satisfação o resultado do programa e a percepção de que os partícipes do Conselho conseguiram trabalhar bem em equipe, aclarando em seus discursos expectativas positivas quanto à atuação presente e a ações futuras do CoMCiTI. A construção dessas expectativas corrobora com os argumentos de Bathelt e Glücker (2002; 2003; 2005) de que ações e interações que aconteceram anteriormente vão construindo as ações do presente e direcionando finalidades futuras, promovendo a compreensão de expectativas, alternativas e responsabilidades de cada um.

Em relação a ações que os agentes do Conselho estavam planejando e organizando em conjunto, é citado por alguns entrevistados o evento Inova Caruaru, o qual não aconteceu devido à pandemia supracitada. Como asseveram Méndez, Amezaga e Santamaría (2019), a perspectiva circunstancial limita previsões, pois diferentes acontecimentos e ocorrências imprevisíveis fazem parte da dinâmica dos negócios e da sociedade. Pelas narrativas dos entrevistados, o Inova Caruaru é a idealização de um evento que busca reunir todos os agentes do Conselho para que estes se apresentem e demonstrem as ações já realizadas, em andamento e o que pretendem efetuar de acordo com as esferas representadas – governo, empresa, educação – para empresários, educadores, representantes governamentais, pessoas de outros municípios, agentes fomentadores de inovação, entre outros.

Tá, assim, eu tô muito satisfeito com o Conselho, só que, assim, infelizmente, como o mundo ele pegou uma pandemia, né, se for parar pra analisar a gente tomou posse oficial em março, e foi em 2 semanas o *lockdown*, entendeu? Então, tá todo mundo, porque, o quê que acontece? Ninguém é funcionário do Conselho, você trabalha em uma instituição que faz parte do Conselho. Imagina como ficou as universidades nessa fase de pandemia, remodelar; as empresas, você tem o empresário, imagina como é que tava a empresa. Então, eu percebo que o Conselho ele se estabeleceu, mas ele pegou uma fase onde tava todo mundo atarefado nas suas instituições, [pausa] e aí depois de uns 3, 4 meses que todo mundo começou pelo menos a regularizar esse *home office*, trabalho remoto, a gente começou a gerar uma energia no Conselho e viu que dava para fazer. Então, eu acho que a gente ficou feliz porque a gente fez esse evento Caruaru Transformação Digital. (Entrevistado 2).

Eu acho que o lado negativo que foi o que atrapalhou é porque de março até agora, ainda, a prioridade é outra, né, a prioridade de todo mundo é saúde, em primeiro lugar, salvar vidas e salvar negócios, depois, né, assim, não quebrar, não falir. Então, assim, a maioria não tava querendo pensar tanto nessa transformação e desenvolver pra daqui a 10 anos, o foco era não morrer e não falir. Então, isso acaba atrapalhando porque foi

um ano, entre aspas, perdido neste sentido porque o comitê ele foi formado uma semana antes da quarentena, então, montou o comitê, teve a reunião, já tava rolando covid, já tava gente sendo afastada, na outra semana o governo decretou a quarentena: todo mundo para casa. Então, daí em diante o foco de todo mundo era outro, novamente, saúde em primeiro lugar e negócios em segundo para você salvar as duas coisas, né? Ninguém tava realmente preocupado aí em: “vamos pensar num projeto de 10 anos, vamos pensar num projeto de 5 anos”. Eu acho que isso atrapalhou. (Entrevistado 6).

Então, a pandemia, a gente iniciou, basicamente, o Conselho dentro de uma pandemia, pensando ciência e tecnologia já dentro de uma vivência prática, vamos dizer assim, porque teve que acelerar processos, já começar a pensar: “olhe, se acontecer esses processos, o que vai ocorrer? Se acontecer novas pandemias, se acontecer qualquer interferência do estado que seja climática, como é que a gente deve agir?”. (Entrevistado 15).

Ainda, segundo Méndez, Amezaga e Santamaría (2019), é essa realidade ativa que gera uma variedade de equilíbrios, lições, aprendizados e previsões razoáveis. E, como acrescentam Glücker e Bathelt (2017), as instituições se conformam por meio de uma construção histórica, em que as ações vão sendo produzidas, legitimadas e transformadas. Nesse sentido, no que se refere a forma como os agentes se relacionam, a pandemia trouxe outros impactos além do empecilho à realização de algumas ações: as reuniões que seriam presenciais, passaram a ser virtuais. A este respeito, os entrevistados levantaram alguns pontos positivos e negativos, respectivamente: a abertura para outras formas de reunir o Conselho, maior enfoque temático; e, menor partilha, menos engajamento, inibição à participação. Nesse sentido, pode-se associar as reuniões por via remota a uma redução nas oportunidades de fortalecer os relacionamentos informais, pois os agentes do Conselho se encontram, predominantemente, nos horários agendados das reuniões, minimizando a possibilidade de assuntos e arranjos informais.

[...] a pandemia ela ajudou e atrapalhou. [...] ela ajudou no sentido de que essa “cultura da vídeo chamada” ela foi culturalmente aceita, porque a gente tá falando sobre aceitar tecnologias culturalmente [referindo-se à aversão digital]. Então, assim, era muito difícil alguém querer fazer uma vídeo chamada, a pessoa queria que você fosse lá, conversar com ela, isso era é um tempo enorme [...]. Então, foi uma economia de custo, de tempo, que facilitou, deixou as reuniões mais focadas, antes você vinha, sei lá, essa reunião da gente vai durar uma hora, talvez durasse uma hora e meia só de conversa fiada. E, às vezes, você fica lá compartilhando, né, e a reunião presencial também foi mais valorizada, então, você vai para reunião presencial realmente porque vai compartilhar algo, vai rever tal pessoa, vai compartilhar alguma energia, alguma ideia [...]. (Entrevistado 6).

[...] a gente não pode tá se reunindo tanto de forma presencial, porque... tem um engajamento melhor quando a reunião é presencial do que ela *online*, porque tá todo mundo ali, e o pessoal olhando olho no olho. A via digital, quando existe a reunião digital, nem todo mundo pode participar, tem um horário, então assim, você acaba se programando quando a reunião é presencial. (Entrevistado 15).

Quando indagados sobre as ações que o Conselho já realizou desde a sua implementação, outra ação elucidada pelos entrevistados é a realização de palestras, cursos e reuniões virtuais feitos para os próprios agentes do Conselho. Nesta ação, foram convidadas pessoas consideradas referências, por possuírem experiência e/ou conhecimentos, nas temáticas que envolvem inovação e cidades. Estas operações partiram da finalidade de haver um maior alinhamento, entrosamento e compreensão sobre como devem proceder, planejar e implementar futuras ações, ou seja, constituem uma busca centrada em como agir e em como alcançar os objetivos de desenvolvimento desejados para a cidade de Caruaru.

Primeiro, uma ação interessante que a gente fez agora, recentemente, foi a rodada de conversas, né, que a gente chamou, por exemplo, grandes, até gurus da inovação, como Silvio Meira, [...] Claudio Marinho, Chico Saboya, chamou um pessoal que tem uma vivência de inovação para discutir com ele porque que a gente tá querendo montar política de 5 anos de Conselho. O que é que o Conselho vai entregar daqui a cinco anos?! Sei lá, vai chegar 2025, o que é que a gente fez? Porque aí você consegue ter indicador, né? Então, a ideia da gente é, eu acho que tá sendo muito legal, antes de a gente sentar para escrever a política de inovação de 5 anos, a gente tá escutando quem já fez isso em Recife. Foi como eles, até foi uma unanimidade deles, é: “mais do que a gente falar o que vocês precisam fazer, a gente vai falar onde a gente errou, porque a gente não sabe o que vocês precisam fazer, porque tem a particularidade de cada ecossistema”. (Entrevistado 2).

E, assim, uma coisa importantíssima e estratégica foi dar informações de pessoas que têm larga experiência, que essas pessoas puderam transmitir seu pensamento para a gente, para que a gente possa formular melhor o futuro. Então, isso eu considero como uma coisa muito importante, mas, assim, tá sendo feito pensando na frente, eu não consigo me lembrar de uma ação imediata que já tenha dado resultado. (Entrevistado 14).

Ao falar sobre as palestras realizadas com convidados considerados referências em inovação, o entrevistado 2 recorda uma fala semelhante dos palestrantes nessas reuniões, enfatizando que cada local possui suas idiossincrasias. Repousa aí um pensamento correspondente às instituições, pela abordagem relacional, propostas por Glücker e Bathelt (2017), que tratam da inovação envolta por interações reflexivas e recursivas (micro e macro) (GLÜCKER; LENZ, 2016) referentes a contextos espaço-temporais particulares, devendo, portanto, políticas de inovação refletirem os elementos dinâmicos, situados, contextualizados e subjacentes de determinada localidade.

Perfeito, é identificar ações de acordo com as características atuais do ecossistema [...] Então, inovação para mim, nesse caso, está relacionado a o quão impactante é aquele modelo de negócio, levando em consideração que eu trabalho com *startup*, vai, é para aquele mercado [...] Mas se eu puxo pra o ecossistema, eu vejo que um ecossistema inovador é aquele que consegue gerar suas próprias soluções baseadas nos seus problemas locais. Então, eu tenho um problema do rio aqui em Caruaru, eu tenho um problema de transformação digital que é exorbitante ainda por uma questão cultural e

de infra. Então, Caruaru, sim, consegue gerar soluções para isso, o que tá faltando são ações específicas que façam isso. (Entrevistado 1).

Então, é um desafio, um desafio do CoMCiTI é tentar fazer meio que o mapeamento de escalas e maturidade para ser mais assertivo em capacitação. Porque não dá pra pegar um empreendedor que tá no zero e querer que ele escale para um *marketplace*, porque esse cara não tem logística, não tem financeiro. Então, perceba que a inovação ela impacta a cadeia de valor [maior entonação] toda do negócio dele, não é só... porque você montar um *e-commerce*, sei lá, um *marketplace*, esqueça, ele não vai conseguir rodar, porque muda a logística, muda o estoque dele, muda um monte de perspectiva. Então, eu acho que o principal desafio da gente, de inovação aqui enquanto interior, Caruaru, Agreste é montar níveis de escalas e capacitações específicas para cada tipo de maturidade para como se fosse uma “certificaçãozinha” pra que esse empresário, esse comerciante ele saia pulando, porque dependendo de mudar 3 casas, seja muito pra ele. E aí você vai ter um impacto negativo, ele vai achar que aquilo, tecnologia não é pra ele, ele vai dizer: “cara, olha, isso aí, inovação não é para mim, porque é tão difícil botar para rodar”. É o que a gente vê muitas vezes né, você tá aí com um negócio pequenininho, o cara vem, bota uma plataforma gigante. É tanta parametrização e customização que o cara não consegue rodar, aí o que foi que a gente fez, a gente ensinou o cara a vender pelo *whatsapp* e *instagram*, [referindo-se ao programa Transformação Digital] beleza, aí depois esse cara vai ter o outro passo, que é o passo de inovação financeira, de contabilidade, as pessoas esquecem disso, né, acha que inovação só é a ponta, né, e você mexe literalmente na cadeia de organização toda, né? E aí se você não tem essa visão, eu acho que é o contrário, você acelerar, você vai fazer com que o cara perca mais, porque ele vai ficar tão perdido no negócio dele, e ele vai dizer exatamente o quê: [...] “pô, quando eu fazia esse negócio sem tecnologia, dava certo, né, era dinheiro no bolso, passando o troco e vendendo, me fizeram esse negócio de tecnologia e agora não rola” [...] Eu acho que é isso que, muitas vezes, a gente tem que parar e analisar, porque há uma falta de entendimento do que é *startup*, né, porque todo mundo agora é *startup*, né? Mas de fato, muitas vezes, o cara é um comércio, pô, o cara é um mercado, uma tecnologia, ele não é uma *startup*. E aí, isso é interessante analisar, porque senão você gera uma expectativa muito grande no comerciante final, e o cara, na verdade, ele quer produzir a roupa dele, ter um “sitezinho” e vender, ponto! Pra ele, também tem isso, tá [...], o que é inovação na sua perspectiva? Para aquele empresário, aquilo é inovador: ele vendia de forma manual, presencial e foi para o mundo *online*. [...] eu acho que em Caruaru, a gente tem que pensar nesse modelo: é inovar primeiro as pessoas, e depois inovar os negócios, [maior entonação] porque não existe negócios inovadores sem pessoas que não estão pensando em inovação. (Entrevistado 2).

A gente precisa mapear porque a gente não tem um mapeamento de forma muito completa, a gente precisa mapear, né, quem é esse universo?! Primeiro, a gente precisa definir quem é o universo, depois a gente precisa mapear o universo, aí entender quando é que a gente vai atuar, que necessidades, quais são os planos para curto prazo, para longo prazo, entendesse? Saber onde é que a gente vai pisar, porque a gente tem muito a fazer, mas a gente não tem energia para fazer tudo ao mesmo tempo, ninguém faz tudo ao mesmo tempo. (Entrevistado 3).

Trabalhar as pessoas, de cara assim, mostrar que inovação não é só tecnologia, mostrar que inovação não tá distante de nada, tipo, a gente vive inovação todos os dias, só que de uma perspectiva diferente, de uma maneira diferente, de uma leitura diferente, todo mundo busca inovação, sem saber que tá buscando inovação. Se todo mundo busca melhorar o seu negócio, se todo mundo busca melhorar a maneira como ensina, se for professor, você busca melhorar isso, está buscando inovação, simples assim. E as pessoas, tipo, não enxergam, é uma falha muito grande de quem escreve sobre inovação, é uma falha muito grande de quem trabalha com inovação, sabe, é uma falha gigantesca de nós, atores, agentes de fomento que chega já falando de inovação, de trabalhar com Machine Learning [Aprendizado de Máquina], com AIoT [Inteligência Artificial e Internet das Coisas], com não sei o quê, com papapa, porque a gente tem que inovar, transformação digital. Não vai funcionar enquanto a gente não mudar o

nosso discurso, enquanto a gente não aproximar de uma realidade, enquanto a gente não ter essa interação, de fato, com a maioria das pessoas, né? Dizer: “galera, gere valor que seu negócio já tá inovando”, não precisa ter uma transformação digital, até porque nenhuma empresa tradicional, nunca, no mundo, conseguiu se transformar digitalmente, [...]. Então, existem vários meios de a gente conseguir trazer essa ideia de inovação, né, que é o papel do Conselho: trabalhar isso, aproximar essa linguagem, traduzir o que a literatura, traduzir o que o mundo vem falando de inovação, para as pessoas de uma maneira que as pessoas entendam. Então, eu acredito muito nisso, e tipo, esse trabalho se a gente não fizer, a gente vai ficar dando “murro em ponta de faca”. (Entrevistado 11).

Sim, a gente precisaria ouvir a os empresários, né, a gente precisaria ouvir os empresários, precisaria ouvir o corpo tanto discente, como docente das entidades que também vão ser afetadas com essas ações, porque professores de faculdades, professores de escolas municipais, professores de escolas estaduais. Se vai ter inovação dentro das escolas, para começar a trabalhar desde cedo isso, então, esses agentes não estão sendo envolvidos, ou seja, a gente vai criar políticas públicas, vai jogar a bomba na mão deles, e eles que se virem? A gente tem que ouvir deles, o que é que no dia a dia deles eles precisam da inovação, porque e pra quê? Qual é a necessidade aqui no meu público? E não a gente que tá tendo uma visão meio que de fora da situação e querer implementar, vamos dizer, meio que à força aquela política pública. (Entrevistado 15).

Ainda, em relação a buscar observar as subjacências de determinado contexto, alguns entrevistados falam a respeito das necessidades dos comerciantes locais para que o Conselho atue em conformidade com as vivências deles, porém, percebem essa ação com um certo grau de dificuldade. Os entrevistados 2 e 3, por exemplo, trazem à tona a premência de se realizar mapeamentos com a finalidade de detectar e levar em consideração os diferentes níveis de maturidade dos empresários caruaruenses. Ou seja, estes entrevistados compactuam sobre ser substancial diferentes estratégias para impulsionar a inovação, respeitando as realidades desiguais dos negociantes, como tamanho do negócio, capacidade tecnológica, perspectivas de crescimento, entre outros.

Nesse contexto, os agentes têm se reunido perscrutando identificar sobre quais ações devem centralizar seus esforços, quais as principais necessidades, quais as expectativas e proposições para o desenvolvimento econômico e de inovação na cidade de Caruaru.

Então, assim, são muitas vertentes, a gente, inclusive, tá nesse momento de sentar, [...] a gente vai sentar para a gente começar a montar reuniões com as câmaras setoriais do Conselho para gente tratar sobre as ações dos próximos 5 anos do Conselho. A ideia da gente é essa, a gente escolher temáticas, a gente não vai poder tratar tudo ao mesmo tempo, a gente vai escolher temáticas para poder cada câmara setorial trabalhar em cima delas e a gente construir o plano para os próximos 5 anos do Conselho, né? Planos que são breves, mais fácil, mais próximos de ser realizados; e, mais distante de ser realizados, entendeu? (Entrevistado 4).

[...] o passo agora é definir, na verdade, o tema principal, o objetivo principal que vai nortear as ações do Conselho... para criar câmaras setoriais que vão atuar de forma mais micro em ações, que aí, com certeza, deve existir uma câmara para pensar em incentivos, em leis, em mudanças políticas que ajudem, outras câmaras para bolar ações educativas e ações de capacitação e por aí vai. Mas, o momento atual foi de

pegar todos os *insights* que a gente teve nos últimos meses nas palestras com essas referências que eu falei, para agora definir o tema principal, pra, de fato, começar pensar em algo de mais longo prazo e, também, de curto prazo, por enquanto não tá tão claro qual seria, quais seriam essas ações. (Entrevistado 6).

Mas, até então, estou satisfeito sim, a gente tem feito alguns exercícios de direcionamento, e o último, a gente teve a felicidade de lincar com as ODS, né? Então, já mostra que a gente tá buscando fazer algo que é conectado com o desenvolvimento de mundo e isso é extremamente importante [...]: pegar todos os nossos programas e vincular às ODS, criar essa agenda real, e principalmente, o que está me deixando muito satisfeito é que o pessoal escuta, mas, até então, pelo menos, até agora tá todo mundo escutando, quando um fala, o outro escuta e discute sobre. Isso é bem importante (Entrevistado 11).

Nas narrativas empreendidas a respeito das temáticas levantadas para realização de ações pelo Conselho, destaca-se o relato do entrevistado 11 que traz as estratégias de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como embasamento. Os ODS consistem em uma agenda mundial elaborada pela ONU que destrincha 17 objetivos e 169 metas a serem alcançados até o ano de 2030 (ODS, 2015). Os objetivos estão relacionados a buscar desenvolver de forma equilibrada as dimensões social, ambiental e econômica na construção e implementação de políticas públicas.

Então, no Conselho a gente fala muito disso, a gente ter ações imediatas para quem já está no mercado hoje, tá? A gente ter para quem tá entrando agora no ensino fundamental, e que isso gere desenvolvimento econômico, mas sempre, mas sempre mesmo com responsabilidade ambiental e social. Não é só gerar novos negócios, é gerar novos negócios de impacto social e ambiental (Entrevistado 9).

Nesse contexto, em que se percebem algumas circunstâncias que compõem a história em andamento: ações já realizadas (Caruaru Transformação Digital, cursos e palestras com convidados), ações impedidas (Inova Caruaru, reuniões presenciais), e um horizonte sustentável (ODS) para as políticas a serem geradas pelo Conselho. Apreende-se que as nuances que envolvem cada uma dessas ações permitem que os agentes em interação possam ir legitimando condutas, compreendendo comportamentos e expectativas, e, construindo coletivamente e continuamente ações. Desse modo, o próximo tópico trata a respeito das expectativas e propostas de inovação que os agentes do Conselho possuem para o município de Caruaru e para o próprio CoMCiTI.

5.4.3 Presente e futuro: ações, expectativas e desejos

A dimensão circunstancial, presente na formação de instituições pela perspectiva relacional, coloca em evidência os agentes inseridos em relações sociais em contextos

singulares (BATHELT; GLÜCKER, 2002; 2003; 2011; GLÜCKER; BATHELT, 2017). A partir dessa lente analítica, entende-se que os agentes passam a compreender suas ações, transformações e expectativas no decorrer do tempo, envolvendo, como ponderado por Bathelt e Glücker (2003), as operações passadas, em andamento, os desejos e as possíveis previsões. Desse modo, no intuito de compreender como os agentes do Conselho têm construído suas perspectivas, indagou-se a respeito de suas expectativas em relação ao CoMCiTI e de sua atuação no município de Caruaru.

Hoje, o nosso papel aqui é fazer com que esse Conselho, de fato, exista, não só na forma de lei, mas que ele funcione. Então, o meu papel hoje é de agregar todas essas instituições e fazer elas pensarem num formato só, né? Cada um vai ter que abdicar um pouquinho da sua parte para entrar numa convergência trabalhando num modelo só para Caruaru, eu acredito que esse é meu principal trabalho. Tudo que a gente fizer agora, a gente só vai colher daqui a 10 anos, então, não vai ser um trabalho que [...] vou colher. É um trabalho que a cidade vai colher nos próximos anos. Então, o trabalho meu também é fazer o povo enxergar que não vai ser nada imediato, a gente vai fazer uma ação, o resultado vai vir logo depois, é uma cultura que vai se criar, e uma cultura que precisa de no mínimo de 5 a 10 anos pra que ela se enraíze e ela seja percebida. (Entrevistado 10).

[...] a gente vem conversando muito sobre essa questão do planejamento: como a gente vai trabalhar? Primeiro, é se planejar, a partir do momento em que a gente se planeja, que cria um propósito comum para todo mundo e a gente constrói uma estratégia para atingir aquele objetivo, independente se a curto, médio ou longo prazo, a gente consegue mensurar, né, cada etapa que a gente vai ultrapassando. (Entrevistado 11).

Assim, o Conselho ele planeja as ações, quem tem que colocar a ação são todos os integrantes que estão envolvidos neste processo, desde o Conselho como ao... como colocar o aluno que tá estudando as novas tecnologias, o profissional que vai aprender essas inovações para aplicar no trabalho, as empresas. Ou seja, não é só o Conselho, vamos dizer assim, é toda a comunidade que vai se envolver neste projeto, não é uma análise apenas de uma pessoa, de A e de B, porque, por exemplo, se a prefeitura entra, movimenta e aí não tem engajamento dos empresários e nem dos colaboradores, isso não vai para frente. Então, tem que ter um engajamento em si de toda a comunidade que vai tá sendo beneficiada direta e indiretamente pelas ações do Conselho. (Entrevistado 15).

Pode-se perceber nos discursos dos entrevistados alguns pontos que expressam suas expectativas: eles demonstram uma preocupação em fazer o Conselho funcionar como grupo e realmente gerar ações; apresentam uma certa ansiedade em relação às ações do Conselho, justificando que isso leva tempo e que os resultados só serão sentidos em 5, 10 anos; há também uma inquietação em mudar Caruaru, em criar e fortalecer uma cultura voltada à inovação; e, entendem que essa busca em desenvolver a economia e a inovação em Caruaru não é um trabalho apenas dos agentes do CoMCiTI, porém, de todos a que se destinam as ações a serem realizadas.

A apreensão em relação ao agrupamento do Conselho pode ser proveniente de elementos implícitos que acontecem na forma como os relacionamentos se estabelecem e

acontecem. Como abordado por Bathelt e Glücker (2014), Dougherty (2017) e Glücker e Bathelt (2017), a complexidade presente nas interações envolve elementos formais, mas também, elementos informais tácitos que existem em aspectos como confiança, acordos, negociações, embates, discordâncias, tensões, entre outros. Essa preocupação é evidenciada nos textos de alguns entrevistados quando relatam a respeito de conflitos entre interesses próprios e das organizações que representam *versus* interesses do município.

Ah, eu fico muito feliz, porque eu acho que, interessante, se você parar para analisar nas cidades, eu acho que, a nível até Brasil, Caruaru é uma das poucas cidades que tem um Conselho de Inovação, rodando, né? Então, assim, isso daí tá sendo elogiado extremamente por Recife pelo nosso nível de engajamento, isso é muito importante. Porque aí vê que a gente tá pensando uma política de município e não a política institucional [referindo-se em relação às empresas participantes] e naturalmente, se o município cresce, a instituição vai junto [...]. Eu acho que pra gente ter um ambiente de inovação, você tem que ter, de fato, primeiro, assim, são 17 instituições muito relevantes, eu acho que essas instituições elas têm que respirar inovação. A partir do momento que eu faço parte do Conselho, mas a inovação não faz parte da minha realidade, eu participo pra tá por dentro né, às vezes eu participo por tá por *status* de fazer parte de um Conselho [com ironia]. (Entrevistado 2).

Não é fácil, não é fácil, eu vou lhe dizer assim, eu tô tentando ser o mais generalista possível aqui, pra tentar trazer... mas veja, [maior entonação] todo mundo vai “puxar a sardinha” pra o seu lado e o que você tem, a educação vai puxar para educação [...]. O empresário vai querer ganhar dinheiro, então, não é fácil, não é fácil! Sabe, eu acho que, mas, honestamente falando, tem atores ali têm essa, que sabem fazer isso, obviamente, naturalmente, a sua fala vai ser muito de que área você é [...]. Mas tem atores, sim, que conseguem entender, que não é só educação, que não é só emprego, não é só economia. A gente tenta colocar tudo como importante. Agora veja! Como a energia vai ser gasta? São outros temas, porque a educação vai defender: “não, a gente precisa trabalhar a educação a partir de agora”, entendesse? Mas aí a gente vai dizer: “não, mas olha aí o desemprego, a economia, a gente precisa ajudar a economia a rodar”. [silencia] Mas, no final das contas, um Conselho é pra isso: é pra que a gente chegue a consensos, entendesse? Que mostre talvez aí, enxergar até mais longe, a longo prazo, vamos começar a plantar a semente. Eu percebo que há pessoas muito coerentes, também há pessoas incoerentes, em todo canto é assim [...]. (Entrevistado 3).

[...] as pessoas ainda olharem muito para si. Não vou dizer que é exatamente uma surpresa, mas, não terem, ainda, a visão do todo e do sentimento colaborativo, é mais a questão da competição, de cada um olhar, ver por si, apenas, e não enxergar que quando um cresce, o outro cresce também, é você crescer como ambiente, como ecossistema mesmo. Eu acho que, e assim, quando a gente pensa só no individual, uns até conseguem o sucesso, né, mas é muito mais difícil, quando a gente olha para o todo, todo mundo querendo junto, no mesmo esforço, focando o mesmo objetivo, o resultado é muito mais satisfatório. E muito mais rápido também, e eu acho que isso a gente não tem aqui ainda e é tão pertinho, eu já vi isso acontecer, e assim, lá no Porto digital, as pessoas já têm uma outra mentalidade, aqui, isso ainda não está enraizado, a coisa precisa ser trabalhada. (Entrevistado 8).

Mas, ao mesmo tempo eu quero representar a minha instituição, e quero que a minha instituição ela participe disso tudo e, obviamente, também tem o ganho individual, certo? [maior entonação]. Eu tô criando um *networking* muito maior, certo, eu tô me relacionando com as pessoas, eu tô participando pela minha instituição na melhoria de Caruaru. Então, quando, eu acho, que uma pessoa participa de um Conselho como esse, você tem um ganho coletivo, tem um ganho do subgrupo que é sua instituição, e tem o ganho individual, tá? (Entrevistado 4).

Eu acho que não é que atrapalha o Conselho, mas, faz parte do jogo, claro que um Conselho como esse também tem as questões políticas envolvidas! Não tô levando política partidária ou polícia municipal, mas a própria ideia de política, de polis né, na ideia de cidade, da visão de cada um, porque como eu falei, conectar pessoas que são de áreas muito diferentes, às vezes, o que, para mim, pode ser um obstáculo é a gente sentar e definir exatamente o que é para ser feito. Eu acho que a tomada de decisão ainda precisa de, talvez, um instrumento ou uma agilidade maior, mas, é como eu falei, eu acho que faz parte do próprio jogo, né? Não é fácil conectar, [maior entonação] poxa, são 4 hélices, né, mais pessoas ligadas ao notório saber, então, o Conselho, de alguma forma, robusto, às vezes, você tem uma dupla e é difícil tomar uma decisão, imagine com a quantidade de pessoas e membros que estão ali envolvidos e suas áreas?! (Entrevistado 5).

Olha, trabalhar com diferentes atores, com diferentes perfis, na verdade, é algo muito positivo, eu encaro como sendo algo muito positivo. Primeiro, porque se a gente for colocar a visão somente de um determinado grupo não vira um Conselho. E eu acho que quando você traz diferentes opiniões, quando você diversifica as opiniões, quando você democratiza as opiniões, o acesso e as pautas, as ações que tendem a sair dali, pode ser que ela não seja o ideal para mim, mas ela certamente vai ser ideal para o coletivo. E, de alguma forma, isso vai repercutir também a longo prazo, a médio e longo prazo aí de alguma forma para o âmbito empresarial e para mim, de alguma forma. (Entrevistado 12).

Nos discursos dos entrevistados é possível captar alguns silêncios, repetições, deslocamentos nos argumentos, justificativas e generalizações que buscam minimizar a probabilidade de que os participantes do Conselho possam priorizar seus próprios interesses, de suas profissões, das organizações nas quais trabalham, ou das esferas que representam, ao invés, dos interesses da cidade de Caruaru. Pela análise dos discursos, é possível destrinchar alguns conflitos de interesses que compõem o CoMCiTI: a) pessoais, seja por *status*, aumento da possibilidade de *networking*, e/ou de ter voz e influência na construção do ambiente de inovação local; b) organizacionais, em que se busca representar, divulgar sua empresa e marca, enfatizar seus produtos e serviços como essenciais ao funcionamento e contribuição para o Conselho; c) setoriais, ao destacar e defender dar prioridade a propostas voltadas aos âmbitos educacional, empresarial ou governamental; e, d) municipais, ao se pensar as necessidades dos negociantes caruaruenses e buscar ações mais amplas que auxiliem na construção do ambiente de inovação local. Alguns entrevistados são, por vezes, contraditórios ao expressarem contentamento por fazer parte do Conselho, afirmando que as políticas e ações pensadas são em prol do município, distanciando-se de interesses particulares, contudo, voltando-se ao discurso de que todos acabam por se beneficiar.

É razoável supor também que por haver essa inquietude por bem-estar própria, haja um certo grau de descontentamento com as ações e resultados do Conselho até o momento, assim como, um imediatismo para que isso aconteça.

Então, o Conselho ele é muito bom pra o seu individual, é muito bom para instituição, mas para Caruaru não mostrou resultado ainda! E isso me fez desmotivar de tanta reunião, tanta reunião, tanta reunião e nada objetivo. Mas agora a gente tá fazendo reunião presencial, fez uma reunião presencial, talvez, a gente consiga afunilar as ideias e, de fato, processar mesmo, tá, no liquidificador pra botar num funil para ver se sai alguma coisa interessante. Então, eu participo por conta disso, para mudar Caruaru, pela minha instituição e por mim também, eu acho que todo mundo participa nesse contexto. [...] eu fiquei um pouco surpreso, negativamente, pela falta de objetividade do Conselho, mas, ao mesmo tempo fiquei feliz por a gente ter trazido algumas pessoas referência para a gente escutar, que são pessoas que quando falam, mudam, de fato, a maneira da gente pensar, e feliz com o resultado da última reunião que eu acho que agora tem uma grande chance da gente agora ser objetivo. (Entrevistado 4).

Ah eu tiro uma onda danada, sou conselheiro municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação [com sarcasmo]. Mas sei que, assim, é algo de grande responsabilidade porque como eu falei, né, a gente tem as vanguardas e os bloqueios, eu me sinto, ainda, um pouco, assim, não realizado por que a gente não fez nada de impacto ainda para cidade, [...], eu sinto que a gente precisa ser um pouco mais rápido, sabe, em alguns pontos. Então, eu me sinto nessa situação, assim, estou feliz porque a cidade tem um Conselho e eu faço parte, isso me alegra bastante, mas, ao mesmo tempo eu me sinto triste porque o tempo tá passando e a gente precisa fazer algo de impacto [...]. Mas, eu vejo que tá andando, sabe, [...], eu sinto, a gente tentou fazer o Inova Caruaru, não deu certo, veio a pandemia [...]. Como tá no início, né, se diz que todo início de casamento e namoro é ótimo [sorrindo], a gente tá curtindo essa felicidade, assim, mas, eu acho que o mais importante agora é ter resultado, porque se não tiver resultados, a gente não vai manter esse nível de engajamento, porque o tempo também corrói isso, sabe? (Entrevistado 5).

[...] isso é uma política de longo prazo, tá, então, provavelmente, os frutos dessas ações elas só vão ser colhidas daqui a 5, 10 anos, tá. Isso é o que, às vezes, assusta o poder público, isso é o que, às vezes, assusta alguns empresários. Porque, em geral, o poder público ele vai colher os frutos de uma ação que talvez ele tenha iniciado, mas ele não vai ter na sua próxima gestão ainda como inaugurar, digamos assim, tá? Mas, para alguns empresários também, muitos deles pensam a curto prazo; aqui em Caruaru muito... essa cultura de feira é uma cultura muito imediatista, né? Então, muitos de nós no Conselho têm essa ciência, inclusive, os empresários que fazem parte do Conselho, hoje eles têm essa ciência. Mas, isso não é consenso comum na cidade. (Entrevistado 9).

Glücker e Bathelt (2017) refletem que ao tratar de relações e suas provenientes expectativas, quando estas não são atendidas podem acontecer penalidades, sanções e desgastes. E, pode-se perceber esse raciocínio nos discursos dos entrevistados, os quais apresentam um anseio por maior proatividade nas ações do Conselho, relatando que se sentem desmotivados, descontentes, ou falando sobre um futuro e provável deterioramento no engajamento do grupo, caso não se imprima maior agilidade e se percebam resultados nas operações do CoMCiTI. Além disso, capta-se um deslocamento na fala do entrevistado 9, que projeta o querer imediatista de ações e resultados sobre os empresários que não fazem parte do Conselho, como sendo uma característica da cultura dos comerciantes locais.

Ainda, em relação à apreensão na agrupação dos agentes no Conselho, seus discursos exprimem que os representantes das esferas educacional e governamental são mais ativos nas

reuniões, debates e ações do CoMCiTI, o que pode remeter a um privilégio e atendimento aos interesses dessas representações. Além disso, enfatizam o carecimento de maior participação da esfera empresarial, contribuindo com sua visão assertiva de mercado, por estar imersa nesse contexto. Alguns discursos desvelam uma possível ausência de sentimento de pertencimento de algumas representações, desconfiança de que alguns agentes ou esferas são mais privilegiados, assim como, desnudam possíveis hierarquias intelectuais de acordo com o nível de escolaridade e conhecimento, revelando maior participação desses agentes; ou categorizações de acordo com o poder em aplicar ações no município. Conforme salienta Faulconbridge (2017), essas nuances de microespaços interacionais são permitidos captar pela abordagem relacional.

Quem eu gostaria de interagir mais, com certeza é o ponto COM [comercial, representando a esfera empresarial], especificamente, né? [...] Por uma questão de inovação corporativa, envolve eu identificar uma empresa e os problemas que ela tem e como eu posso solucionar aquilo, que é o que a gente tá trabalhando agora, mas é muito difícil. (Entrevistado 1).

E, às vezes, sim trabalhando por hélice, vamos lá, fazer a política EDU [referindo-se à esfera educacional] do Conselho, a política ponto COM do Conselho [esfera empresarial], porque a gente sabe que nem toda hora vai dar pra fazer evento com todo mundo né, tem hélice que tem mais potência em uma coisa, e outras que não vão ter. (Entrevistado 2).

Eu acho, eu sinto mais a carência da participação do mercado, eu acho que o governo e educação eles estão mais participativos, acho que o mercado está menos hoje. Eu acho que esse é o trabalho maior, é de trazer para junto e criar essa cultura, eu acho que o mercado ele entende a necessidade, ele sabe disso, mas, talvez não perceba tanto o valor e a competência que se existe na própria região, no próprio município, o que a gente pode fazer aqui. Talvez, perceba muito o que se faz fora e acredite muito no que vem de fora para dentro, mas, talvez, não o que se pode fazer aqui mesmo, na formação do nosso ecossistema que ainda é muito incipiente, e que leva tempo para construir e amadurecer [...]. Eu vejo que a área, é, educacional se coloca mais e por se se colocar mais, ocupam um espaço maior, não por não dar espaço para os outros, mas por estar mais presente nas reuniões, talvez, pelo perfil das pessoas que estejam ali nesse momento, e eu acho que o Conselho, até agora, tem dado, tem uma vertente mais educacional, e menos mercadológica, e eu acho que isso é uma coisa que precisa ser mudada. (Entrevistado 8).

[...] eu acho que o empresário tem um poder maior de estar colaborando com pesquisas inovadoras. Então, eu acho que eu gostaria de estar interagindo com mais empresários para poder a gente entender melhor a realidade. [...] talvez eu precise aí nos próximos meses, nos próximos anos, entender um pouco mais sobre Caruaru: o que é ser um morador de Caruaru, tá? E a realidade do que se precisa em Caruaru. Então, eu acho que o governo precisa também entender essa realidade para buscar soluções com a sociedade, e eu acho que nós no Conselho que buscamos soluções, a gente tem que procurar soluções que sejam úteis para a sociedade, principalmente. Então, eu acho que entendendo melhor o empresário, o contexto onde é que ele tá, quem são os clientes dele, por exemplo, tá? Entendendo melhor os dados que giram em torno dele, tendo mais acesso à informação dos empresários, a gente vai entender melhor a sociedade como um todo, e como a sociedade deve se moldar para o futuro [...]. Fui, [referindo-se a algo em que foi surpreendido] principalmente, pela falta de atividade [sorrindo com ironia], certo? A gente fez aí um conjunto de palestras com pessoas referência [...]. Mas, infelizmente, com pouca participação dos empresários. Então,

você mostra uma fragilidade aí no próprio Conselho, como é que eu vou trabalhar com todo mundo quando os empresários eles não estão aqui comigo? (Entrevistado 4).

Além disso, alguns discursos revelam que alguns agentes se sentem responsabilizados por liderar e contribuir com a união e o engajamento do grupo. E se apresentam, determinadas vezes, incoerentes ao enfatizar essa necessidade e dificuldade em agrupar os representantes do Conselho na mesma direção e chamar à participação; e, ao afirmar que o grupo já é bastante coeso, conectado e participativo.

Engajamento, eu acho que a principal palavra é engajamento, todo mundo gosta de trabalhar, todo mundo gosta de discutir, mas o mais difícil é engajar todas as pessoas, é fazer com que elas continuem participando de forma contínua, né? Porque às vezes eu tenho um lado que participa, outro lado que não, então, eu acho que a principal dificuldade vai ser manter esse engajamento nos próximos anos [...]. Não, hoje a gente interage com todos, com todo mundo. Hoje a gente tá numa fase do Conselho, há mais ou menos 1 ano e meio, 2 anos, né? Porque antes de existir o Conselho, o grupo já tava existindo. Então a gente tá na fase que todo mundo conversa, a gente tá na fase boa, então é como eu tô te dizendo, a questão é a gente manter o engajamento. Mas hoje todo mundo interage, lógico que a gente tem a parte do educacional que é mais interessada na parte teórica e tudo, mas a parte empresarial também tá engajada, o poder público tá bem engajado [...] hoje tá, todo mundo bem engajado, tá a liga, tá funcionando [...]. O que facilita as ações do Conselho? É tá todo mundo junto pra poder decidir. Não tem aquele, aquela pessoa que quando você traz uma ideia, a pessoa bota gosto ruim e não vai querer ajudar ou participar ou apoiar. A partir do momento que todo mundo constrói junto, que todo mundo executa junto, então, isso facilita. O que atrapalha é, às vezes, a falta de engajamento, é eu precisar de uma pessoa e essa pessoa não tá engajado, então, eu acho que isso é o que mais atrapalha. Porque o resto funciona muito bem, todo mundo tem boa intenção, todo mundo quer ajudar, o que falta, às vezes, é aquele puxão de orelha: “olha, volta, vem cá ajudar, a gente tá precisando de tu”, né? (Entrevistado 10).

Então, acho que o meu papel é isso, é, a gente tenta, não é fácil, você colocar todo mundo no mesmo barco porque todo mundo tem as suas obrigações individuais, o seu dia, a sua rotina. Acaba que você colocar aquelas pessoas e mostrar a importância de a gente caminhar junto não é fácil, mas eu tenho, junto com outros atores que são muito engajados e muito disponíveis. Eu acho que eu acabo que eu consigo agregar nesse sentido, de tá sempre buscando, tá sempre trazendo para junto, tá sempre mostrando a importância do diálogo, mostrando a importância de buscar referências, trazendo agora, como a gente fez há pouco tempo pessoas que fazem uma fala, né? Em cima de Ciência, Tecnologia e Inovação para que isso vire referência [...]. A participação dos entes, dos membros, porque a gente tem muita dificuldade! Nós estamos sempre presentes, o governo tá, o governo municipal está, a universidade tá, mas os empresários não se engajam, não é pauta prioritária para eles, entendeu? Eu acho que a maior dificuldade da gente é essa, é trazer todos os atores para mesma página para que a gente dialogue de uma forma só [...]. Então, como é que a gente constrói um planejamento em conjunto se as pessoas não se engajam?! Entendo, não é fácil, são empresários, eu tô falando aqui, exclusivamente, dessa classe, tá, desse nicho que são os empresários; acho que eles são muito distantes do ecossistema, mas percebo que não é só aqui. Eu faço parte de grupos que eu percebo também que é muito forte a presença desses atores que eu tô falando, mas você vê que é difícil trazer um empresário para esse universo, é meio por aí. A maior dificuldade talvez seja essa. (Entrevistado 3).

Outra inferência que se pode arguir é em relação à aspiração em transformar a cultura de Caruaru, como tratado no tópico 5.3. Alguns entrevistados aparentam possuir a perspectiva de mudar e apontam ser necessário conscientizar o empresariado local a respeito da importância de investimento em processos de inovação. Esse argumento repousa nas assertivas “quebrar um pouco dessa barreira da cultura que é tão enraizada”, “ações de sensibilização”, “ser mais sensibilizado”, “atividades que façam com que desmistifique esses termos”, “é uma mudança, inclusive, é o *mindset*, a gente tem que trabalhar a mentalidade de toda essa cadeia”. Em contrapartida, os entrevistados 12 e 15 veem esse esforço de modificação da cultura local como um desafio, preferindo que o Conselho centralize sua energia em outros e poucos aspectos ou em empreendedores já ligados à inovação, os quais pelas narrativas apreendidas, são minoria no cenário de negócios de Caruaru.

Então, assim, a gente já criou o Conselho, a gente consegue saber quem são os atores, a gente acha que a gente é um ecossistema redondo, mas a gente sabe que a gente precisa integrar os atores, a gente sabe que a gente precisa quebrar um pouco dessa barreira da cultura que é tão enraizada né, que vem como, de fato, um grande dificultador do processo. (Entrevistado 3).

[...] Além de ações de sensibilização, então, trazer atividades que façam com que desmistifique esses termos, né, que cada vez mais, as instituições elas entendam que fazer ciência não é caro, que investir em ciência não é gasto e sim investimento futuro, né? Então, é uma mudança, inclusive, é o *mindset*, a gente tem que trabalhar a mentalidade de toda essa cadeia, tá? Então, acho que quando a gente começa a fazer com que os atores se integrem, a gente faz ações de sensibilização que eles conseguem enxergar que Ciência, Tecnologia e Inovação pode dar frutos, e ainda, criar exemplos, tá, eu digo o seguinte: “a gente se guia muito mais pelo exemplo, do que por outra coisa”. Então, a gente tá tentando fazer com que os atores locais eles em se qualificando melhor, em se aprimorando, acabem virando exemplos para os outros, né? (Entrevistado 9).

Mas, ainda, no Conselho, eu acredito que existe muito essa visão de querer mudar a cabeça dos empresários locais e tudo mais, tem isso também, sabe? Eu acho difícil isso, porque é um trabalho complexo, não é tão simples. Então, definir essa linha única e focar nela, ou, de repente, definir duas ou três linhas e focar nelas, eu acho que vai ser o principal desafio enquanto Conselho, né? (Entrevistado 12).

Porque o nosso foco nunca foi Caruaru, a empresa é de Caruaru, mas nunca foi Caruaru, porque? Porque [...] eu tô no mercado e batendo de frente com a mentalidade do empresário de Caruaru, ou seja, mente fechada e por ser mente fechada, se eu for ficar aqui tentando mudar a cultura empresarial, eu fecho as portas. Então, eu tô indo em busca de empresários que já tenham uma cabeça aberta para inovação, que melhore os processos para que a gente possa também ajudar eles a venderem até mais. (Entrevistado 15).

Contudo, é oportuno ressaltar que modificar instituições é algo bastante complexo, pois, estas, como assinalado por Glücker e Bathelt (2017), conformam-se em um ambiente envolto por interações sociais, incertezas e heterogeneidades (GLÜCKER; BATHELT, 2017; PIMENTEL, 2019). Ou seja, a possibilidade e necessidade de mudar, de permitir e inserir novas

instituições devem ser consentâneas ao contexto institucional imbricado pelas ações e interações sociais que acontecem no espaço e no tempo. Desse modo, pela perspectiva relacional, a implementação de inovação nos negócios locais pode ocorrer ao se dar atenção às singularidades contextuais e considerar os hibridismos (elementos tradicionais e modernos) presentes nas formas e modos como os empreendimentos são administrados no município. Como mencionado, alguns agentes do Conselho já possuem essa percepção de que é necessário atender às singularidades locais, ponderar a coexistência de modos próprios e técnicas de gestão na forma de administrar os negócios, as diferenças das organizações, então, porque será que eles continuam não conseguindo implementar a inovação em larga escala? Nesse questionamento, reforça-se a análise de que é necessária uma maior aproximação, entre o Conselho e os comerciantes locais, que possibilite uma construção gradual e coletiva.

Ainda no que se refere a expectativas em modificar Caruaru, os agentes entrevistados explicitam a carência de transformação digital nas organizações da cidade, e enxergam essa inserção digital com dificuldade devido à alta taxa de informalidade e aos diferentes graus de maturidade e porte das empresas. Ao articular os discursos nesse âmbito, pode-se evidenciar o papel do Conselho para com as políticas públicas a serem implantadas e processadas na região.

Eu acho que uma mudança cultural mesmo, assim, um trabalho que o Conselho pode realmente fazer de transformação, não só de empresas, mas de tudo. Então, é transformar as empresas comerciais, transformar as associações, transformar as instituições de ensino, transformar as instituições públicas e transformar o indivíduo, também, as pessoas: o estudante, o empreendedor, o funcionário público, o professor. Então, transformar as pessoas, também, principalmente, dando direcionamento da transformação digital que foi até a minha sugestão de tema para o Conselho, pensar da forma da transformação digital, como a gente pode ter uma geração preparada para a era digital? [...] Então, eu acho que uma cultura direcionada, realmente, a trabalhar a mentalidade e criar uma cultura, se criar essa cultura para daqui a 10 anos [...]. (Entrevistado 6).

Eu acho que a principal, a gente tá definindo ainda o tema, mas eu acredito que o ponto focal do nosso trabalho vai ser a transformação digital das nossas empresas, né? Transformação digital é não só fazer esse mundo entrar no mundo digital, mas eles entenderem a importância de tudo isso. Hoje, a gente tem empresas, a maioria delas, boa parte das empresas informais ainda, se elas são informais, imagina pra entrar nesse mundo digital como é que vai ser, né? As empresas organizadas, as médias e grandes empresas já têm um nível de dificuldade. Eu acho que é transformar de forma criativa, sabe, seja o artesão do Alto do Moura, seja a grande empresa de confecção, entrar no mundo digital pra gente poder vender a cidade como um todo. E a partir disso, a gente melhora na parte de ensino porque eu vou ter uma mão de obra que vai poder trabalhar aqui na nossa cidade, eu faço com que empresas, *startups* criem pra poder financiar, financiar não, pra poder contribuir com essas empresas que estão entrando nesse mundo digital. Então, é um ecossistema que se completa. (Entrevistado 10).

[...] no Conselho, a gente está debatendo essas pautas, né, de políticas públicas porque querendo ou não o Conselho ele vai moldar algo para isso, né? Vai ter que ter lei de incentivo para empresas virem se instalar, de tecnologia aqui em Caruaru? Vai, né? Então, assim, vai se pensar em um modelo de algumas soluções para fazer essa convergência digital pra que o empresário, vamos colocar aí, o da sulanca entre nesse

mundo digital e ele possa vender mais também. Então, são várias ações, vários planejamentos que o Conselho ele vai, querendo ou não, também interferir nas políticas públicas. (Entrevistado 15).

No que tange a políticas públicas associadas à Ciência, Tecnologia e Inovação em Caruaru, os trabalhos de Torres e Silva (2014) e Silva, Fernandes e Silva (2020) asseveram uma escassez de estratégias de estímulo e incentivo no município. Aspecto este ponderado por alguns agentes do Conselho, ao realçarem ser esse um dos principais objetivos do CoMCiTI, e que os agentes têm se reunido neste propósito: de elaborar planos, políticas e lei de inovação para a cidade. Insta salientar que este elemento normativo apesar de não ser as instituições, não é excluído nas instituições pela perspectiva relacional, pois, conforme Glücker e Lenz (2016) e Glücker e Bathelt (2017) argumentam, embora o contexto microinstitucional seja enfatizado, reconhece-se que os aspectos de nível macro estão em influência mútua nos processos de institucionalização.

Mais uma vez, tá, o Conselho ele precisa dentro da sua... da minuta que especifica quais são as atribuições dos Conselho, nós temos que propor uma política pública municipal de curto, médio e longo prazo. Então, a curto prazo é 2 anos, a médio prazo é 5 anos e a mais longo prazo que a gente está entendendo aí com cerca de 20 anos. Então, na fase que nós nos encontramos hoje, nós estamos, mais uma vez, né, junto com as instituições que compõem o Conselho, a gente tá propondo a definição de quais são as prioridades que nós precisamos tomar [...]. Então, eu acho que a primeira coisa que a gente precisa fazer é isso, de fato, um mapeamento institucional, não só, apenas das demandas da nossa sociedade, né, a gente precisa entender como é que é as demandas da sociedade de Caruaru com ciência, tecnologia e inovação? Como é que a gente pode mudar, melhorar a qualidade de vida, melhorar a economia, melhorar a forma que as pessoas vivem, né? Para que a gente possa fazer isso, a gente primeiramente vai entender, né, quais são as nossas competências, quais são os nossos pontos mais fortes, quais são as nossas deficiências? E a partir daí, a gente vai fazer esse planejamento para curto, médio e longo prazo. Então, a gente está nessa fase ainda. (Entrevistado 9).

É, o próprio papel do Conselho, né, definindo que caminhos tomar, para as políticas públicas, no caso, para inovação, né, isso já é uma influência muito grande, né, com relação a isso. [maior entonação]. E outra coisa que vai acontecer também é o trabalho que a gente deve iniciar no começo do ano que vem para criar a Lei de Inovação de Caruaru, né? Então, isso daí vai precisar de um esforço grande, né, de contar com política, a gente... vai ser encaminhado, depois que a gente concluir, vai ser encaminhado pela própria prefeitura e, no caso, vai passar pela câmara para votação, etc. E ela iniciando, aí a gente pode, quer dizer, no caso, a prefeitura pode dar entrada exatamente para buscar incentivos financeiros no fundo de inovação, né, federal. Então, isso também é um outro ponto muito relevante para política pública, né, que vai ter recurso para poder compartilhar, inclusive, com o próprio Conselho, né, para que ele também possa ter mais estrutura para trabalhar melhor, né? (Entrevistado 13).

Pelos relatos explicitados no tocante às políticas públicas municipais, outro aspecto circunstancial arguido por alguns entrevistados para a atuação do Conselho é a necessidade de recursos financeiros. E, em decorrência dessa instância, os agentes do CoMCiTI citam também

a busca por estabelecer relacionamentos e parcerias com os representantes do governo estadual e federal.

E um outro desafio também para o Conselho e aí, de cara, logo assim, é a falta de recursos para isso, tá, são muitos problemas para você resolver e você não tem recursos. O Conselho hoje, se eu não me engano, acho que ele não tem recursos, não tem dotação orçamentária municipal, federal, nem estadual, nem tem captação também, nem alguma coisa nesse sentido, eu desconheço, que possa gerar recursos para o Conselho para ele... veja, você pegar uma dessas vertentes que eu te falei e focar nela, já é difícil, imagina você pegar duas, três, e ainda sem recursos [...]. Para o próximo ano, eu espero uma força muito maior, uma guinada muito mais forte do Conselho, inclusive, para gente defender pautas que sejam mais concretas e mais incisivas, né, para o desenvolvimento do ecossistema local. Como, a gente teve a opção de dar algumas indicações de tema para o próximo semestre, então, eu acho que a gente manter a organização que já está sendo executada, mas acima de tudo, lutar por uma fonte de recurso próprio para que a gente possa aplicar, de fato, nessas frentes e ir em busca do desenvolvimento de mercado, entende? (Entrevistado 12).

Pode-se considerar que essa visão de cooperação entre diferentes agentes, organizações, órgãos e esferas constitui um entendimento consonante aos estudos contemporâneos na temática de inovação, que por uma lente mais aberta e interativa, passam a centrar nas relações sociais e nas ações coletivas. Ou seja, a dinâmica dessa concepção permite que se compartilhem informações, conhecimentos, entre outros aspectos que podem contribuir para alternativas mais adequadas ao cotidiano de mercado e ampliar as possibilidades de inovação (COHENDENT; SIMON, 2017; VANHAVERBEKE, 2017). E, o próprio Conselho busca atuar nesta perspectiva, em que seus representantes de diferentes entidades e esferas partilham ideias e ações, como também, buscam inserir a comunidade nesse panorama de trocas.

Porque, às vezes, a gente faz aquele trabalho de... eu tô trabalhando um grupo, a universidade tá trabalhando aquele mesmo grupo ou coisas complementares, mas não se conversam e acabam não tendo o aproveitamento que deveria ter. E a partir do momento que a gente unifica e cria um único norte, uma única agenda, hoje a gente tá lincando tudo, as ODS [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável] que é a agenda da ONU 2030, então, a gente tá conseguindo, de fato, trabalhar em conjunto, né? Hoje, cada vez mais a gente sabe que trabalhar de maneira colaborativa, em comunidade, tá sendo muito mais eficiente, acho que a palavra seria essa. (Entrevistado 11).

A busca por envolver diferentes agentes e esferas acontece em várias estratégias do Conselho, pensadas para alavancar a inovação no município de Caruaru, as quais remetem às dificuldades em estabelecer alguns relacionamentos – Conselho/empresariado local, empresas/academia – como tratado no tópico 5.3. Um dos caminhos tencionados é o investimento em educação, o qual é ponderado para se implementar ações de aulas, disciplinas e conteúdos ligados à inovação, tecnologia, raciocínio lógico, entre outros, desde a mais tenra idade. Parte-se, portanto, de uma proposição de construção evolutiva, que segundo Setterfield

(1993), é aquela que considera aspectos atuais na constituição de instituições futuras, e complementam, Glücker e Lenz (2016), que envolve processos influentes de causação descendente e ascendente. Ou seja, por esta visão, nota-se que a inserção de modificações na educação básica pode impactar na construção de instituições futuras, que relacionem e aproximem profissionais, academias e empresas.

[...] a ideia é que a gente fomente inovação e empreendedorismo na sala de aula, no bacharelado para quando o aluno criar projeto de pesquisa, for criar artigos, ele entenda que: “opa, isso pode ser negócio”, sabe? E isso aqui eu posso transformar em uma *startup*, eu posso de alguma forma fazer com que a solução da empresa A, B ou C seja solucionada e isso faz com que eu gere uma oportunidade de emprego, com impacto socioeconômico, e faz com que eu continue na região, faz com que eu continue gastando aqui, né? [...]. O que eu gostaria de mudar, pelo menos eu queria, que eu tô trabalhando para isso é que a gente não tem uma política de fomento ao empreendedorismo na sala de aula [...]. Então, o que eu mudaria e o que eu tô me esforçando para mudar, é, tornar o ambiente universitário mais empreendedor, a gente não tem isso. (Entrevistado 1).

[...] E aí outro ponto também, outro ator importante nesse processo são os professores, né, que precisam melhorar suas formas de ensino que está um pouco, não é obsoleta a palavra, mas, precisa ser repensada se a gente quer dar esse salto. Porque eu vejo o eixo ligado aos empresários, né, que é a hélice do ponto COM [comercial, referindo-se à esfera empresarial], mas também vejo um lado no EDU [educação] que é complicado, dois: os professores que precisam visualizar e ter apoio para isso, né, novas formas de ensinar; e o outro, na mesma hélice do EDU que é, para mim, a futura geração que são os estudantes. Hoje, a gente tem estudos que os estudantes mais de 50% dos estudantes hoje, né, as crianças vão estar em profissões que nem existem, aí a minha pergunta é muito simples, esses alunos estão estudando o quê? Então, a gente tá muito focado na educação baseada em conteúdo, que em qualquer hora você bota no *google* e encontra, né, que também encontra qualquer coisa, né? Mas, o que a gente tem que trabalhar hoje são as competências, que competências e habilidades desses alunos estão sendo trabalhadas para a futura, os futuros modelos industriais e de sociedade? [...] Então, para mim, quando a gente fala do empresário, a gente fala do estudante, fala do professor e do empresário, porque não é só o empresário agora, mas que outros futuros empresários nós estamos criando? (Entrevistado 5).

[...] pensar inovação plantando lá atrás, não é quando o cara tá na universidade. Existem uns projetos, uns programas de empreendedorismo com 15 anos, 16 anos, né, eu vi um, participei de uma reunião até de um grupo de investimento que eu faço parte. Uma das reuniões lá, o cara foi até quatro pessoas lá: “quantos anos você tem?” “17”, tinha dois de 18, e tinha um de 21, só tinha parece que só tinha um maior de idade, só que os caras tava com um negócio que tava ali para ser investido em alguns R\$ 1000. Ou seja, [...] talvez a gente tenha que tá agindo um pouquinho antes porque a universidade ela tem seu papel lá, quem tá lá tem seu papel, a empregabilidade, ele falou muito bem tem que ser focado. (Entrevistado 7).

Essa articulação para atuação entre academia-empresa é citada por vários agentes do CoMCiTI e pode ser associada a outro intento nos discursos dos sujeitos entrevistados que é a questão de manter a mão-de-obra local, reter talentos, fornecer oportunidades nas áreas de formação, ou seja, fomentar empregabilidade na cidade de Caruaru. Nos relatos dos entrevistados, fica nítido a importância de se investir na inovação e no empreendedorismo por

meio da educação, envolvendo os alunos de universidades e faculdades em projetos que possam ser aplicados.

Ainda, no sentido de prover os talentos localmente, os entrevistados 9 e 10 mencionam uma expectativa em trazer empresas para Caruaru, para gerar mais empregos e oportunidades e contribuir com a movimentação econômica na região. Nessa mescla e troca entre diferentes locais, alguns sujeitos entrevistados falam sobre a abrangência dos negócios locais.

Ah, tem tanta coisa que a gente precisa fazer, assim, não existe uma ação concreta só, tá? A gente precisa trazer, atrair empresas pra se instalarem aqui, a gente precisa abrir a mente do jovem pra se qualificar pra isso e a gente precisa ajudar ele a se qualificar, a gente precisa dar incentivos fiscais, a gente precisa abrir a cidade de forma inteira, para que todo mundo comece a pensar, e enxergar, e respirar um pouquinho disso. Então, são ações macro e ações micro que a gente vai conseguir construir, não existe uma fórmula mágica pra gente dizer: “se a gente fizer isso, vai dar certo”. (Entrevistado 10).

Nós temos dois grandes objetivos para 2021: é esse mapeamento das instituições, né, mapeamento do... não só das instituições, demanda, porque, por exemplo, hoje, eu sei que tem várias instituições na cidade, mas, inclusive, eu não sei, a gente hoje não sabe chegar para o poder público municipal e dizer: “olha, vamos fazer algo para trazer empresas, talvez, de eletrônica”, não sei se tem eletrônica aqui. Então, para, inclusive, captar empresas, para fazer com que empresas elas sediem Caruaru, eu preciso saber qual é a minha oferta de mão de obra e qual é o nível dessa mão de obra, tá, porque, às vezes, não adianta eu brigar para trazer uma empresa, sei lá, digamos, do ramo, como eu tava falando, de alta tecnologia relacionado à microcontroladores, se eu não tenho um curso na região, se eu não tenho mão de obra na região. (Entrevistado 9).

Eu até comparei assim: “porque Frei Miguelinho é o berço dos garçons, aqui de uma cidade próxima?”, não sei, aconteceu alguma coisa lá que lá é o berço dos garçons. Os garçons de Recife, uma parte vem de lá, os melhores metres que têm, vêm de lá. Eu disse: “a gente poderia estudar porque isso e começar a criar qual foi o ponto de mudança lá que”, sei lá, foi um empresário que fez um restaurante, foi algum ponto de mudança que despertou isso. Para gente tentar transformar aqui um ponto de mudança, ou criar esse ponto de mudança para o empreendedorismo digital, por exemplo, né, para a globalização dos pequenos negócios. Não sei se é, enfim, tem que entender o que seria para gente despertar e destravar isso, né? Ficou claro que o ambiente de inovação local, mas ele tem que ser, ele tem que focar no global agindo localmente. Então, uma frase ficou assim: “atender outros mercados a partir de Caruaru”, isso daí tem que ser uma das bases, tem que ser formado para atender outros locais, né, às empresas, aos empreendedores, aos empreendimentos, às ações [...]. Então, eu acho que a contribuição de desmistificar a questão da inovação, é exemplificar para os outros empresários, e, começar a se utilizar desse ambiente. Por exemplo, eu, antes de participar do comitê, depois que eu participei do comitê, eu já consegui comprar mais das empresas locais, ter mais relacionamento comercial com as empresas locais. Embora, tem que ficar claro de que o ambiente de inovação local não é para atender o local, é para atender fora a partir do local. Então, isso eu aprendi também. (Entrevistado 7).

Essa amplitude geográfica e relações de trocas entre diferentes áreas nos negócios é enfatizada por Rallet e Torre (2017), os quais defendem um sistema de inovação como sendo adequado a essa proposta de interações locais e não locais, atingindo o âmbito nacional (BATHELT; HENN, 2017). Entretanto, como arguido por Önday (2016), Glücker e Bathelt

(2017), Lagendijk (2017) e Glücker (2020), as variações inter-regionais que acontecem em contextos específicos sustentam um sistema de inovação local. E, no caso de Caruaru, pelos discursos da maioria dos agentes do CoMCiTI, almeja-se trabalhar mais especificamente as dificuldades de relações locais, fortalecendo a economia e inovação no município, para, em consequência, atingir mais relações não locais.

Além disso, pode-se observar algumas contradições na fala do entrevistado 7 que fala em “desmistificar a questão da inovação”, mas se volta a casos de sucesso de outros municípios, a exemplo de Recife, focando na tentativa de “copiar o que der certo”. Seu discurso não desmistifica ou desnuda uma visão dinâmica e contemporânea da inovação, porém, fortalece uma perspectiva dos estudos tradicionais da mesma, destacando estratégias que trouxeram resultados positivos para outras localidades, mas que podem não servir como parâmetros para as especificidades e singularidades locais (CASSIOLATO et al., 2019).

Pode-se verificar também que a busca na construção de um sistema de inovação local, envolve não só o esforço em imprimir relacionamentos entre diferentes agentes como tem se almejado em Caruaru, mas também, a criação de espaços neste intento. Ou seja, ambientes físicos para encontros informais, como observados pelos entrevistados 5 e 7. Aspectos estes refletidos por Bathelt e Glücker (2014) e Faulconbridge (2017) ao elucidarem a abordagem relacional, analisando que a concepção da espacialidade não é o foco de tal perspectiva, todavia, a dinâmica na configuração de espaços deve resultar de um olhar que interligue os agentes das esferas educacional, empresarial e os agentes fomentadores de inovação.

Centros de Tecnologia e Inovação, como também, ambientes como o Armazém da Criatividade é preciso surgir na cidade, no Estado, via governo federal, não sei de onde uma porta de recurso, ou uma iniciativa privada que tem a visão de fazer uma fundação, que crie Centros de Tecnologia e Inovação, tanto para que professores e alunos tenham um novo ambiente de aprendizagem, baseado no que se é necessário para a sociedade de 2030, 2040, 2050. [...] precisa introduzir esses elementos, como: robótica, código, saber codificar uma máquina, saber treinar um assistente de voz, né? Fazer uma *skill* para, exemplo: *alexa* ou outros. Então, essas novas linguagens, essas novas habilidades da indústria 4.0, a matriz de impressão 3D, tudo isso precisa tá nesse Centro de Inovação. Se as universidades, se as faculdades não têm como, como é que se diz? Abarcar isso, em algum lugar isso precisa acontecer [...]. [...] mas a inovação é quando você pega essa criatividade e implementa em ambientes, um exemplo para nossa cidade, inovar, por exemplo, se a gente conseguisse inovar o modelo educacional, se a gente conseguisse conectar toda essa rede, é, os membros do Conselho e conseguisse criar um sistema criativo e implementar formas de processos de aprendizado, eu acho que já taria falando sobre inovação. Não é necessariamente algo novo, nem algo melhor, mas algo que tem impacto significativo na vida daquelas pessoas, pode ser uma inovação de processos, aí, né? (Entrevistado 5).

[...] pegar um exemplo aqui, o Porto Digital, porque ele foi instalado no centro de Recife se ele funcionava muito bem na Várzea, né? Então, ele funcionava muito bem lá na Várzea, e de repente, não precisava ir para o centro. Então, eu acredito que foi estratégico até essa mudança de local, né? Porque? Porque você vai estar perto onde

os negócios estão acontecendo, porque no final tem que emitir uma nota fiscal, ele tem que gerar [...] algum... um resultado não só de valor para as pessoas, mas tem que gerar um resultado financeiro até de desenvolvimento, né? Você vê o Porto Digital, tem lá todos os números dele, o porte gerador de imposto inclusive, enfim, atende globalmente hoje, mas ele gera recurso, ele gera dinheiro por que no final tem que pagar salário, né? [...]. Eu acho que uma grande dificuldade é ter o próprio ambiente, é ter um local que esses entes se encontrem e não só uma mesa de Conselho. Eu acho que tem que ter um ambiente, “ah porque pode ser que o Armazém da Criatividade...”, mas geograficamente ele não é, eu tô falando, o Porto foi para o centro de Recife? Por que? Porque as empresas estavam lá, os bancos estavam lá, porque a iniciativa privada tava lá, eles não se envolviam na Várzea. Eu acho que para Caruaru, precisa ter essa percepção e uma ação desse jeito, né? (Entrevistado 7).

A ideia de vir a inserir espaços físicos centrais e que consigam abarcar vários agentes vinculados à inovação na cidade de Caruaru possui como principal intuito facilitar e obter ganhos nos relacionamentos informais oportunizados, como é reforçado nos discursos dos entrevistados 5 e 7, que seguem:

Eu acho que é fazer realmente essa conexão em rede, eu vejo algumas aglomerações físicas que, aglomeração física embora a gente fala muito digital, ela permite o trânsito das pessoas, né? A gente tem três ambientes que eu acho que, 2 né? 2 ambientes claramente, um ainda deveria estar que é o seguinte: primeiro, aquele ambiente que envolve ali o Armazém da Criatividade, a UPE e a UFPE, deve haver uma sinergia ali para que aquele ambiente seja mais produtivo, embora eu vejo muitos trabalhos bons da UPE e da UFPE dentro do Armazém. Então, para mim, esse é um ambiente, um *cluster* que já tá desenvolvido, mas precisa de resultados, eu acho que muitas ideias legais, eles têm o Projeto na UFPE, e roda ali no Armazém, a UPE também tem atividades ali como *Sesi School*, né? Então, tem umas coisas legais que precisa... mas aí, o Armazém me causa um outro problema que é o lugar onde ele está, né? Ele tá ótimo para UPE e para UFPE, mas existem outros ambientes de educação na cidade que precisam ser contemplados. Aí eu passo para um outro ambiente que pode ser também bem conectado, e aí não está tão maduro como a relação UPE, UFPE e Armazém da Criatividade que é esse ambiente aqui do Shopping, da UNIFAVIP, do Sebrae que é próximo e do Senac, então, teria como fazer um ambiente de inovação conectando todos esses atores, seria um outro ambiente legal. Um outro que precisa de mais maturidade seria o da antiga Estação Ferroviária ali, que você tem Acic, quer queira ou não, você tem o Shopping Difusora que não é tão distante, você tem uns colégios ao entorno, né? Inclusive, tem uma faculdade ali, acho que é a Pitágoras, né? [...]. Então, para mim, aqui em Caruaru tem três ambientes que envolvem educação, empresários, ambiente de inovação, inclusive o Polo, ainda tem o próprio Polo em si, né? Os comerciantes ali, mas os comerciantes olham para tudo isso: UPE, UFPE e Armazém como algo que não é dele, sabe? Então, assim, eu acho que precisa fomentar esses ambientes físicos de circulação e conexão de pessoas para que haja produção, identificação e pertencimento, né? E aí amadurecer esse daqui do Shopping, e principalmente, esse do centro da cidade, do centro da cidade seria fantástico. (Entrevistado 5).

[...] e eles disseram o seguinte: “ambiente de inovação local, porque que tem que ter um ambiente? Porque tem que ter a hora do cafezinho”. Não adianta um ficar lá na faculdade, um ficar em tal canto, um ficar em tal canto; na hora do cafezinho é: “bicho, e aí, onde é que tá a tua dificuldade?”, o outro: “olha, tô com um problema aqui com um cara para fazer um *design*”, “ó, esse cara aqui do lado, da mesa do lado faz”. Então, por isso de se ter um ambiente, eu acho que se cria um ambiente se botar as pessoas no mesmo no mesmo local, vamos dizer, entendeu? Então, esse ambiente ele tem que ser de alguma forma criado, neste sentido, para criar um ambiente, para criar ações é só você botar no papel e cada um faz um pedaço e faz uma ação. Mas para criar um

ambiente ele tem que ter, tem que ter a hora do cafezinho, tem que ter a hora da interação despretensiosa, tem que ter a hora de um dizer a dor que tá: “olha, tá precisando na academia, tô com uma dor dessa, porque sai aqui os alunos, e os alunos bons estão indo para Recife porque não tem mercado local”, “sim, mas eu tô contratando pessoa de Recife porque eu não sabia que aqui tinha”. Então, há um problema aí, então, a gente vai saber disso numa conversa de bastidor, de cafezinho. Então, esse ambiente eu acho que é a coisa mais delicada que tem que se construir que é o local que as pessoas possam, que esses entes possam interagir. Não só dentro do Conselho, mas tem que ter um local que propicie isso. (Entrevistado 7).

Dessarte, a perspectiva circunstancial revela uma série de expectativas que agentes em interação vão desenvolvendo no decorrer do tempo, e que, no caso em análise, os partícipes do CoMCiTI estão buscando contribuir com uma maior dinamicidade na inovação e economia da cidade Caruaru. Para tanto, eles têm pensado estratégias que envolvam parcerias com as instâncias estadual e federal, cooperação entre Conselho e empresariado local, entre empresas e academias até a elaboração de espaços físicos que facilitem o estabelecimento de relações entre os agentes representativos dessas esferas. Além disso, há uma preocupação com o clima grupal favorável no próprio CoMCiTI.

Ao atentar ao contexto histórico, à evolução das ações, das condutas coletivas e às expectativas que se constroem continuamente pelos agentes do Conselho e da cidade de Caruaru, logram-se entendimentos compartilhados a respeito da transformação da realidade dos negócios caruaruenses. Nesse sentido, foi apontado que se requer investimentos em: ações de trocas de conhecimento e de competências distintas entre os agentes do Conselho de acordo com suas representações; elaboração de políticas de estímulo à inovação; parcerias governamentais com aporte financeiro e criação de programas de empregabilidade que conectem as diferentes esferas. Cabe ressaltar que essas expectativas dos agentes do CoMCiTI precisam passar por reflexões que indaguem quais os interesses que se perscrutam atender, e conseqüentemente, buscar gerar resultados que impactem uma maior amplitude de agentes locais, partindo do entendimento das ações e interações sociais, ou seja das instituições que se conformam nos negócios caruaruenses.

Pelas análises empreendidas, concebe-se que o município de Caruaru possui diferentes níveis de maturidade, capacidade e porte nos empreendimentos locais, e que, essas heterogêneas realidades devem ser observadas ao se construir e pensar políticas municipais de ciência, tecnologia e inovação. Pois, conforme salientado por Méndez, Amezaga e Santamaría (2019), a concepção circunstancial não parte de soluções prontas e simplificadas, mas, correspondentes ao que se está em construção nas ações e interações factuais. Esse espectro de agência individual e coletiva será detalhado na seção a seguir que trata do elemento contingencial presente nas relações que se estabelecem em um determinado contexto institucional.

5.5 Como se apresentam as contingências nas ações, interações e atuação dos agentes do CoMCiTI no contexto de Caruaru?

Dentre os entendimentos que se têm em relação às instituições, há o de sinônimo de leis, normas e regulamentos, os quais não são desconsiderados, mas não são as instituições (GLÜCKER; BATHELT, 2017). Os autores falam sobre este elemento quando tratam das ações e interações sociais serem contingentes, em que, individualmente ou coletivamente, as pessoas agem em acordo ou desacordo com as regras. Ou seja, a ação vista como contingente compreende modos próprios de fazer, compreensões compartilhadas e aspectos como burlar, desviar-se e atuar, certas vezes, em contrariedade às normativas. Nesse sentido, indagou-se aos sujeitos entrevistados como interagem, como debatem, como se organizam e planejam ações dentro do Conselho.

Eu identifiquei que, assim, eu consigo trabalhar muito bem com todos os agentes do Conselho individualmente, mas se eu, vamos dizer que eu, tu e essa garrafa [mostra um garrafa com água para exemplificar] faz parte do Conselho; eu consigo trabalhar contigo, eu consigo trabalhar com essa garrafa, mas se eu quiser trabalhar com os três eu tenho que gerar uma ata e marcar uma reunião com nós três; e, aí, a gente vai votar, e aí, a gente vai identificar quem vai ser responsável por esta ação. E aí, a gente vai levantar uma outra reunião para ver os empecilhos, e aí, a gente vai ter uma outra reunião para identificar quais os impactos que cada um pode causar, nesse [interrompe]. Pronto, eu perdi já, o programa já foi, as pessoas que eu queria impactar, não vão ser mais impactadas, acabou, entende? [maior entonação] [...]. Eita, mas na tua agenda não pode não, então vamos botar na outra quinta”. Aí: “eita, mas a outra pessoa não pode não, então terça de manhã”, pronto, [maior entonação] acabou, acabou já, o mundo já acabou lá, passou, já foi, não dá mais. A gente vive num mundo de internet, as informações chegam muito rápido, [...] a gente vive num mundo muito rápido, é por isso que quem vai impactar os ecossistemas são os CPFs. Os CNPJs são muitos políticos, e eu, quando eu tô numa ação que é preciso o meu CNPJ, [...] eu entro. Se eu ver que vai burlar muito [atrapalhar], eu entro com CPF. (Entrevistado 1).

[...] o regimento ele tá lá, mas a ideia da gente é fazer políticas menores para meio que acelerar, né? Porque se você faz muito engessado, a gente fez meio que mais genérico, porque se você faz muito engessado, você tem que passar [maior entonação] por aprovação, vereador, prefeitura e aí é o mundo todo. Então, a gente fez um regimento bem legal, mais genérico, e a ideia agora é fazer políticas menores de inovação [...]. Então, é por aí, mas eu acho que o regimento ajuda muito a gente a pensar estratégico. (Entrevistado 2).

E, muitas vezes, as informações, de novo, por questões hierárquicas, por questões formais, deixam, tipo, a gente discute uma coisa aqui, chega na prefeita, ou chega na câmara de vereadores, ou chega no mercado de uma maneira mais sutil para não causar nenhum tipo de atrito, ou não causar nenhum tipo de problema. E aí, infelizmente, muita gente, não é generalizando, mas, acontece bastante de críticas construtivas sejam tratadas como algo pessoal e as pessoas não aceitem bem, sabe? Então, eu vejo que isso me aflige um pouco por não ter um diálogo realmente aberto, de maneira muito natural e simples, e eu acho que, basicamente, é isso [...]. [...] eu acredito que existe ainda uma formalidade no Conselho que impede de as pessoas se tornarem um pouco mais abertas, sabe? Eu acho que isso deveria ser quebrado, porque parece que além da formalidade existe uma ideia de hierarquia, sabe, que eu acredito

que não deveria existir num Conselho. Não concordo com isso, deveria ser algo muito horizontal e aberto porque isso filtra muito as informações, e informações podem ser valiosas em alguns momentos que são filtradas, de maneira desnecessária, justamente, por essas barreiras criadas dentro do Conselho. (Entrevistado 11).

É possível depreender nos discursos explicitados algumas insatisfações em relação ao excesso de burocracia ou de formalidade nas reuniões e ações propostas pelo CoMCiTI, inferindo-se uma morosidade na realização de ações ou diferenças no compartilhamento de informações. Além disso, percebem-se estratégias que os agentes decidem adotar frente a estes processos burocráticos ou à formalidade presente no Conselho, como: a) tomar iniciativas e realizar ações fora do contexto do agrupamento, individualmente, ou se reunindo com poucos agentes do próprio CoMCiTI para parceria externa, o que acontece por no Conselho se exigir documentos como atas, trâmites de aprovação de ações, votação, entre outros; e, b) elaborar regimentos e políticas menores e simplificadas que possibilitem uma maior aceitação, e consequentemente, mais agilidade em sua aprovação.

Essas estratégias colocam em evidência que nas relações que se estabelecem, muitas vezes, os acordos e arranjos informais acabam superando condutas formais, as quais podem ser vistas como empecilhos ou excessivas. No caso do Conselho, é possível observar que a lógica de ação de alguns agentes partícipes é distinta da lógica de ação burocrático-estatal, enquanto a primeira foca na praticidade e rapidez de resultados envolvendo a articulação de agentes de maior proximidade – abrangendo também pessoas de fora do CoMCiTI, a segunda está centrada na definição e ordenamento de normativas, selecionando determinados agentes e pré-estabelecendo os processos operacionais para, então, executar ações e obter resultados. Como refletido por Bathelt e Glücker (2014), as ações podem ser pensadas e planejadas, porém, os sujeitos não são previsíveis e não agem como robôs obedecendo a comandos como já argumentava Granovetter (1985) na temática de instituições, pelo contrário, por estarem inseridos em sistemas abertos, os indivíduos produzem, atuam e compreendem significados provenientes das interações.

Nesse contexto, pode-se adir outra dificuldade em relação ao CoMCiTI: a marcação de reuniões, que exige a combinação de dias e horários dos partícipes por o Conselho ser formado por muitos representantes.

Eu acho que hoje, honestamente, [...] eu vejo um esforço dos membros, isso é muito claro, mas eu acho que mais coordenação das atividades, isso não quer dizer que não tenha um coordenador, entendeu? Não é questão de liderança, eu acho que é de a gente conseguir “casar” as agendas, porque todo mundo tem agenda super lotada, né? Eu também me incluo nisso, nós temos agenda bastante difícil, [...]. Então, a gente tem esse problema de agenda, tentar organizar agenda. (Entrevistado 5).

Então, nós ainda temos questões que dificultam que é, logicamente, quando tem tantas instituições diferentes, é questão de agenda, né? Mas, nós temos tido sempre coró suficiente para, né, em todas as reuniões que foram convocadas, tá? Então, eu acho que o engajamento ainda... o nosso desafio é manter esse engajamento. (Entrevistado 9).

Tendo em vista o quantitativo de agentes que participam do Conselho e pela dificuldade relatada em organizar e conciliar encontros e reuniões, geralmente, as ideias e ações pensadas são subdivididas em grupos com a finalidade de facilitar o detalhamento de tarefas e alocar responsabilidades. Além dessa estratégia de fracionar o Conselho em conjuntos menores, os agentes adotam a votação para as decisões finais. Nas entrelinhas de seus discursos é possível identificar uma ênfase em expor que as propostas e planejamentos são resultantes da participação de todos os representantes do CoMCiTI, destacando-se falas como: “a gente leva pra o grupo maior é muito mais para validar”, “trazer para o Conselho aprovar”, “tem sido muito democrático todo o processo”, “sempre é de forma muito democrática e participativa”, e, “a gente vai filtrando pra chegar num denominador comum”.

[...] sempre a gente divide em subgrupos, facilita muito, porque trabalhar com muitas cabeças é difícil, né, você tá aí na faculdade, se botar para cada um, cada um vai ter uma ideia diferente, e ainda vai falar mal da ideia do outro. Então, quanto você divide em subgrupo, fica para que esse grupo tenha a missão de trazer esse tema já exaurido de discussão. Quando a gente leva pra o grupo maior é muito mais para validar e discutir pontos: “ah, isso aqui tá azul, podia ser vermelho no contexto”, coisas pontuais, dentro do contexto da ideia geral. (Entrevistado 10).

[...] teve um caso que foi o da Transformação Digital que se desenvolveu um nome. A gente faz grupos de trabalho, né, para acelerar, porque o Conselho é muito grande, pra você conseguir reunir todo mundo para ter ideias, é melhor você criar grupos pequenos, gerar as ideias e trazer para o Conselho aprovar, né? E aí esse grupo fez o trabalho, eu também fiz parte da equipe que montou as ideias, pra gente era sensacional, tudo tava ótimo, mas quando levou para grande parte do Conselho, muitos atores viram problemas. E eu acho que a gente soube lidar com isso com maturidade, ouvindo porque ninguém tá ali à toa, cada pessoa tá ali como membro do Conselho porque tem a sua parcela de contribuição, eu acho isso importante, tem as suas habilidades e competências, tem currículo para tá ali e foram ouvidas. E inclusive, o nome que foi dado, foi tirado porque alguns membros do Conselho apontaram que não tava legal, e aí a gente, eu acho que o mecanismo de saber ouvir, colocar bons argumentos e pensar no que é melhor para cidade. (Entrevistado 5).

A gente criou um tipo de votação, tá, e aí claro, você tem que ter um quórum mínimo, e no final da história, quem teve a maior votação vai executar a ideia, entendeu? Eu acho que é bem democrático nessa perspectiva, porque se for entrar num consenso único, é muito difícil, então, vai tudo para votação [...]. São muitos debates, tá? São muitos debates e pontos de vista, e aí a gente bate muito nessa questão de quem é que vai debater o quê, e quem é que vai ter pontos positivos e negativos? E aí, naturalmente, quem tem uma melhor narrativa, entendimento. Que a gente percebe o quê... muitas pessoas discordam por falta de conhecimento, [silencia] e aí quem tá propondo aquela ideia, cabe a ele ter um bom conhecimento pra tentar convencer, na maioria das vezes, se convence, entendeu? Mas, às vezes, não, o grande grupo teve ideias que eu achei que era massa, e o cara disse que não, e não rodou, entendeu? Acontece [sorrindo]. (Entrevistado 2).

Em relação à estratégia de formar subgrupos, os discursos permitem deduzir que nem todos os agentes do CoMCiTI expressam satisfação com tais divisões, relatando que notam a existência de “panelinhas”, de grupos que agem nos bastidores, decidindo as ações e projetos a serem realizados na cidade de Caruaru. É nesses arranjos informais que a perspectiva interacional das instituições está centrada, entendendo que as ações são provenientes de articulações e relações de confiança, ou de disputa, entre outros aspectos (GLÜCKER; BATHELT, 2017). Desse modo, é algo a que os partícipes do Conselho devem atentar para contribuir com ações mais assertivas para o sistema de inovação que eles buscam construir em Caruaru.

Olha, como eu te falei, a gente teve poucas ações juntos, né, então, o modo como a gente conseguiu identificar a forma de solucionar conflitos identificados foi vencer a política. Então, assim, o que antes eu, a gente vai ter uma reunião aqui, e aí antes de eu chegar para falar nós três aqui, eu já chegava com o programa, então, quando o Transforma surgiu, a gente chegou com o Transforma, eu até brinco que a gente fez um “Conselhinho”, sabe, que é as instituições que realmente tavam na prática: “olha, segunda-feira é isso”, e segunda-feira entregava, sabe? A gente fez um Conselhinho, é uma maneira de burlar que a curto prazo resolve, mas, a médio e longo prazo é um problema de novo, porque aí fica parecendo que: “pô, vocês trabalham juntos, não envolvem minha instituição”, sabe, mas a curto prazo a gente identificou as pessoas que eram os atores mais práticos e botou para ação. (Entrevistado 1).

No Conselho, [...] acaba que tem pouco consenso, geralmente é: “quem aqui discorda?”, nem todo mundo se sente à vontade de falar no Conselho que discorda daquela ideia, porque você ao mesmo tempo, você pode discordar: “mas será que eu tenho embasamento ideal para discordar? Será que eu me sinto seguro para falar? Será que eu não entendi errado e vou falar besteira perante as referências que estão aqui?”. Então, ter um consenso, a gente dificilmente, a gente, eu acredito que a gente tem um consenso, mas, no ambiente como esse quando tem a falta de consenso, geralmente se acaba em votação. Eu consigo conversar sobre o consenso com as pessoas mais próximas, que eu tenho interação, certo? Mas nem sempre eu levanto a mão para falar que eu discordo, entendesse? Às vezes, eu levanto, às vezes não, quando você discorda muito de um grupo, você acaba sendo visualizado, vê que estranho, né? [maior entonação] Vê que coisa tosca, [...] no Conselho agora, eu acho que eu vou discordar, sempre que eu discordar, eu vou levantar minha mão, certo? Eu tenho que dar minha opinião, se eu não... se eu não der minha opinião de forma clara, ou alguém falar para mim claramente qual é a sua ideia e eu concordar, certo? Não tem para que eu tá no Conselho, certo? Então, eu aprendi um pouco que eu tenho que falar mais, mesmo que discorde, tá, mesmo que a pessoa do meu lado vá achar ruim. Então, ela levanta a mão e discorda de mim também, certo? Mas, o Conselho tá muito no nível da política de boa vizinhança, que tem que ter, mas, até que ponto você vai discordar do seu vizinho ou você vai concordar com ele por causa da política da boa vizinhança? Então, acaba muito em votação. [...] eu gosto muito de trabalhar em bastidores, sabe? Então, eu acho que uma articulação você não se faz falando em público, você faz convencendo as pessoas, em uma reunião, eu não vou conseguir convencer você mostrando por A mais B, detalhando ao meu pensamento, mas se a gente depois for tomar um café, eu vou de maneira legal mostrar para você por A mais B que aquele cenário que se tomou na reunião, ele pode ir pra um caminho errado, certo? (Entrevistado 4).

[...] eu acho que eu sou um pouco até ausente de determinadas discussões porque eu sou muito daquela coisa de focalizar energias, entende? Então, quando eu vou ter uma

pauta, ou alguma coisa que eu consigo, de fato, contribuir, aí eu assumo, eu abraço, de fato, mas quando tem outras pautas que eu vejo que tem outras pessoas que são mais importantes, eu até fico acompanhando fora, mas é isso. (Entrevistado 12).

Assim, dentro do Conselho, existem aqueles que são mais achegados, que já trabalham, que isso ou aquilo outro. Eu, por tá vindo de fora e quase ninguém me conhecer, alguns que conhecem, então, assim, a forma de relacionamento, isso e aquilo outro é só com o tempo, é a vivência mesmo, é as reuniões presenciais, mas existem alguns grupos que a gente chama aquelas “panelinhas”, né, que até em escola sempre tem aqueles grupinhos que já são mais afinados, já estão mais entrosados, vamos dizer assim. Então, geralmente: “ah, vamos dividir em grupos”, então, já chamam: “A vai pra ali, B vai pra ali”, então assim, existe, mas que não, pela minha visão, não interfere ou não tem, assim, puxado para beneficiar A ou B. Existe a questão de panelinhas por questão de afinidade, mas para pensar em ações para o Conselho. (Entrevistado 15).

Ao relatarem a existência de subgrupos dentro do Conselho, outro aspecto manifestado nos discursos dos sujeitos entrevistados foi uma inquietação a respeito da possibilidade de haver liderança hegemônica individual, ou grupal, ou de determinada esfera – econômica, educacional ou governamental – representada.

Eu não diria hegemonia, mas, assim, é como se a gente tivesse sendo liderado pelo poder público. Ok, funciona, não é querendo dizer que não funciona essa liderança ou não, sabe? É massa ter alguém que tá realmente tomando as iniciativas e puxando, isso é extremamente importante, né? Só que, às vezes, causa esse entendimento dessa hierarquização, porque se alguma outra pessoa for lá puxar alguma coisa, pode ser que essa outra frente não se sinta bem com isso, sabe? Isso mostra que, tipo: “não, vamos fazer por aqui, então, é por aqui”, beleza, tem um direcionamento, mas eu acredito que a gente poderia ser melhor mediado com relação a isso. (Entrevistado 11).

[...] eu entendo que por questões burocráticas o poder municipal ele tá bem mais presente do que outros poderes, mas não entendo isso como sendo um problema, ainda não se apresentou como um problema, sabe, até mesmo porque o poder municipal, hoje, ele tá muito focado no desenvolvimento do ecossistema [...]. Eu acho mais que é como quem, de fato, deu esse pontapé inicial, quem, de fato, construiu, está construindo aí, tá no momento certo, fazendo as atividades certas, da forma certa, eu acho que é por aí. (Entrevistado 12).

Esses discursos desnudam, ainda, mais algumas preocupações dos agentes do CoMCiTI, como em relação a concorrências, egos, vaidades, interesses próprios, posições hierárquicas dentro do grupo, que podem gerar a inibição à participação de alguns agentes. A questão de posições distintas é demonstrada quando se fala de interesses políticos; importância de determinadas organizações na cidade, seja por tamanho ou aporte financeiro; diferenças nas faixas etárias, relacionadas a estereótipos em que quanto mais jovem, mais inovador e mais conectado às novidades e tecnologias; currículo e conhecimento intelectual; cargos ocupados, entre outros. Estes elementos podem distanciar os integrantes do Conselho e estes, de ações e

projetos que sejam mais adequados à realidade local e que possibilitem olhar as situações de várias perspectivas, ao se privilegiar a opinião de apenas alguns dos partícipes.

[...] só que quando tu une o Conselho, tu coloca dois pontos em consideração: são instituições e outro, são instituições [busca enfatizar a existência de interesses organizacionais] [...] que são concorrentes, muitas vezes, então, como é que eu vou gerar uma ação [...], sabe, junto? Não tem como, não existe essa possibilidade, porque tem um impacto de mercado, jurídico, tem impacto na comunicação [...]. Só que quando tem muita instituição, o interesse político ele sempre vai falar mais alto, e aí esse é o ponto crucial o de fomento, não dá para fomentar quando você tem interesse político. (Entrevistado 1).

Então, a gente sempre tem que defender que é a grande dificuldade é que são ações municipais, [maior entonação] apoiada por instituições. [...] às vezes tem até aquela vaidade de dizer assim: “sim, organizador é a gente, vocês são apoiadores” [com ironia]. “Quem é que vai entrar como organizador?” “Quem é que vai como...” [interrompe], aí fulaninho fala: “sim, mas quem tá dando dinheiro sou eu”, aí outro diz: “mas o espaço é o meu”. Tu tá entendendo? Então, tentar mudar o pessoal, para dizer: “pessoal, se Caruaru cresce na inovação, ganha todo mundo, vai vir mais empresas pra cá, vão vir mais clientes, vão vir mais alunos, todo mundo ganha com isso, entendeu? Então, eu acho que o maior desafio do Conselho é exatamente isso, é que todo mundo esteja na mesma sinergia, para que evite que instituições isoladas queiram ter o protagonismo da situação, entendeu? (Entrevistado 2).

Eu espero que como alguém jovem, que está tentando construir algo, que não tem algo tão robusto, mas está trabalhando pra construir, e que com base nessa juventude também, mas com base nessa experiência construída, eu posso, às vezes, ter um pensamento de fora da caixa, no sentido, como tem instituições aí muito antigas lá, né? [...]. Então, são instituições antigas que têm, obviamente, uma relevância incrível, porque, assim, né, eles são muito importantes pra cidade. Mas, todo mundo precisa, realmente, às vezes, um *insight* de fora, né, uma ideia de alguém de outro ambiente que possa contribuir, às vezes, é uma fala, às vezes, é um pensamento um pouco diferente que muda a forma como a coisa ia seguir. E eu também, ao poder conviver com esses grandes agentes, eu também aprendo muito, né, eles já fizeram, eu tô fazendo. Então, eu também aprendo e mudo na minha empresa, no meu dia-a-dia o que eu faço e eu espero que eles enxerguem que por ser jovem, ser novo nisso, eu possa contribuir com uma mudança no *status quo*, vamos dizer assim, do que eles já fazem. (Entrevistado 6).

Colocar pessoas que têm perspectivas diferentes, que têm ideias diferentes, ou culturas diferentes para trabalhar juntos, tá? Pessoas que teoricamente são referências nas suas instituições, certo? Como é que você coloca 17 pessoas que são referências nas suas instituições para trabalhar junto?! Aí, isso é uma grande barreira também, você fazer com que as pessoas que geralmente são ouvidas, também ouvirem, e concordarem, e dizerem: “não, eu faço, se não foi ideia minha, eu faço”, isso é muito complexo, certo? Então, colocar esse grupo para trabalhar já é um desafio muito grande, certo? [...]. [maior entonação]. Será que esse cara conhece as pessoas, os outros integrantes? Será que ele conhece Caruaru? Será que ele é influente em Caruaru? Certo? Ah, teve lá um representante [...], será que esse cara é articulado? O que ele fala, geralmente, a turma respeita, tá? O representante do governo, [...] o que ele fala com todo mundo, o que ele fala tem peso? Será que o peso dele é maior ou menor do que o meu? Um empresário que é dono de um negócio aqui, de metade de Caruaru, tem alguns empresários lá, tem alguns que são donos de metade de Caruaru, certo? Será que quando ele fala pesa mais do que eu [...]? [...] eu escuto mais no Conselho e falo menos no Conselho [...]. Então, tem sim, eu não vou falar nomes, certo? Mas, você pegar cada instituição e cada representante e perguntar, será que ele independente de Conselho, ele é respeitado? O que ele fala, a turma escuta? Quantas pessoas aquela instituição representa? Certo? Será que ele é objetivo? Será que o que ele fala, geralmente acontece? Será que ele é prolixo demais e a turma já perde o respeito,

certo? Então, assim, tem vários fatores, tá, mas, de fato, tem sim pessoas que a fala se torna muito mais importante do que a fala de outros. (Entrevistado 4).

É possível apreender um reforço dessas distinções que emergem no agrupamento analisado, quando alguns sujeitos entrevistados apresentam discursos que parecem persuadir a respeito da predominância de harmonia entre os agentes do Conselho, demonstrando um esforço para generalizar os seus objetivos. Assim como mencionado no tópico 5.4, os agentes se empenham em expor uma construção pacífica do Conselho, enfatizando diálogos, reflexões e união dos agentes na elaboração de ideias. Percebe-se, em seus relatos, que alguns se revelam incoerentes destacando as diferenças, contudo, ressaltando que há um objetivo único por parte de todos os agentes do CoMCiTI. Nesse sentido, é razoável supor que alguns discursos podem estar perscrutando esconder conflitos, dissensos e/ou agentes que possam estar privilegiando seus interesses particulares em detrimento dos municipais.

Ah espero que como uma pessoa que tenta agregar, né, acredito, como todo mundo lá se dá bem, lógico que cada um pensa diferente, nem todo mundo, não somos iguais, somos diferentes. Mas, acredito que tá todo mundo trabalhando com um objetivo só. (Entrevistado 10).

Porque no final das contas todo mundo tem o mesmo interesse, a gente quer fortalecer o ecossistema, mas a gente, a gente só não tava junto, a gente só não fazia, a gente só não tinha um planejamento organizado. Não existia um planejamento, né, não existiam regras, não existia planejamento, não existia! Todo mundo acaba meio que fazendo o seu esforço, mas era de forma isolada, se a gente se junta, se a gente tem um regimento, se a gente se organiza, a gente tende a fazer um negócio muito mais forte, muito mais consistente, entendesse? [...] Então, eu acho que os atores a gente já tinha, eles trabalhavam de forma individual, o Conselho vem para unir todos esses atores pra que a gente fale uma palavra só, né, que a gente dentro, óbvio, que dentro do objetivo do Conselho em relação ao município. Mas agora, que a ideia é que a gente dialogue e a gente construa um caminho em conjunto, um caminho único, né? (Entrevistado 3).

Olha, eu acho que o que facilita é que vejo um interesse em comum e não vejo vaidade dentro do grupo, as pessoas estão ali de forma espontânea, colaborando e sem ter a vaidade de aparecer, de ser melhor um do que o outro, então, eu acho que isso é uma coisa que ajuda bastante. Uma discussão muito aberta das ideias sem querer que a sua ideia, especificamente, prevaleça, que prevaleça o que for melhor para cidade, eu acho que isso é muito positivo [...]. Assim, eu, em todas as vezes que eu me posicionei dentro do Conselho, eu acho que fui ouvido com respeito, teve momentos que eu dei uma opinião e que colocaram uma opinião divergente da minha, e eu até entendi os argumentos, né? E assim, foi super tranquilo, eu acho que tô fazendo meu papel direito, estou respeitando as pessoas que estão lá dentro e também tô sendo respeitado [...]. Olha, eu acho que o principal tem sido isso: de ouvir, né, e respeitar a opinião do outro. [...]. Eu acho que a sinceridade e a falta de vaidade dentro do grupo, eu acho que tem ajudado. (Entrevistado 14).

[...] olha, a gente tem um convívio muito bom, eu fico, assim, calado porque quando eu falo chega o coração bate forte, porque você tem que respeitar aquelas pessoas que estão no Conselho, sabe? Assim, tem muita gente muito legal assim. Então, eu realmente nunca tive, na verdade, nós como um Conselho nunca tivemos problemas com nenhum membro, claro, a gente não concorda com tudo, isso é normal, isso é ótimo. A divergência e a diferença também desenvolvem, a gente não pode estar num

lugar só que as pessoas pensam iguais, e se, logo, a gente tá num ambiente que tem várias hélices que pensam diferente, as divergências são normais e são naturais, sabe? Mas, nunca teve uma grande diferença, e como eu falei, eu me sinto ali no lugar onde eu vejo pessoas que são capazes de mudar a realidade local e, assim, atritos, diferença nenhuma, não percebi. (Entrevistado 5).

Ele pode até já vir com algo pensado, mas quando entra dentro do Conselho, é quebrado isso, porque quando começa a vir as opiniões dos demais, aí começam as discussões, né? Então, aquele ponto de vista ali, outro já dá uma opinião, aí ele já cede um pouco: “é, nesse caso, essa sua temática aqui favorece mais porque engloba mais o conteúdo”, então, assim, pode até existir [referindo-se a existência de hegemonia e controle nas decisões], mas quando chega dentro do Conselho, quando começa a ter os debates, aí tem que ser essa questão do flexível. Porque, assim, quando tem várias mentes pensando em ajudar todo o ecossistema, vamos dizer assim, então, isso tem que ser bem planejado, como eu disse, para que não venha beneficiar A ou B. Todos têm que contribuir para ajudar o maior número de pessoas possível. (Entrevistado 15).

Esse engajamento em equalizar os interesses e objetivos, presente nos discursos de alguns agentes do CoMCiTI, pode encobrir que os diferentes sujeitos podem ter razões distintas para participar do Conselho, como *status*, oportunidade de divulgar seu trabalho ou sua marca, de fazer *networking*, de demonstrar seu conhecimento, entre outros. Com abordado por Bathelt e Glücker (2011; 2014) e Glücker e Bathelt (2017), na perspectiva relacional, na formação de instituições, defende-se que os indivíduos são sociais, não atomísticos e imprevisíveis, então, diferentes motivações podem estar movendo os agentes a estar no Conselho e a atuar em prol da ciência, tecnologia e inovação no município de Caruaru.

Em relação às ações contingenciais, os discursos dos agentes estiveram centrados mais nas relações do Conselho. Apenas o entrevistado 15 trouxe um desvio de conduta dos empreendedores locais, mais especificamente, ao falar a respeito dos feirantes que continuaram seus negócios mesmo em época de pandemia - na qual foi fechado o espaço reservado para negociarem. Os feirantes passaram a vender nas ruas, mesmo indo contra a normativa do poder público estabelecida naquele momento. O entrevistado traz a ideia de que os comerciantes da região trabalham com improviso, inovando e burlando regras, se necessário, em busca de sobrevivência, remetendo a algumas características tratadas na seção 5.3 de que os caruaruenses são empreendedores natos (tomam a iniciativa de abrir um negócio) e que possuem uma alta taxa de informalidade em seus empreendimentos. Aqui, reforça-se que a desobediência a esta regra pode acontecer devido a existência de um cenário de desigualdade social, em que os negociantes locais apresentam, como pontuado anteriormente, um perfil de baixa escolaridade, com ausência de qualificação, empreendendo em pequenas organizações informais formadas por familiares (TORRES; SILVA, 2014; SÁ; MATTOS, 2016), desse modo, contrariando a normativa imposta por necessidade.

Aqui na região, vamos dizer assim, os empreendedores de Caruaru, eles inovam bastante, então, assim, vem adversidade, veio a pandemia, mas eles não deixaram de vender. Começaram fabricar máscaras, começaram a arrumar alguma solução para vender, não deixar de atender os seus clientes, ou seja, a feira não podia ser aberta, mas ele estava em torno ali da feira e dentro dos próprios carros, eles faziam a entrega da mercadoria, entendeu? Então, assim, mesmo que o poder público tenha interferido nesse processo, o empreendedor ele sempre vai arrumar uma forma de negociar. (Entrevistado 15).

Ainda em relação ao contexto caruaruense, alguns agentes expuseram reflexões que podem indicar possíveis contingências nas ações a serem executadas: preocupação com uma certa perseguição em imitar ações e resultados de outras regiões; e, apreensão por haver uma ênfase apenas na cidade de Caruaru, que pode deixar de lado possíveis parcerias com outras cidades e um desenvolvimento conjunto de várias regiões.

[...] o Conselho, a gente teve três reuniões com especialistas de grande impacto para inovação, [...] e todos os três falaram sobre quais as grandes ações que o Conselho pode gerar em Caruaru nos próximos anos, mas nada específico, assim, o meu principal problema que me faz ficar sem dormir, às vezes, é que as ações de políticas públicas em Caruaru, elas não são direcionadas, elas são replicadas [...]. Não se adequa, porque no contexto local, a gente tem que levar em consideração as características econômicas. Então, no caso, a APL local ou as principais APL locais, a gente tem que levar em consideração todo mundo que aplica a parte de inovação, né? Que eu tava falando os ICTs [Institutos de Ciência e Tecnologia], os grupos de pesquisa e universidades. A gente leva em consideração na parte de empreendedorismo: incubadoras, programas de empreendedorismo, de qualificação, parque tecnológico, se tem alguma política de incentivo à empresa, na área de tecnologia, enfim, se tem algum Hubb na região, sabe? Que incentiva isso, que é algo que infelizmente, assim, não tem especificamente para cá. (Entrevistado 1).

Então, muitas vezes, você pega um comerciante de Cumaru, de Riacho das Almas e ensina o cara a fazer um catálogo em PDF, e mandar a lista de transmissão, e ele diz: “caramba, que massa” [maior entonação], pra ele foi inovador, entendeu? Eu acho que essa que a perspectiva que muita gente que trabalha com inovação não entende, porque o cara fica tão bitolado com mercado como Florianópolis, São Paulo, [...] só que ainda tá muito distante daquele pequeno comércio, entendeu? Então, eu acho que a inovação ela é sim, de fato, uma capacidade de inovar e criar algo, ou adaptar, mas dentro de uma perspectiva, não querer inovar diante de um cenário genérico. É isso que, muitas vezes, a gente erra né, a gente acha que inovação é sempre olhando pra fora, pra uma empresa norteamericana, uma empresa em São Paulo e quer replicar isso aqui, que é um grande problema inclusive quando a gente trabalha em ecossistemas, né? Recife é totalmente diferente de Caruaru, não dá para eu pegar um programa de Recife, dar Ctrl+c e dar Ctrl+v, não vai rodar, porque a cultura é diferente! (Entrevistado 2).

Olha, eu acho que foi uma iniciativa importante criar o Conselho, acho que, vamos assim... é um preparativo das diversas reuniões que já tivemos de como a gente poderia se articular para efetivamente conseguir desenvolver a região de uma forma criativa e inovadora, e não simplesmente copiar outras experiências bem sucedidas. Que, para mim, ficou claro nas apresentações que a gente teve que se for exatamente copiar, vai dar errado [sorrindo]. Então, é muito desafiador lançar estratégias daqui para frente, e eu acho que o Conselho pode dar uma contribuição muito boa nesse sentido, de direcionar uma estratégia de inovação que a cidade possa trabalhar por vários anos na frente. (Entrevistado 14).

Como já mencionado, a questão de reproduzir *cases* de sucesso, formas de gestão e investimentos em inovação que deram certo pelos comerciantes do contexto de Caruaru, é algo já abordado na pesquisa de Torres e Silva (2014). Acrescenta-se no presente estudo, por meio do espectro contingencial no contexto dos sujeitos entrevistados, que a cópia pode se constituir em desacordos no próprio CoMCiTI, caso os agentes deem ideias baseadas em outras localidades; ou, e principalmente, em não aceitação ou adaptação pelos negócios caruaruenses de aplicações que foram adequadas a outros contextos culturais. Por isso, a importância em se olhar os modos e condutas compartilhados pelo empresariado local, que interligam formas própria de gerir seus negócios de herança histórica e métodos de gestão aceitos pelo mercado globalizado (SÁ; MATTOS, 2016; SÁ, 2019), e atuar em conformidade.

Como refletido por Bathelt e Glücker (2014) e Glücker (2020), os significados compartilhados retratam o que se constrói coletivamente em determinado contexto, em que os agentes recorrem mutuamente a crenças e expectativas partilhadas, assim, nem todo investimento em inovação e/ou políticas nesse sentido que favoreceram outros contextos darão certo. Nesse sentido, de acordo com as análises empreendidas, os discursos de se basear e replicar *cases* de sucesso, a exemplo do Vale do Silício ou do Porto Digital em Recife não asseguram a adequação e êxito local. Os autores também adicionam, que acontecimentos pré-existentes não possuem necessariamente efeitos idênticos, pois outros contextos e condições singulares estarão presentes.

Ademais, como visto anteriormente, alguns agentes do CoMCiTI possuem um olhar não local às ações a serem implementadas, criticando uma superterritorialização nos projetos pretendidos, em conformidade com Rallet e Torre (2017). Desse modo, pode-se apreender mais alguns indicadores nos discursos explicitados, em que conforme o Conselho for desenvolvendo suas atividades, esse relevo local pode gerar possíveis conflitos no agrupamento do CoMCiTI, e/ou, maiormente, fazer perder oportunidades de maior amplitude e alcance no contexto inovativo. Ou seja, pontua-se ser relevante olhar às idiosincrasias do contexto, mas também, abrir-se a trocas e relações não locais, por uma perspectiva mais dinâmica da inovação.

Então, assim, o Conselho é essa junção de instituições que entram em conflito eterno, por uma questão chamada “egossistema” [em tom de brincadeira, mas como que constatando sua opinião], tá? Eu faço parte do Conselho, mas é uma questão chamada “egossistema”, é aonde o ego institucional ele é maior que o impacto que você quer causar na região. Exemplo: quando a gente criou o Transforma, eu fiz: “velho, Transforma é um programa para empreendedores do interior de Pernambuco”, mas no final, a gente não conseguiu, a gente teve que colocar ele num programa de empreendedores de Caruaru [...]. Mas se tem dona Maria, se tem seu Zé que não mora em Caruaru, mas ele precisa daquilo, eu vou falar que não só porque ele não é de Caruaru? (Entrevistado 1).

Na minha opinião, o Conselho ele deve existir pra pensar a médio e longo prazo sobre a inovação de uma forma geral na cidade, não só na cidade, como em todo o estado e também pensar no Brasil e no mundo: Como essa inovação vai trazer resultado e impacto econômico pra o município? Então, basicamente, o Conselho ele pensa essas estratégias desde a educação básica até a superior, interligando todos os pontos, né, para fazer com que esse Conselho analise essas situações e coloque as pautas. [...] a gente não deve pensar só nas políticas públicas para mudar o município e sim para mudar o mundo [...]. Ou seja, se ela for boa para o mundo, vai ser boa para o município e através de Caruaru ela pode ser vendida para o mundo, não é apenas o comércio local que vai ser favorecido. Ou seja, o sulanqueiro, por exemplo, ele deixa de vender apenas na região aqui e começa a vender para todo o Brasil, começa existir uma amplitude maior, ou seja, vamos colocar aí em números, digamos que você tenha um raio aí de uma população de 10 milhões de habitantes, você passa aí ter um raio de 300 milhões de habitantes para você vender mais. Então, você aumentou seu leque, né? [...]. Então, assim, é pensar de todas as formas em como ajudar a melhorar os processos dos empresários não só de confecção, não só do setor têxtil, né? Mas aí em ajudar a maior parte dos empresários locais com que eles tenham uma visão de amplitude, né, que eles possam vender para o mundo. (Entrevistado 15).

Outro aspecto que pode sustentar as inferências explanadas no tocante à dimensão contingencial diz respeito aos relatos trazidos pelos sujeitos entrevistados, quando perguntados sobre sentimento de representação e percepção de carência de outras representações no Conselho.

Não mais, [...], a gente tem que mover comunidade, então, eu preciso te ouvir, eu preciso entender o que tu conhece como Conselho, eu preciso entender o que dona Maria entende como Conselho. [...]. A comunidade, ela não tem uma representatividade no Conselho, esse é um ponto crucial, um ponto crucial que eu aperto muito nessa tecla. Porque a comunidade é quem diz: “olha, isso aí que vocês estão fazendo tem impacto não”, e aí quando a gente gera ações sem ouvir a comunidade, a gente gera ações com muita energia e pouco valor. (Entrevistado 1).

Eu acho que é importante, também, se comunicar com outros agentes que têm na cidade e com outras agentes que têm no Estado, no Brasil, e fora do Brasil, para realmente a gente trazer outras experiências e outras visões e estratégias, né? [...] todo mundo tem ideias, né, todo mundo tem, com certeza, pessoas bem melhores do que eu aqui na cidade, que infelizmente não vão ser nem ouvidas, infelizmente. Então, como ouvir, também, essas pessoas? Eu sou uma pessoa... beleza, alguém considerou que eu tenho algo a dizer, mas, com certeza existem várias pessoas aqui no meio dos 300 mil habitantes e no meio dos milhões de habitantes do Agreste que podem contribuir, também, com ideias até melhores que as minhas, visões melhores. Mas, às vezes, não vão ter essa oportunidade [...]. (Entrevistado 6).

Eu acho que, ainda, é pouca a representação do empresariado, eu acho que principalmente os empresários do setor, não é nem do setor de tecnologia, mas, eu acho que empresários que poderiam... eu acho que a iniciativa privada ainda é pouco representada. (Entrevistado 7).

[...] não tem ninguém de artesanato dentro do Conselho. Então, se você pegar, parar pra analisar, né, Caruaru, o Alto do Moura tem uma força! Você não tem ninguém, diretamente, você tem empresa, mas não tem uma empresa de moda dentro do Conselho [...]. (Entrevistado 2).

Então, eu acho que a gente consegue um dinamismo maior nas ações do Conselho, se a gente começar a escutar cada um no mesmo nível que escuta aqueles que têm maior representação, aqueles mais influentes, certo? Porque a gente está com 17 instituições,

justamente, para ter uma capilaridade maior, e se a gente ignora essa capilaridade, a gente tende a trabalhar sempre no mesmo nicho, a gente não vai buscar ideias diferentes, a gente não vai buscar ações concretas que impactam a quem precisa, tá? Então, eu acho que a gente consegue ter um dinamismo maior se a gente começar a ouvir mais as pessoas, principalmente, as pessoas mais novas, pessoas que a gente não conhece, para gente, de alguma maneira, buscar ações mais relevantes. (Entrevistado 4).

Dentre as representações ausentes, na percepção de alguns entrevistados foram citados a comunidade, agentes de outras cidades e regiões do Brasil, a população caruaruense, empreendedores de diferentes setores (como o de artesanato, que faz parte da cultura do município). Está permeado nesses discursos que a participação dessas representações pode contribuir com um melhor alinhamento das ações do Conselho para a cidade de Caruaru, e ao mesmo tempo, essas outras representações podem manifestar interesses distintos - por exemplo, a comunidade pode demandar inovações com ênfase em saúde ou infraestrutura, empreendedores de diversas áreas podem requerer ideias voltadas a investimentos em seus respectivos mercados, agentes não locais podem evocar parcerias tecnológicas, governamentais ou educacionais – que podem não constituir os interesses dos agentes do Conselho.

Apesar de implícito em suas compreensões, o raciocínio de articular as mais diversas representações vai ao encontro do conceito de instituições pela perspectiva relacional, que argumenta a essência de se atentar ao contexto, às circunstâncias e contingências presentes nas ações e interações sociais, ou seja, às operações daqueles que movimentam e conformam o ambiente para a construção de um sistema de inovação local (GLÜCKER; BATHELT, 2017). Nesse sentido, será que outras representações contribuiriam com pontos de vista mais assertivos à realidade caruaruense?

O espectro contingencial na perspectiva relacional é o que coloca em destaque o quesito agência, seja ela individual, ou coletiva; é aquele que com atenção ao contexto de características e cultura específicas e às dependentes circunstanciais dispostas nas condições e acontecimentos históricos permite que se apreendam as subjacências presentes nas ações e interações sociais, contribuindo com políticas e aproximações mais assertivas e que favoreçam ao desenvolvimento da inovação local.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como intento analisar, pela perspectiva relacional, como se configura o contexto institucional no qual se insere o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Caruaru-PE (CoMCI TI) para a inovação local. As instituições, pela lente relacional, refletem as ações e interações sociais que se estabelecem na dinâmica de um contexto espaço-temporal. E, elas podem ser compreendidas a partir de três proposições: contexto, circunstâncias e contingências (BATHELT; GLÜCKER, 2011; 2014; GLÜCKER; BATHELT, 2017).

Ao início das análises, ao buscar caracterizar os sujeitos entrevistados, observou-se uma diferença no perfil dos agentes do Conselho e dos empreendedores locais, remetendo a indagações sobre de onde partem os discursos a respeito da inovação local. Nesse questionamento, a partir da teoria que embasou esta pesquisa, constatou-se que no contexto pesquisado o termo instituições é compreendido, principalmente, como equivalente a organizações, ou como regras, leis e normas, partindo de uma ênfase macro. Os textos dos agentes pesquisados levam ao entendimento de que os mesmos foram escolhidos de acordo com as organizações nas quais trabalham e com os cargos e posições que ocupam, e, que enfatizam a utilização de estratégias *top-down*, as quais podem excluir algumas representações dos negócios locais, privilegiar determinados interesses e gerar imprecisão na realização de ações planejadas no tocante à inovação. Constatou-se, assim, que no campo pesquisado, o entendimento das operações tem sido centrado nas organizações e normativas e não nas ações e interações sociais que acontecem, por uma perspectiva micro como arguido na abordagem relacional.

Em relação à dimensão contextual, algumas características a respeito da cultura e dos negócios caruaruenses se sobressaíram na visão dos sujeitos entrevistados, como: iniciativa empreendedora, sobretudo, nas áreas de confecção e de feira; resistência do empresariado local para com mudanças e inovação, ao mesmo tempo em que apresentam imediatismo quanto a resultados e retorno financeiro; baixa adesão digital; diferentes níveis de maturidade das organizações em relação a tamanho, faturamento e aderência à inovação; alta taxa de informalidade; predominância de negócios familiares; conduta de copiar ações, formas de gestão e investimentos que deram certo; disponibilidade de diferentes áreas de formação, porém, poucas oportunidades de trabalho em tais áreas, decorrendo no deslocamento das pessoas para outras cidades, ou, permanência no município com enfoque laboral na área comercial, distanciando-se de suas formações.

Nesse sentido, verificou-se que os agentes do CoMCiTI possuem expectativas para gerar algumas transformações no cenário de negócios de Caruaru e, mais, especificamente, no comportamento dos empreendedores do município e na forma como estes administram seus negócios. Todavia, observou-se, também, uma carência de estabelecer e fortalecer alguns relacionamentos, a exemplo do Conselho com os comerciantes locais, para propor e realizar ações mais assertivas e adequadas ao contexto local, questionando-se se os interesses dos agentes do Conselho refletem as condições e expectativas dos agentes em uma escala micro, notando-se um reforço a esta análise na constatação de diferença de perfis até mesmo na linguagem que empregam, em que os agentes do CoMCiTI se utilizam de termos específicos de suas profissões, que não pertencem ao vocabulário de senso comum; dos próprios agentes do CoMCiTI, no intuito de alinhar e ampliar as oportunidades ao se trabalhar em conjunto; e, das empresas com as universidades, com a finalidade de gerar oportunidades de trabalho lincadas, e, que favoreçam a permanência das pessoas na cidade. A forma tímida com que essas articulações acontecem pode significar um prejuízo na realidade interativa para inovação local.

No campo circunstancial, viu-se que diversos movimentos que ocorreram ao longo do tempo têm levado os agentes da cidade a buscar construir um ambiente de inovação local. Desde o investimento em cursos universitários voltados à computação e tecnologia em meados da primeira década de 2000, à reunião de várias pessoas e representações organizacionais, de 2016 a 2018, no Movimento Polo Caruaru e no Movimento Tapioca Valley, somados à implantação de ambientes físicos voltados à inovação, a exemplo do Armazém da Criatividade, no ano de 2016. Sendo o CoMCiTI resultante de várias interações informais e articulações formais que foram acontecendo nos anos que antecederam sua concretização. Apesar da soma de competências enfatizada no discurso de formação do Conselho, verificou-se que apenas determinados agentes e organizações foram selecionados, e como visto, estes já participavam de eventos análogos e possuíam expectativas em comum. Assim, reforça-se o questionamento sobre se as expectativas deste grupo correspondem aos anseios de uma maior abrangência de agentes locais e se exprimem as ações e interações que acontecem nos negócios caruaruenses.

Por meio da lente circunstancial, atentou-se, ainda, às ações que vêm sendo realizadas e modificadas de acordo com as condições situacionais na trajetória dos agentes do Conselho. Percebeu-se que até o momento, a ação que alcançou alguns empreendedores locais não pertencentes ao CoMCiTI foi o programa Transformação Digital, surgido na época da pandemia do covid-19 com a finalidade de ajudar os comerciantes locais com conteúdo de vendas *online*. E, para os partícipes do CoMCiTI, houve a realização de cursos e palestras com convidados considerados referências na temática de inovação. Além disso, o Conselho planejou

um evento denominado Inova Caruaru, que não ocorreu devido à pandemia. Ele possuía o propósito de reunir empresários, educadores, agentes governamentais e interessados em conhecer o CoMCiTI e o ambiente de inovação que os agentes locais se esforçam para construir em Caruaru, por uma perspectiva mais aberta da inovação.

Diante do contexto histórico e do caminho que está sendo trilhado, notou-se, ainda, que os agentes do Conselho têm desenvolvido algumas expectativas em relação a sua atuação no contexto caruaruense. Estas, envolvem a preocupação com o agrupamento do Conselho, para que os agentes enfatizem os interesses em prol da cidade (municipais), ao invés dos interesses pessoais, organizacionais ou setoriais, diante dos quais os agentes entrevistados apresentam discursos conflituosos; e, o anseio em modificar alguns aspectos da cultura dos negócios locais para desenvolver a economia e a inovação no município, pensando mais especificamente em políticas públicas com esta finalidade. Nesse sentido, observou-se que as proposições para a cidade ainda estão em um espectro com ênfase regulamentar, sendo necessária uma maior aproximação com as especificidades da realidade disposta nas ações e interações sociais da dinâmica local para que se consiga implementar a inovação em larga escala.

Nesse cenário em que as ações e interações sociais são destacadas, salientou-se o papel da agência dos sujeitos na construção do ambiente investigado, em que estes nem sempre agem em conformidade com as regras como abordado na dimensão contingencial da perspectiva relacional. Em relação ao CoMCiTI, devido a percepção de excesso de burocracia e formalidade, alguns agentes acabam optando por iniciativas de ações externas ao Conselho, individuais ou em interação com poucos agentes, e, o próprio Conselho elabora propostas e documentos mais simples que buscam facilitar a aprovação diante das instâncias pelas quais é necessário passar. Constatando-se uma lógica de ação dos partícipes do Conselho, que visa maior rapidez na realização de ações, distinta da lógica de ação burocrático-estatal, focada nos trâmites processuais.

Ainda no Conselho, as ações e propostas são divididas em subgrupos que podem contribuir para formação de “panelinhas” e de desconfiança de que determinados grupos, em detrimento de outro, estão decidindo os rumos do CoMCiTI e da cidade de Caruaru. Contudo, notou-se que os discursos dos entrevistados parecem persuadir a respeito de uma construção pacífica do Conselho e de uma relação sempre harmônica entre seus partícipes como se buscassem esconder possíveis dissensos no grupo.

Quanto ao município, identificou-se o elemento contingente na busca de sobrevivência pelos empreendedores locais, os quais empreendem, improvisam, inovam e até burlam regras para manter os seus negócios. Vê-se, novamente, a característica de alta taxa de informalidade

nos negócios da região atrelada a esta apreensão. E, percebe-se, também, que é ressaltada a característica de reproduzir o que deu certo em outras localidades, o que nem sempre garante o mesmo resultado no contexto local, permeado por trajetórias singulares.

Dessarte, os resultados sugerem que apesar de Caruaru possuir um destaque econômico e se constituir uma região central no tocante ao comércio e aos serviços ofertados em comparação com os municípios de entorno, algumas críticas e preocupações emergem nos discursos dos sujeitos entrevistados. Pelas interpretações empreendidas, verificou-se que apesar de os agentes se guiarem por uma concepção da inovação aberta, reunindo vários indivíduos e organizações, o entendimento que possuem sobre as instituições e sobre construir novas instituições ainda reside no âmago organizacional ou normativo. Em outras palavras, eles refletem e pensam estratégias e políticas no intento de impulsionar um sistema de inovação na cidade, contudo, demonstram estar distantes de uma maior amplitude de ações e interações sociais que se desenrolam no contexto dos negócios caruaruenses, o que pode acontecer devido ao pouco tempo de existência do CoMCiTI.

Isso é constatado a partir das expectativas de inovação que eles possuem para o município e das dificuldades que revelam na possibilidade de realização destas. Identificou-se que os argumentos repousam sobre desafios de comunicação com os empresários locais, estes considerados pelos agentes do CoMCiTI como fechados e resistentes a investimentos e/ou programas de inovação, conservadores em seus modos próprios de administrar, concentrados em negócios informais e limitados digitalmente. Assim, depreendendo em um distanciamento entre Conselho e comércio local, em que o primeiro busca implementar transformações, por uma perspectiva de estratégias *top-down* e o segundo, nem sempre as aceita, sendo as ações, mencionadas nas entrevistas, adotadas por pouco quantitativo de empreendedores. O que coloca em pauta a complexidade nessas relações, em que o Conselho pode ter um entendimento específico de inovação distinto da natureza das ações e interações sociais do contexto institucional local.

Em relação ao próprio Conselho, pode-se indagar sobre a disposição de ações e interações entre seus agentes. Pois, ele foi criado no intuito de unir esforços e iniciativas que aconteciam de forma isolada, todavia, os agentes expõem seguir agindo individualmente ou com poucos agentes, com ações sem conexão com o Conselho. Apesar disso, a partir dos discursos analisados, constatou-se que o Conselho é constituído por interações e que estas geram muitas ações voltadas à inovação local, mesmo que estas não estejam necessariamente ligadas aos aspectos formais, normativos e processuais requeridos no CoMCiTI.

Os discursos apontam que os agentes locais ainda são pouco ou fracamente conectados ao empresariado local, e que, por enquanto, não têm conseguido realizar ações com um maior alcance, não estão logrando inserir os empreendedores nos espaços de inovação existentes na cidade, nem tampouco auferindo financiamentos e recursos efetivos para a efetuação das ações pensadas. Os achados da pesquisa também invocam ser necessário uma maior observação aos processos de construção coletiva e interacional que abarque a junção e alinhamento de competências, e uma maior atenção aos diferentes graus de maturidade, tamanhos, faturamentos dos negócios locais e seus interesses. Assim, modificar instituições e imprimir maior estímulo à inovação na cidade de Caruaru, pode ser possível ao se considerar como as instituições têm emergido em sua contextualidade espaço-temporal, por uma perspectiva micro; levando em conta a perspectiva macro, ao se fomentar mais oportunidades com a finalidade de estabelecer relacionamentos.

Diante o exposto, vê-se que o presente estudo não buscou gerar resoluções para os desafios e dificuldades analisados. Contudo, perscrutou descrever e revelar elementos do contexto institucional para inovação local sob uma perspectiva relacional que ainda não havia sido estudada no campo analisado. Como é destacado por Glücker e Lenz (2016) e Glücker e Bathelt (2017), esse tipo de análise possibilita que se entenda as subjacências das relações, dispostas nas ações e interações sociais de determinado contexto, colocando em pauta indicativos para fortalecer os pontos positivos em direção à inovação e atentar aos aspectos que podem estar dificultando a construção de um sistema de inovação local. Essa compreensão institucional dá ênfase às ações e condutas específicas, oriundas das interações entre os agentes, não focando apenas nas organizações e/ou nas regulamentações.

Em relação às limitações deste estudo, pode-se mencionar que não se obteve aceitação por parte de todos os agentes do Conselho para participarem da pesquisa, devido à dificuldade de disponibilidade de horário por parte de alguns sujeitos, e, pela ausência de novas indicações para realização de entrevistas, tendo em vista que se utilizou a técnica bola de neve. Além disso, por se tratar de um agrupamento em que foram escolhidas determinadas representações, deve-se considerar que os agentes podem apresentar cautela ao expressar suas opiniões, ponderando o aspecto político, e, precaução em explicitar possíveis conflitos vivenciados. E devido à pandemia, na etapa de coleta de evidências, não foi possível empregar a técnica de observação, a partir da qual poder-se-ia verificar elementos não identificados nas entrevistas.

Tais limitações não extenuam todas as possibilidades, e podem embasar estudos futuros mais aprofundados no contexto pesquisado, e/ou, comparativos em outras regiões. Desse modo, sugere-se para futuras pesquisas a utilização de outros métodos, tanto de natureza quantitativa,

como qualitativa, utilizando-se de mais instrumentos de análises. Propõe-se também um estudo que busque captar uma maior amplitude de representações, a exemplo de famílias, negociantes locais, agentes pertencentes a movimentos populares, entre outros, que podem também impactar e contribuir na construção de um sistema de inovação local.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. **Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty**. New York: Crown Business, Random House. 2012.

ALMEIDA, G. G. F. The role of urban rankings in the construction of perception of innovation in smart cities. **International Journal of Innovation**, v. 7, n. 1, p. 119-134. 2019.

ALVARENGA, T. H. P.; RODRIGUEZ, C. M. T. Teoria institucional e sua aplicabilidade nas pesquisas relacionadas à gestão de operações. In: **VII Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção**. (Anais...) Ponta Grossa, Paraná, Brasil, 06 a 08 de dezembro, 2017.

ARMAZÉM DA CRIATIVIDADE. Quem somos. **ARMAZEM DA CRIATIVIDADE**, 2020. Disponível em: <<http://armazemdacriatividade.org/#about>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

ASCES UNITA. Quem somos. **ASCES UNITA**, 2020. Disponível em: <<https://ascес-unita.edu.br/institucional/>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CARUARU. Quem somos. **ACIC**, 2021. Disponível em: <<https://aciccaruaru.com/quem-somos/>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

BASE DE DADOS DO ESTADO. Estabelecimentos, por setor de atividades. **BDE**, 2017. Disponível em: <http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=801&Cod=3>. Acesso em: 29 mai. 2019.

BATHELT, H. et al. Innovation and Knowledge Creation: Challenges to the Field. In BATHELT et al. (eds). **The Elgar Companion to Innovation and Knowledge Creation**, Cheltenham, UK e Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, p. 1-25. 2017.

BATHELT, H.; CONSERVA, N. Globalization and Institutional Change in Italian Industrial Districts. **SPACES online**, v. 13, 2016.

BATHELT, H.; GLÜCKER, J. Resources in economic geography: from substantive concepts towards a relational perspective. **Environment and Planning A**, v. 37, p. 1545-1563. 2005.

BATHELT, H.; GLÜCKER, J. Wirtschaftsgeographie in relationaler Perspektive: Das Argument der zweiten Transition. **Geographische Zeitschrift**, v. 90, n. 1, p. 20-39. 2002.

BATHELT, H.; GLÜCKLER, J. Institutional change in economic geography. **Progress in Human Geography**, v. 38, p. 340–363. 2014.

BATHELT, H.; GLÜCKLER, J. **The Relational Economy: Geographies of Knowing and Learning**, Oxford: Oxford University Press. 2011.

BATHELT, H.; GLÜCKLER, J. Toward a relational economic geography. **Journal of Economic Geography**, v. 3, p. 117–144. 2003.

BATHELT, H.; HENN, S. National and regional innovation systems. In BATHELT et al. (eds). **The Elgar Companion to Innovation and Knowledge Creation**, Cheltenham, UK e Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, p. 457-471. 2017.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **The social construction of reality**. Garden City, NJ: Doubleday Anchor, 1967.

BÍBLIA, A. T. Provérbios. In BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

BORGES, A. F. et al. Contribuições do diálogo entre o realismo crítico e o construcionismo social para os estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 2, artigo 10, Rio de Janeiro, abr./jun., p. 391-405. 2016.

BOWRING, M. A. De/constructing theory: a look at the institutional theory that positivism built. **Journal of Management Inquiry**, v. 9, n. 3, p.258-270, 2000.

BRASIL, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. **BRASIL**, 2016. Disponível em: <[BUNDUCHI, R. et al. When innovation fails: Na institutional perspective of the \(non\) adoption of boundary spanning IT innovation. **Information & Management**, v. 52, n. 5, p. 563-576. 2015.](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13243-11-janeiro-2016-782239-publicacaooriginal-149178-pl.html#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20estabelece%20medidas,Pa%C3%ADs%2C%20nos%20termos%20dos%20arts.>. Acesso em: 07 set. 2020.</p>
</div>
<div data-bbox=)

CARUARU, Lei nº 6.007, de 28 de dezembro de 2017. **CARUARU**, 2017. Disponível em: <<http://litec.caruaru.pe.gov.br/LEI-6.007.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

CARUARU, Lei nº 6.488, de 23 de dezembro de 2019. **CARUARU**, 2019. Disponível em: <<https://caruaru.pe.gov.br/lei-no-6-488-de-23-de-dezembro-de-2019/>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CARUARU. Desenvolvimento econômico e economia criativa. **CARUARU**, 2020. Disponível em: <<https://caruaru.pe.gov.br/secretarias/desenvolvimento-economico-e-economia-criativa/>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

CARVALHO, A. D. P. et al. The role and contributions of sociological institutional theory to the socio-technical approach to innovation theory. **RAI – Revista de Administração e Inovação**, v. 14, n. 3. p. 250-259. 2017.

CASSIOLATO, J. E. et al. **Éxito y fracaso de las políticas de desarrollo productivo e innovación en Brasil**: estudios de caso de arranjos productivos locales. Texto para Discussão – RedeSist: Desenvolvimento, Inovação e Território, 2019.

CHAERKI, K. F.; RIBEIRO, G.; FERREIRA, J. M. Uma introdução à teoria institucional do ponto de vista sociológico. **Caderno de Administração**, v. 27, n. 1, jan./jun. 2019.

CHESBROUGH, H. **Open Innovation: The New Imperative for Creating and Profiting from Technology**. Harvard Business School Press: Cambridge, MA. 2003.

CHIM-MIKI, A. F.; RUIZ, T. C. D. A geografia econômica relacional e sua aplicação nos estudos de arranjos produtivos do turismo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 12, n. 2, p. 129-151. mai./ago. 2018.

CLARK, G. L. Behaviour in context. In CLARK, G. L. et al. (eds). **New Oxford Handbook of Economic Geography**, Oxford: Oxford University Press, forthcoming, 2016.

COHENDET, P.; PARMENTIER, G.; SIMON, L. Managing knowledge, creativity and innovation. In BATHELT et al. (eds). **The Elgar Companion to Innovation and Knowledge Creation**, Cheltenham, UK e Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, p. 197-214. 2017.

COHENDET, P.; SIMON, L. Concepts and models of innovation. In BATHELT et al. (eds). **The Elgar Companion to Innovation and Knowledge Creation**, Cheltenham, UK e Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, p. 33-55. 2017.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.

DA SILVA, D. O.; BAGNO, R. B.; SALERNO, M. S. Modelos para a gestão da inovação: revisão e análise da literatura. **Production**, v. 24, n. 2, p. 477-490. 2014.

DE MELO PEREIRA, F. A. A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado. **Revista Organizações em Contexto**, v. 8, n. 16, p. 275-295, jul./dez. 2012.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DE OLIVEIRA ALMEIDA GOUVEIA, T. M. et al. A Análise do Discurso na Pesquisa Acadêmica em Estratégia. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 15, n. 3, jul./set., p. 6-19, 2016.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Tapioca Valley é coisa nossa. **DIARIO DE PERNAMBUCO**, 2017. Disponível em: <<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/viver/2017/05/tapioca-valley-e-coisa-nossa.html>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 1, p. 147-160, 1983.

DOUGHERTY, D. Innovation in the practice perspective. **The Elgar companion to innovation and knowledge creation**, Cheltenham, Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, p. 138-151. 2017.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The Triple Helix--University-industry-government relations: A laboratory for knowledge based economic development. **EASST Review**, v. 14, n. 1, p. 14-19, 1995.

ETZKOWITZ, H. ZHOU, C. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 90, p. 23-48, 2017.

FAROLE, T.; RODRÍGUEZ-POSE, A.; STORPER, M. Human Geography and the Institutions that Underlie Economic Growth. **Progress in Human Geography**. v. 31, n. 1, p. 58-80, 2011.

FAULCONBRIDGE, J. R. Relacional geographies of knowledge and innovation. In BATHELT et al. (eds). **The Elgar Companion to Innovation and Knowledge Creation**, Cheltenham, UK e Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, p. 671-684. 2017.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Sobre nós: apresentação. **FIEPE**, 2020. Disponível em: <<http://fiepe.org.br/sobre-nos/>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLICK, U. **Introdução a Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Pensa, 2013.

FRANCIO, N.; VERSCHOORE, J. R. A abordagem relacional do desenvolvimento regional. **Territórios, redes e desenvolvimento regional: perspectivas e desafios**. Florianópolis: Insular, p. 55-69. 2018.

G1. Agreste Pernambucano abriga espécie de Vale do Silício brasileiro. **G1**, 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2017/05/agreste-pernambucano-abriga-especie-de-vale-do-silicio-brasileiro.html>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

G1 CARUARU. 'Transformação Digital' promove lives e oficinas para estimular a economia em Caruaru. **G1**, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2020/06/11/transformacao-digital-promove-lives-e-oficinas-para-estimular-a-economia-em-caruaru.ghtml>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

G1 CARUARU. Movimento Polo Caruaru vai apresentar demandas para prefeita Raquel Lyra. **G1**, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/movimento-polo-caruaru-vai-apresentar-demandas-para-prefeita-raquel-lyra.ghtml>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILL, R. **Análise de Discurso**. In: Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som. BAUER, Martin; GASKELL, George (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, p. 244-270. 2002.

GLÜCKER, J. Institutional context and place-based policy: The case of Coventry & Warwickshire. **Growth and Change**, v. 51, p. 234-255. 2020.

GLÜCKLER, J.; BATHELT, H. Institutional context and innovation. In BATHELT et al. (eds). **The Elgar Companion to Innovation and Knowledge Creation**, Cheltenham, UK e Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, p. 121-137. 2017.

GLÜCKER, J.; LENZ, R. How institutions moderate the effectiveness of regional policy: A framework and research agenda. **Investigaciones Regionales**, v. 36, n. 1, p. 255-277. 2016.

GODIN, B. A conceptual history of innovation. In BATHELT et al. (eds). **The Elgar Companion to Innovation and Knowledge Creation**, Cheltenham, UK e Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, p. 25-32. 2017.

GODOI, C. K. Análise do Discurso na Perspectiva da Interpretação Social dos Discursos: uma Possibilidade Aberta aos Estudos Organizacionais. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional – GESTÃO.ORG**, v. 3, n. 2, mai./ago. 2005.

GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 4, p. 65-71, 1995.

GODOY, A. S. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, vol. 3, n. 2, p. 81-89, mai. /ago. 2005.

GOMES, W. R.; SANTOS, E. C. O sentido do trabalho para gestores de lojas num shopping center em Caruaru-PE. **Farol – Revista de estudos organizacionais e sociedade**, v. 6, n. 1, p. 1035-1078. dez. 2019.

GRANOVETTER, M. Economic action and economic structure: The problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, nov. 1985.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Tradução de Berilo Vargas. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, p. 417-437, 2012.

HERACLEOUS, L.; HENDRY, J. Discourse and the study of organization: Toward a structural perspective. **Human Relations**, v. 53, n. 10, p.1251-1286, 2000.

HÉRAUD, J. A. Science and Innovation. In BATHELT et al. (eds). **The Elgar Companion to Innovation and Knowledge Creation**, Cheltenham, UK e Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, p. 56-74. 2017.

HININGS, B.; GEGENHUBER, T.; GREENWOOD, R. Digital Innovation and transformation: An institutional perspective. **Information and Organization**, v. 28, n. 1, p. 52-61. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PIB a preços correntes: série revisada (unidade: R\$x1000). Caruaru no Estado de Pernambuco. **IBGE**, 2016.

Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/caruaru/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. CT Moda. **ITEP**, 2020. Disponível em: <<http://www.itep.br/ct-moda-caruaru>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO. O campus. **IFPE**, 2020. Disponível em: <<https://portal.ifpe.edu.br/campus/caruaru/o-campus>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

KLINE, S. J.; ROSENBERG, N. **An overview of innovation**, in N. Rosenberg and R. Landau (eds), *The Positive Sum Strategy: Harnessing Technology for Economic Growth*. National Academy Press: Washington, p. 275–305. 1986.

LAGENDIJK, A. Innovation, regional development and relationality. In BATHELT et al. (eds). **The Elgar Companion to Innovation and Knowledge Creation**, Cheltenham, UK e Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, p. 490-505. 2017.

LEÃO, A. L. M. S.; MELLO, S. B. C.; VIEIRA, R. S. G. O papel da teoria no método de pesquisa em Administração. **Revista Organizações em Contexto**, v. 5, n.10, p.1-16, 2009.

LEÃO, A. L. M.; PAIVA JR., F. G.; MELLO, S. C. B. (Orgs.). **Abordagens qualitativas na pesquisa em administração**. Recife: Editora UFPE, 2016.

LIGA VENTURES. Liga Insights: Ecosistema Pernambuco. **LIGA VENTURES**, 2019. Disponível em: <<https://insights.liga.ventures/estudos-completos/ecossistema-pernambuco/>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

LIMA, M. M. A. E. Entrevista concedida a Radio Cultura do Nordeste. Caruaru, 27 de jul. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BwJmOfqxQMU>>. Acesso em: 07 set. 2020.

LOPES, A. P. V. B. V. et al. Innovation management: a literature review about the evolution and the different innovation models. **International conference on industrial engineering and operations management**, 2012, Guimarães. Proceedings... Rio de Janeiro: ABEPRO, 2012.

LORÊTO, M. S. S. **A influência dos modelos de financiamento à cultura adotados pelas instituições bancárias no campo cultural recifense**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Gestão Organizacional do Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 117. 2005.

LUNDEVALL, B. **National Systems of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning**, London: Pinter, 1992.

- MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S.; CRUBELLATE, J. M. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, Edição Especial, art. 4, p. 77-107, 2010.
- MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MÉNDEZ, P. F.; AMEZAGA, J. M.; SANTAMARÍA, L. Explaining path-dependent rigidity traps: increasing returns, power, discourses, and entrepreneurship intertwined in social-ecological systems. **Ecology and Society**, v. 24, n. 2, 2019.
- MESQUITA, R. F.; MATOS, F. R. N. Pesquisa Qualitativa e Estudos Organizacionais: história, abordagens e perspectivas futuras. **IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração**, 2014.
- MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.
- MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12, abr. 2017.
- MONTEIRO, L. A.; TEIXEIRA, A. C. C. “Terra à Vista: Explorando outras Possibilidades em Análise do Discurso em Estudos Organizacionais. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 13, n. 1, jan./abr., 2018.
- NAMAAYANDE, P.; KHAMSEH, A. Innovation ecosystem for SMES in ICT industry. **Journal of Management & Technology**, v. 19. Extraordinary Edition, p. 141-159, jul./set. 2019.
- NASCIMENTO, A. B. F. M.; PADILHA, Y. L.; SANO, H. Contribuições da teoria institucional para análise de disseminação de inovação na gestão pública. In: **IV Encontro Brasileiro de Administração Pública**. (Anais...) João Pessoa, Paraíba, 24 e 25 de maio, 2017.
- NELSON, R. R.; WINTER, S. G. **An Evolutionary Theory of Economic Change**. Harvard University Press: Cambridge, MA. 1982.
- NORTH, D. C. Economic Performance Through Time. **The American Economic Review**, Nashville, TN, v. 84, n. 3, p. 359-368, 1994.
- OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. O que são os ODS? **ODS**, 2015. Disponível em: <<https://www.estrategiaods.org.br/o-que-sao-os-ods/>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

ÖNDAY, Ö. National and Regional Innovation Systems, Industrial Policies and their Impacts on Firm Innovation Strategies and Performance – Economic Role of Knowledge. **International Journal of Contemporary Applied Sciences**, v. 3, n. 2, fev. 2016.

OLIVEIRA, S. A.; SOBRINHO, R. M. F.; FILHO, E. R. Análise do Discurso no Institucionalismo Organizacional: possibilidades a partir do discurso midiático. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa – RECADM**, v. 14, n. 1, p. 45-58, jan./abr., 2015.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. Papirus Editora, 144 p. 2019.

PAIVA JR., F. G.; LEÃO, A. L. M. S.; MELLO, S. C. B. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em Administração. **Revista de Ciências da Administração**, vol.13, n.31, p.190-209, 2011.

PAIVA, M. S. et al. Inovação e os efeitos sobre a dinâmica de mercado: uma síntese teórica de Smith e Schumpeter. **Interações**, v. 19, n. 1, p. 155-170, jan./mar. 2018.

PERES, C. K. et al. Innovation models: a literature review. **Espacios**, v. 37, n. 15. 2016.

PIAIA, T. C. Instituições, organizações e mudança institucional: análises e perspectivas. **Justiça do Direito**, v. 27, n. 2, p. 257-274, jul./dez. 2013.

PIMENTEL, R. Cultura e Inovação em uma Escola de Negócios: um estudo inspirado pela teoria da prática. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 18, n. 1, p. 63-84, jan./mar. 2019.

POWELL, W.; DIMAGGIO, P. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. London: University of Chicago Press, 1991.

PREFEITURA DE CARUARU. História. **PREFEITURA DE CARUARU**, 2019. Disponível em: <<https://caruaru.pe.gov.br/historia/>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

RALLET, A.; TORRE, A. Geography of innovation, proximity and beyond. In BATHELT et al. (eds). **The Elgar Companion to Innovation and Knowledge Creation**, Cheltenham, UK e Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, p. 421-439. 2017.

REVISTA ALGO MAIS. Caruaru festeja 161 anos e diversifica economia. **REVISTA ALGO MAIS**, 2018. Disponível em: <<https://revista.algomais.com/exclusivas/caruaru-do-seculo-21>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

REICHERT, F. M.; CAMBOIM, G. F.; ZAWISLAK, P. A. Capacidades e Trajetórias de Inovação de Empresas Brasileiras. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo. Vol. 15, n. 5, p. 161-194, 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ROSSETO, C. R.; ROSSETO, A. M. Teoria institucional e dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar. **RAE-eletrônica**, v. 4, n. 1, art. 7, jan./jun. 2005.

SÁ, M. G. Em busca do impacto perdido? Experiências significativas com sentido local em pesquisa, ensino e extensão. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 6, n. 15, p. 364-398. 2019.

SÁ, M. G. Feirantes: possíveis contribuições. In Marcio G. Sá, Diogo H. Helal, Adilson Ferraz, & Jailson P. Silva (Orgs.). **Trabalho: questões no Brasil e no Agreste Pernambucano** (p. 101-116). Recife: UFPE. 2013.

SÁ, M. G. **Filhos das feiras: uma composição do campo de negócios agreste**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2018.

SÁ, M. G.; MATTOS, P. L. C. L. De pequenos negócios de feira à metodologia científica: avanços a partir de (e para) experiências em contexto agreste. **FAROL – Revista e Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 3, n. 7, p. 628-669, ago. 2016.

SCHMOOKLER, J. **Invention and Economic Growth**. Harvard University Press: Cambridge, MA. 1966.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, Socialism and Democracy**. Allen & Unwin: London. 1942.

SCHUMPETER, J. A. **The theory of economic development**. Cambridge: Harvard University, 1957.

SCHUMPETER, J. A. **The Theory of Economic Development**. Harvard University: Cambridge, MA. 1911. (English version of the original work in German: *Die Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*, 1911).

SCHUTZ, A. Common-sense and scientific interpretation of human action; and concept and theory formation in the social sciences. In M. Natanson (Ed.), **Collected papers I: The problem of social reality** (p. 1-65). The Hague: M. Nijhoff, 1962.

SCOTT, J. Symbols and organizations: from Barnard to the institutionalists. In O. E. Williamson (Ed.), **Organization theory: from chester barnard to the present and beyond**. New York: Oxford University Press. 1995.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Estratégia de ciência, tecnologia e inovação para Pernambuco 2017-2022: uma política localmente inspirada, globalmente conectada. **SECTI**, 2017. Disponível em: <<http://www.secti.pe.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Estrategia%20de%20Ciencia%20Tecnologia%20e%20Inovacao%20-%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2019.

SELZNICK, P. **TVA and the grass roots**. Berkeley: University of California Press. 1949.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Quem somos. **SEBRAE**, 2020. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pe/quem_somos?codUf=18>. Acesso em: 06 mai. 2020.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL. O Senac. **SENAC**, 2020. Disponível em: <<http://www.pe.senac.br/o-senac/>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Escola Técnica SENAI Caruaru. **SENAI**, 2020. Disponível em: <<http://www.pe.senai.br/unidade/detalhe/4/>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

SETTERFIELD, M. A model of institutional hysteresis. **Journal of Economic Issues**, v. 27, n. 1, p. 755-774, 1993.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, G.; DACORSO, A. L. R. Inovação aberta como uma vantagem competitiva para a micro e pequena empresa. **Revista de Administração e Inovação (RAI)**, v. 10, n. 3, p 251-269, 2013.

SILVA, P. R.; FERNANDES, N. C. M.; SILVA, A. D. F. O território do empreendedorismo inovador: um mapa das iniciativas de fomento à inovação em Caruaru (PE). **DESENVOLVE: Revista de Gestão do Unilasalle**, Canoas, v. 8, n. 3, p. 123-142, mar. 2019.

SILVA, M.; JUNQUEIRA, L.; CARDOSO, O. Inovação e a teoria institucional. **Revista Gestão.Org**, v. 14, n. 1, p. 106-114, 2016.

SILVA, T. D. L.; SILVA, E. M. Mas o que é mesmo Corpus? - Alguns Apontamentos sobre a construção de corpo de pesquisa nos estudos em administração. In: XXXVII Encontro da ANPAD, 37., 2013. **Anais...** Rio de Janeiro, 2013.

SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMÉRCIO DE CARUARU. Sobre o Sindloja. **SINDLOJA**, 2020. Disponível em: <<http://www.sindloja.com.br/o-sindloja>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

SOUZA, A. M. "**A gente trabalha onde a gente vive**" - **A vida social das relações econômicas: parentesco, "conhecimento" e as estratégias econômicas no Agreste das Confecções**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2012.

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks: SAGE Publications, p.236-247, 1994.

STAKE, R. E. **Multiple case study analysis**. New York: The Guilford Press, 2006.

STAKE, R. E. Qualitative Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **The Sage handbook of qualitative research**. London: Sage Publications, 2005.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. London: Sage Publications, 1995.

TORRES, L. F. P.; SILVA, F. C. L. A inovação nas empresas de Caruaru-PE. **International Journal of Innovation**, v. 2, n. 2, p. 142-159, jul./dez. 2014.

UNINASSAU. História. **UNINASSAU**, 2021. Disponível em:

<<https://www.uninassau.edu.br/conteudo/historia>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. Sobre. **UPE CARUARU**, 2020. Disponível em:

<<http://site.upecaruaru.com.br/sobre/>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Campus Agreste. **UFPE**, 2020.

Disponível em: <<https://www.ufpe.br/caa>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

VAN DE VEN, A. Central problems in the management of innovation. **Management Science**, v. 32, n. 5, p. 590- 607, 1986.

VANHAVERBEKE, W. Broadening the concept of open innovation. **The Elgar companion to innovation and knowledge creation**, Cheltenham, Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, p. 87–98. 2017.

VICENTI, T. et al. Produção Científica sobre Inovação e Teoria Institucional em Bases Internacionais – 1977/2012: uma análise sob a ótica das redes sociais. In: XXVII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, 2012, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ANPAD, p. 16-29, 2012.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*. **Campinas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014.

VISITE CARUARU. Dados históricos e Dados socioeconômicos e geográficos. **VISITE CARUARU**, 2020. Disponível em: <<http://visitecaruaru.com.br/pt/>>. Acesso em: 04 mai. 2020.

VON HIPPEL, E. A. The dominant role of users in the scientific instrument innovation process. **Research Policy**, v. 5, n. 3, p. 212–239. 1976.

WYDEN. Quem somos. **WYDEN**, 2020. Disponível em:

<<https://www.wyden.com.br/unifavip/quem-somos>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

PERGUNTA DE PESQUISA	Pela perspectiva relacional, como se configura o contexto institucional no qual se insere o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Caruaru-PE (CoMCiTI) para a inovação local?		
OBJETIVO GERAL	Analisar, pela perspectiva relacional, como se configura o contexto institucional no qual se insere o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Caruaru-PE (CoMCiTI) para a inovação local.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	EIXOS ANALÍTICOS	DEFINIÇÃO	QUESTÕES
	Contexto	O aspecto contextual corresponde a uma perspectiva estrutural na qual os agentes econômicos estão localizados em contextos de relações sociais e institucionais (e estruturas materiais). Ele é visto de forma situada, sendo resultado de uma teia complexa de negociações e acordos entre agentes, empresas e organizações locais, permeada por culturas, estruturas organizacionais, graus de integração, cursos, fluxos e capacidades tecnológicas de um ambiente particular (BATHELT; GLÜCKER, 2002; 2003). Dessa forma, é possível compreender que as ações estão incorporadas ao contexto e associadas aos indivíduos (FRANCIO; VERSCHOORE, 2018).	<p>1 – O que é o Conselho? Porque ele deve existir?</p> <p>2 – Qual a sua contribuição para o Conselho?</p> <p>3 – O quê e quem você vê como necessário para que o Conselho consiga alcançar seus objetivos?</p> <p>4 – Com quem você mais interage no Conselho e porquê? E com quem gostaria de interagir mais para impulsionar o ambiente de inovação daqui?</p> <p>5 - Fale agora sobre os desafios ou barreiras que vocês têm que superar para tornar Caruaru um ambiente mais inovador.</p> <p>6 - Que aspectos da cultura de negócios locais gostaria de ver mudado? E quais você enalteceria? Qual você acha que é o papel do conselho em meio a esses cenários?</p> <p>7- O que é inovação para você?</p>
	Circunstância	Quanto à concepção circunstancial, os autores explicitam que se constitui uma perspectiva dinâmica, na qual os processos de organização, inovação, interação e desenvolvimento serão dependentes conjunturais (BATHELT, GLÜCKER, 2002, 2011; GLÜCKER; BATHELT, 2017). Ou seja, a ação futura dependerá das tomadas de decisões, ações, estruturas, regras e processos do passado. Refere-se, portanto, a atentar para os agentes/organizações imersos em relações sociais e contextos institucionais, entendendo que se trata de uma construção histórica, na qual as operações são produzidas, reproduzidas, legitimadas e modificadas no decorrer do tempo. Estas ações e interações que aconteceram	<p>1 – O que fez com que você fizesse parte do Conselho?</p> <p>2 - Fale um pouco sobre porque vocês devem estar reunidos num mesmo Conselho para decidir os rumos de inovação do município.</p> <p>3 - Como você se sente participando desse projeto para a cidade?</p> <p>4 – Me dê um exemplo de ações que têm facilitado as atividades do Conselho? E o que tem atrapalhado?</p> <p>5 - O que já aconteceu de bom (inovador) no cenário de negócios em Caruaru desde a chegada do Conselho? Você se sente satisfeito com os rumos do Conselho até o momento?</p> <p>6 - Como você enxerga a tomada de decisões locais no Conselho quanto a novas normas e leis? E que mudanças já podem ser notadas estabelecidas ao longo</p>

		anteriormente habilitam e/ou restringem o quadro de ações atuais, ou seja, direciona intenções futuras até certo ponto, devido ao fator contingencial (BATHELT; GLÜCKER, 2003).	<p>do tempo do ponto de vista das vossas interações?</p> <p>7 - Quais as expectativas para o desenvolvimento econômico da cidade com a atuação do Conselho? (aqui é para saber as expectativas para as ações futuras). E sobre o ambiente regulatório? E sobre a formação de talentos?</p>
	Contingência	<p>Por fim, a dimensão contingencial compreende uma perspectiva aberta (relacionada à agência ou estratégia) na qual os agentes/organizações realizam as escolhas e decisões podendo se desviar dos caminhos pré-determinados (BATHELT; GLÜCKER, 2003; 2011; GLÜCKER; BATHELT, 2017). As instituições se desdobram em ações que respondem às regras em maior ou menor medida, ou mesmo, as desconsideram. Desse modo, as ações e interações podem incluir regras, normas, regulamentos e planejamentos, contudo, os agentes/organizações inseridos em sistemas abertos se constituem sujeitos imprevisíveis, atuando de forma não atomística. Bathelt e Glücker (2014) asseveram que a ação não é atomística, mas relacional, não considerando os agentes/organizações como isolados e cumpridores de scripts comportamentais, ao contrário, os indivíduos estão inseridos em um ambiente social que imprime significado por meio da interação repetida.</p>	<p>1 – Como é para você interagir com atores de perfis tão diferentes dentro do Conselho? Em que aspectos já foi surpreendido pelas atividades no Conselho?</p> <p>2 - Como costumam te enxergar dentro do Conselho?</p> <p>3 – Existem também os momentos de discordância? De que forma conseguem superar esses momentos de discordância e criar os consensos?</p> <p>4 – De que modo os desentendimentos sobre o ambiente de inovação local são postos à mesa? AÇÕES</p> <p>5 – Você percebe se dentro do Conselho existe alguma hegemonia de algum integrante ou grupo de integrantes.</p> <p>6 - Para você o que é necessário para dinamizar o ambiente de inovação local?</p> <p>7 - Você se sente representado no discurso do Conselho?</p> <p>8 - Achas que o conselho tem o potencial de representar todos os interesses da região?</p> <p>9- Quem você acha que é importante para a região, mas não está representado no conselho?</p>